

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A OBRA DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL:  
UMA LEITURA SOCIOLÓGICA**

**Juliete Miranda Alves  
Orientador: Prof. Dr. Zander Navarro**

**Porto Alegre, 2003**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A OBRA DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL:  
UMA LEITURA SOCIOLÓGICA**

**Juliete Miranda Alves  
Orientador: Prof. Dr. Zander Navarro**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como quesito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural – Área de Concentração em Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre

Série PGDR - Dissertação n.º 024

2003

Ao meu pai (*In Memoriam*) pelo  
legado do saber.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Professor Zander Navarro, meu orientador, pelos textos enviados, pelo “bate papo”, e pela orientação paciente e lúcida.

A Oldair de Almeida, meu melhor ouvinte.

À Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Altamira – pelo apoio institucional que me garantiu a tranquilidade para estar em Porto Alegre.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – pela concessão de bolsa de estudos.

Aos colegas do mestrado, pela saudável relação de convivência – Guardarei na memória os bons momentos.

A Eliane Sanguiné, Coordenadora Operacional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, e a Catiane Senter, pelo profissionalismo com que desenvolvem seus trabalhos e pela afetuosidade com que me receberam.

## RESUMO

A reflexão sobre o conhecimento produzido pelos autores que marcaram e influenciaram gerações de pesquisadores no Brasil é um instrumental teórico importante para o avanço do pensamento científico na Sociologia. Neste sentido, propõe-se analisar a problemática agrária a partir do Sociólogo brasileiro José de Souza Martins. Esse autor, em uma série de livros e artigos ao longo da sua trajetória intelectual, forneceu-nos vários conceitos e interpretações significativas sobre o mundo rural brasileiro. Assim, dada a importância da contribuição de José de Souza Martins para o tema dos processos agrários, este estudo procura analisar parte da obra do autor, especialmente aquela que trata da reforma agrária, do papel dos mediadores nesse processo e os conceitos-chave principais presentes em sua obra. Os capítulos que se seguem analisam algumas fases do autor, a partir do final da década de 1970 até período recente, buscando evidenciar e analisar, em sua trajetória intelectual, as suas inspirações teóricas, ou seja, os autores que se tornaram referências para a construção do seu conhecimento, os conceitos-chave que marcaram sua obra, o papel dos mediadores – como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, os Partidos Políticos – e, finalmente, ao longo dessa trajetória, os fatos, acontecimentos que interferiram em suas análises. Duas hipóteses nortearam este trabalho, sendo a primeira a importância de alguns conceitos-chave como a “renda fundiária”, na análise do autor, e a segunda dizendo respeito à atuação dos mediadores principais da reforma agrária. Tais hipóteses foram, ao longo do trabalho, comprovadas, pois o conceito de “renda fundiária” permanece como referencial na obra de Martins, refletindo os interesses conflitantes existentes no espaço rural. Além disso, segundo a análise do autor, os mediadores continuam a exercer, de uma forma ou de outra, a condução da reforma agrária baseados em concepções do marxismo ortodoxo, que tem como sujeito principal da História a classe operária. Finalmente, esta investigação pôde ser realizada através da seleção de algumas obras emblemáticas do autor.

## ABSTRACT

The reflection about the knowledge produced by authors who inspired and influenced generations of researchers in Brazil is an important theoretical instrument for the rising of scientific thinking in Sociology. An analysis of the agrarian problems starting at Brazilian Sociologist José de Souza Martins is thus proposed. In a series of books and articles along his intellectual life, Martins has provided with several concepts and meaningful interpretations of the Brazilian rural world. Therefore, given the importance of José de Souza Martins' contribution for the agrarian question, this work aims at analyzing part of his production, in special the one dealing with agrarian reform, mediators' role in the process and the main key-concepts present in his production. The following chapters are to observe some of the authors' moments, starting at the end of the seventies and up to the recent times, in an attempt to analyze and evidence his theoretical inspirations, this is, the authors who gave him guidance at the construction of his knowledge, the key-concepts displayed in his works, the mediators' role – examples of mediators are the NGO Comissão Pastoral da Terra, the Landless Workers' Movement (MST), and the Political Parties – and, finally, the facts that may have mediated his analyses along his intellectual life. Two hypotheses have guided this work, being the first one the importance of some key-concepts such as “ground rent” in the analysis of the author, and the second one concerning the main mediators' performance at the Agrarian Reform. These hypotheses have been proved along the work, for the concept of “ground rent” remains as a reference at Martins production, reflecting the disagreeing interests in the rural area. Besides, according to an analysis of the author, the mediators somehow keep conducting the agrarian reform based on conceptions of the Orthodox Marxism, whose main subject in History is the working class. Finally, this investigation was possible to be carried out through a selection of some emblematical works of the author.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 AS CIÊNCIAS SOCIAIS E OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA OBRA DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS .....</b>	<b>20</b>
1.1 O “JOVEM MARX”: HEGEL E A TEORIA DA ALIENAÇÃO .....	21
1.2 A INFLUÊNCIA FORMATIVA DE FLORESTAN FERNANDES .....	26
1.3 A INFLUÊNCIA FORMATIVA DE HENRI LEFEBVRE.....	31
<b>2 DA “SOCIOLOGIA MILITANTE” AO DEBATE AGRARISTA .....</b>	<b>36</b>
2.1 A “SOCIOLOGIA MILITANTE”: MEADOS DA DÉCADA DE 1970 ATÉ O INÍCIO DOS ANOS OITENTA .....	37
2.2 O DEBATE AGRARISTA: A DÉCADA DE 1980.....	42
2.3 A REFORMA AGRÁRIA.....	59
<b>3 AS INTERPRETAÇÕES MAIS RECENTES.....</b>	<b>65</b>
3.1 O AFASTAMENTO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA .....	66
3.2 OS NOVOS PROTAGONISTAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	72
<b>4 QUAL REFORMA AGRÁRIA ?.....</b>	<b>82</b>
4.1 POR UMA “SOCIOLOGIA DOS PROCESSOS AGRÁRIOS” .....	83
4.2 A REFORMA AGRÁRIA.....	86

**CONCLUSÃO..... 94**

**REFERÊNCIAS E OBRAS CONSULTADAS..... 98**

**ANEXO..... 103**

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra

**CNBB** – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil

**CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

**GERA** – Grupo Especial da Reforma Agrária

**GETAT** – Grupo Executivo do Araguaia Tocantins

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**PIN** – Programa de Integração Nacional

**POLAMAZÔNIA** – Programa de Desenvolvimento da Amazônia

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**SUDAM** – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

**SUDENE** – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

**USP** – Universidade de São Paulo

## INTRODUÇÃO

A concentração da propriedade da terra no Brasil e os reclamos por sua profunda alteração fazem parte da história política brasileira, pelo menos a partir da segunda metade do Século XIX. Naquela época, em meio aos crescentes apelos abolicionistas, que se ampliaram até o final do século, o tema da desigual distribuição da propriedade da terra e suas conseqüências sociais, especialmente a consolidação de uma profunda assimetria social no campo brasileiro, ecoaram com mais força, notadamente através da palavra de parlamentares e de alguns poucos, e primeiros, analistas da vida rural do País.

Posteriormente, vencida a Abolição, a reivindicação da reforma agrária permaneceria presente, em especial pelas reações sociais que, episodicamente, iriam marcar a história agrária brasileira; talvez como evento de grandiosidade épica, a guerra de Canudos. Seguindo-se a ela, os mais variados eventos tipificaram o século passado, no qual as lutas sociais das classes sociais mais pobres, sujeitas às mais diversas formas de dominação política e exploração econômica eram, quase sempre, o contexto para formas de protestos, conflitos esporádicos, lutas mais persistentes e até mesmo outras guerras, envolvendo, em magnitudes não comparáveis de nossa história, o próprio Exército Nacional. Foi o caso, por exemplo, da Guerra do Contestado. Tais episódios, hoje mais conhecidos, encontram-se admiravelmente retratados em um conjunto expressivo de autores, embora o documento referencial que tenha analisado tais lutas sociais seja aquele escrito por Martins (1981). Como contexto fundador de tais disputas sociais, certamente surge a iníqua distribuição da propriedade fundiária e as formas de marginalização social dela decorrentes.

O tema, portanto, ressurgiria inevitavelmente nos debates nacionais, à medida que os diversos estudiosos da vida social e da história política e econômica brasileira fossem oferecendo ao escrutínio público as suas interpretações. Embora presente no clássico “Os Sertões” (1903) e tantos outros escritores paradigmáticos do pensamento social brasileiro, inclusive os escritores maiores de nossa literatura, talvez se possa enfatizar que uma referência obrigatória nos remeta a outro clássico: “Evolução Política do Brasil” (1933), de Caio Prado Júnior, provavelmente o primeiro autor a oferecer uma análise marxista propriamente dita sobre a formação social brasileira e, como seria próprio, salientando a “questão agrária” como um de seus eixos fundamentais, apontando, portanto, os entraves da concentração da propriedade da terra para o desenvolvimento social brasileiro.

Posteriormente, não mencionando outros autores e momentos específicos da História Brasileira, abrir-se-ia um período em que talvez pudesse ser situado o primeiro “grande debate” sobre a questão agrária brasileira e, em seu bojo, o tema da reforma agrária, fruto da relativa democratização do País que se seguiu ao fim do primeiro Governo Vargas e instalou um regime político crescentemente democrático entre os anos de 1946 e 1964. Formas de protestos sociais, e sua posterior sedimentação em movimentos sociais e organizações dos mais pobres do campo, permitiram a consolidação de um primeiro “ciclo de protestos” em áreas rurais brasileiras, talvez ocorrendo mais intensamente entre o período de janeiro de 1955 (fundação da primeira Liga Camponesa, em Pernambuco) e abril de 1964 (fechamento político do regime), período que, então, iniciou o ciclo autoritário de dominação militar. Dessa forma, nos anos cinquenta e até o golpe militar, beneficiando-se do relativo clima de liberdade e dos incentivos nascidos da industrialização brasileira, floresceu igualmente um acirrado debate teórico sobre a questão agrária e a reforma agrária, simbolizado, especialmente, em obras demarcantes, como “Coronelismo, Enxada e Voto” (1946), de Victor Nunes Leal, “Os Donos do poder”, sobre a dominação política brasileira (salientando-se a formação de estamentos de origem patrimonial derivados do controle da propriedade da terra), publicado originalmente em 1957 por Raimundo Faoro, e, mais especificamente, os clássicos trabalhos de Ignácio Rangel sobre a “Questão Agrária Brasileira” (1961), seguido do amplo debate com os comunistas, liderados, novamente, por Caio Prado Júnior e também por Alberto Passos Guimarães, este último autor de outro livro emblemático do período, “Quatro séculos de latifúndio” (1963).

Encerrada essa fase de lutas sociais, simbolizadas pelo nascimento do movimento sindical de trabalhadores rurais e pelas ligas camponesas, apenas na segunda metade da década de 1970 é que lentamente iria surgir uma outra fase de debates (e disputas sociais) sobre o acesso à terra e as condições sociais prevaletentes no mundo rural brasileiro. Teria como “pano de fundo” a intensa modernização tecnológica e econômico-financeira de algumas regiões agrárias brasileiras, a contestação social e política aos desmandos do regime militar e, também (e com grande importância), a emergência de uma ação incisiva e comprometida de amplos setores da Igreja Católica, identificados com a então influente Teologia da Libertação, que propunha combinar evangelização com a organização dos mais pobres do campo, assim estimulando possibilidades emancipatórias únicas e inéditas na vida social rural. O resultado concreto dessa prática foi a criação, em 1975, da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Também nesse período, o pensamento social sobre os processos sociais rurais iria emergir com maior pujança, ampliando-se os ambientes institucionais dedicados à pesquisa social e, dessa forma, igualmente fazendo crescer a produção acadêmica sobre o mundo rural. Nesse contexto, a partir dos anos setenta, um autor iria se destacar amplamente, enraizando de modo crescente sua obra como talvez a principal arma interpretativa que a ciência social brasileira foi capaz de desenvolver, até os nossos dias, sobre a vida social rural. Trata-se de José de Souza Martins, cientista social vinculado permanente aos quadros da Universidade de São Paulo, desde o final dos anos sessenta e que, neste ano de 2003, estará se aposentando da mesma universidade, assim coroando uma trajetória acadêmica certamente invulgar, pelos padrões brasileiros e, no que diz respeito à Sociologia, certamente uma das mais brilhantes e profícuas já observadas no Brasil.

Este estudo dedica-se a analisar parte da obra de José de Souza Martins, especificamente aquela que estuda a questão agrária e, ainda mais particularmente, a parte de sua extensa obra que analisa a reforma agrária, o papel dos mediadores sociais envolvidos com tal tema, também analisando alguns dos conceitos-chave que formatam suas interpretações principais. A importância desta análise reside, precisamente, no fato de ser este o autor que mais consistentemente vem analisando a questão agrária e a reforma agrária no Brasil, neste “segundo momento” da história em que tais temas emergem com força social e repercussão política. Mas, adicione-se e ressalte-se tal fato, também se torna relevante este estudo porque é justamente nos anos recentes que a reforma agrária incorporou-se mais solidamente à agenda de organizações populares do campo, em especial para o movimento-símbolo do

período, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O tema da reforma agrária tem vindo à pauta permanentemente nas discussões mais recentes, envolvendo os interesses sociais das classes populares rurais e, também, de outros atores diretamente relacionados, como os partidos políticos, diversas igrejas de diferentes denominações, instituições governamentais, entre outros.

Neste sentido, em vista da invulgar densidade analítica da obra de José de Souza Martins, provavelmente sem par na história do pensamento social brasileiro, e considerando-se sua ampla experiência de pesquisador dos processos sociais agrários, igualmente sem comparação com outras trajetórias profissionais que pudessem ser mencionadas e, também, em face da crescente presença de tais temas na agenda política nacional, justifica-se que uma abordagem analítica se debruce sobre sua obra. Os temas sempre presentes, na obra de Martins, sobre os processos sociais agrários e, especialmente, sobre a reforma agrária, assim poderão contribuir para elucidar e melhor introduzir compreensões novas sobre o passado da reforma agrária e, talvez, sobre a sua atualidade, sem deixar de apresentar, no entanto, os impasses e os dilemas do presente.

### **A obra de José de Souza Martins: uma brevíssima introdução**

São várias as obras desse autor: entre artigos, livros, contribuições em obras coletivas e antologias, somam-se mais de 195, o que demonstra sua extrema capacidade de discorrer sobre temáticas diversificadas. Observando atentamente sua produção intelectual, podemos destacar como exemplos dessa diversificação os seguintes livros: “A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira” (1983), “Subúrbio (Vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República velha)” (1992), “Florestan. Sociologia e consciência social no Brasil” (1998), “A sociabilidade do Homem Simples” (1999).

De forma inicial, podemos indicar que uma primeira fase de sua produção intelectual está caracterizada com o final dos anos sessenta até o final dos anos setenta, e estava mais centrada na sua afirmação profissional no espaço acadêmico na Universidade de São Paulo do que propriamente nos estudos voltados para os processos agrários. Um exemplo desse período é o livro “Sociologia e Sociedade” (1977), organizado com Marialice Mencarini Foracchi. Este, sem dúvida, (afirmado pelos próprios autores na Introdução do livro), é um livro que nasceu

da experiência de ensino com estudantes de Ciências Sociais, História, Geografia, Filosofia, Letras e Pedagogia. Trata-se da compilação de textos, desde os clássicos da Sociologia, até os processos básicos de formação das classes sociais aos movimentos sociais. Na década de 1970, precisamente em 1973, é lançado o livro “Imigração e a crise do Brasil Agrário”, em que Martins avança na caracterização da questão agrária brasileira, apresentando-a como um problema social de raízes estruturais, resultado das particularidades do desenvolvimento capitalista. No livro “Capitalismo e Tradicionalismo” (1975), no centro da problemática abordada, estava a hipótese de que a superação campo-cidade é artificial e resultado do domínio da ideologia urbana sobre o espaço rural. Essas duas obras poderiam negar o que foi exposto acima, contudo justifica-se que o período em questão e, como tal, essas obras, ainda são reflexos de sua participação na “Escola de Sociologia da USP”, sendo que elas foram, portanto, influenciadas por pesquisas que estavam principalmente voltadas a temas como: a análise das relações, os processos e as estruturas sociais enquanto formas de dominação política, e apropriação econômica. De fato, uma reflexão mais voltada aos processos agrários se dá a partir de suas pesquisas de campo para áreas de fronteira agrícola, isso por volta de 1977, combinando trabalho de campo com participação social. Consolida-se, então, um autor mais voltado para a problemática da questão agrária, e pode-se dizer que este momento implica numa rede de conceitos que Martins vai construindo ao longo de suas obras.

Uma segunda fase, aqui caracterizada como desde o final dos anos setenta (período de suas pesquisas em áreas de fronteira) até o início da década de 1990, estava voltada para o campesinato, principalmente na expansão da fronteira para a Amazônia legal e os conflitos pela posse da terra. Nesse momento, também, é possível perceber o seu interesse nas mudanças ocorridas na Igreja Católica e o papel das pastorais na constituição de novos espaços políticos, além da insuficiência teórica na interpretação das diversas correntes de pensamento sobre a impotência política do campesinato. Sobre essas temáticas, podemos destacar as seguintes obras: “O Cativo da Terra” (1979), “Expropriação e Violência. A questão política no campo” (1980), “Os Camponeses e a Política no Brasil” (1981), “A Militarização da Questão Agrária no Brasil” (1984), “Não há Terra para Plantar neste Verão” (1986), “Caminhada no Chão da Noite. (Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais no Campo)” (1989).

Em um terceiro momento, a partir, principalmente, de 1994 até o ano 2000, pode-se caracterizar suas obras como uma retomada de suas principais idéias, com uma posição

política mais definida, principalmente em relação à problemática da reforma agrária, que volta a ter centralidade no debate, e aos atores sociais nela envolvidos: a Igreja Católica, principalmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os partidos políticos e os camponeses.

José de Souza Martins é, sem dúvida, um autor com uma versatilidade temática expressiva. Em vários depoimentos pessoais, afirma que chega a escrever três a quatro livros com focos analíticos diferentes, o que representa também a sua posição diante de diversos problemas que angustiam a sociedade, como o linchamento, a morte e os sonhos. Pelo volume da sua produção, investigar suas obras seria um trabalho de pesquisa que iria além de uma dissertação de mestrado. Portanto, para delimitação da pesquisa, trabalhou-se com as obras de Martins voltadas para o tema da questão agrária, mais precisamente a reforma agrária, o que sem dúvida tornou-o uma referência nos estudos sobre os processos sociais rurais.

### **Objetivos do estudo**

Como objetivo principal desta dissertação, procura-se analisar parte da obra de José de Souza Martins, especialmente aquela que trata da reforma agrária, do papel dos mediadores sociais nesse processo e os conceitos-chave principais presentes em sua obra, e que o autor articula com a questão agrária brasileira.

A proposta para tal investigação não se restringiu a mostrar a importância desse autor, mas dispôs-se a analisar a sua produção intelectual através do que chamamos, nesta dissertação, de “momentos” do autor. Esta definição é arbitrária, é apenas uma denominação que este estudo considera importante para identificar os acontecimentos, na trajetória do autor, que marcaram e modificaram sua forma de pensar e refletir determinados temas brasileiros. Um exemplo dentre esses acontecimentos é o seu afastamento da Comissão Pastoral da Terra, o que o levou a mudanças de interpretação sobre as ações dos protagonistas da reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). É claro que Martins foi influenciado pelas mudanças históricas e políticas da sociedade brasileira, contudo, na construção mental do autor, identificam-se situações pessoais como a citada anteriormente, sobre o seu afastamento da CPT, que afetaram significativamente sua produção intelectual.

Os conceitos-chave utilizados neste estudo são aqueles que, ao longo da trajetória do autor, identificados aqui a partir do final da década de 1970, tornaram-se importantes e referenciais, em sua obra, no intuito de explicar os processos sociais rurais.

Ao analisar a obra de Martins, identifica-se também que, ao longo de sua trajetória intelectual, o autor foi contestado em suas idéias e também contestou diversos outros autores<sup>1</sup>. Entretanto, não é pretensão deste estudo analisar essas contraposições entre os estudiosos, mesmo porque elas decerto contribuíram para a construção do pensamento de Martins. Este trabalho se limitará a analisar parte da obra de Martins e, dessa forma, foram estabelecidos, como objetivos específicos de pesquisa:

- a) identificar, nos chamados “momentos” da trajetória do autor, quais os principais conceitos presentes em suas obras;
- b) analisar, em suas obras, o papel dos mediadores, na luta pela reforma agrária;
- c) identificar e analisar como o autor compreende a reforma agrária no Brasil.

### **Hipóteses do estudo**

Duas hipóteses nortearam o trabalho. A primeira considera-se estruturante na produção teórica do autor, como o conceito-chave de renda fundiária, presente ainda nas obras mais recentes de José de Souza Martins; um conceito referencial importante para entender o regime de propriedade constituído historicamente pelo latifúndio e a função contraditória da terra, como terra de trabalho e terra de negócio.

A segunda hipótese se refere à ação dos mediadores sociais, que assumem um papel importante na condução da reforma agrária. Contudo, essa luta estaria comprometida porque esses protagonistas ainda estariam marcados por uma espécie de “filosofia da história

---

<sup>1</sup> Cita-se como exemplo desse debate a concepção de Fronteira, que segundo Otávio Guilherme Velho em seus estudos sobre áreas de fronteira na Amazônia, concebe a Fronteira como “frente de expansão” do capitalismo no campo. VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

operária” de uma ontologia marxiana mais ortodoxa, que até hoje influencia a *práxis* política desses mediadores.

### **Breve nota metodológica**

A técnica utilizada é a pesquisa bibliográfica, que é constituída principalmente de livros e artigos. Os procedimentos da pesquisa iniciaram, primeiramente, com a pesquisa exploratória sobre o autor, tanto em livros como pela Internet. A produção teórica do autor consta em anexo em quase todos os seus livros, o que facilitou acompanhar, além dos livros, artigos que ele, ao longo da carreira, escreveu..

No segundo momento, foram selecionados os livros, e obedeceu-se ao critério fundamental (mas não exclusivo) de utilizar obras relacionadas com a questão agrária, o que era sugerido pelo título ou pelos resumos presentes nos livros. Contudo, com o avançar das leituras, descobriu-se que muitas das obras de Martins não tratam necessariamente da questão agrária, mas são importantes para identificar as suas inspirações teóricas e sustentam o corpo teórico e metodológico de sua obra. Entre as obras que ajudaram nessas descobertas, estão: “(Des)figurações. A vida cotidiana no imaginário onírico da Metrópole” (1996), “A Sociabilidade do Homem Simples. Cotidiano e História na Modernidade Anômala” (1999), e, o mais recente livro, “A Sociedade Vista do Abismo” (2002). Os livros identificados como obras referenciais para o trabalho de investigação foram organizados por ordem de primeira edição para que pudéssemos melhor acompanhar a trajetória do autor, suas possíveis mudanças ao longo do tempo e os fatos que as determinaram, assim como a construção dos conceitos e o que estes representavam para o autor. Os livros são os seguintes: “Capitalismo e Tradicionalismo” (1975), “Sobre o Modo Capitalista de Pensar” (1978), “O Cativo da Terra” (1979), “Expropriação e Violência. A Questão Política no Campo” (1980), “Os Camponeses e a Política no Brasil” (1981), “A Militarização da Questão Agrária” (1984), “A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na ‘Nova República’” (1986), “O Poder do atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta” (1994), “Fronteira a Degradação do Outro nos Confins do Humano” (1997) e “Reforma Agrária. O Impossível Diálogo” (2000).

Ressalta-se que as leituras acima não foram as únicas: vários artigos, depoimentos e seminários foram lidos numa procura inicial de tentar entender a linha de pensamento do autor, sempre resgatando que o maior interesse estava em compreender o modo como José de

Souza Martins problematizava o tema da reforma agrária. Dos diversos documentos lidos para este estudo, tornou-se decisivo o artigo “Impasses Sociais e Políticos em Relação à Reforma Agrária e a Agricultura Familiar no Brasil”(2001). Através dele, foi possível identificar os caminhos teóricos que o autor vem assumindo recentemente sobre a agricultura familiar e que, de certa forma, estavam ausentes no conjunto de sua obra .

Como terceiro e último momento, e identificados os fatos e acontecimentos, ou seja, os “momentos” que marcaram a trajetória do autor, passou-se à análise dos dados para atingir os objetivos da pesquisa. Para tal investigação não foi utilizado nenhum programa especial de computador.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, Ciências Sociais e os fundamentos teóricos e metodológicos da obra de José de Souza Martins, são apresentados os autores considerados fundamentais para a compreensão da construção do seu pensamento, ou seja, aqueles que se tornaram referências nas análises de Martins, e que contribuíram para as interpretações do autor nas obras estudadas. Entre esses autores formadores principais estão Karl Marx, Florestan Fernandes e Henri Lefebvre.

O segundo capítulo, Da Sociologia militante ao debate agrarista, trata de apresentar a trajetória de um autor que, ao final dos anos setenta, momento considerado de afirmação profissional no espaço acadêmico da Universidade de São Paulo, tinha sua preocupação especialmente voltada para uma Sociologia mais crítica e militante. O período, que vai até meados da década de 1980, configura-se como um debate teórico sobre os processos agrários. É nesse contexto que Martins teoriza o campo brasileiro dominado pela expropriação da terra e a exploração do trabalho. Nesse sentido, sua análise volta-se para a proposição dos movimentos camponeses e sua emancipação no processo de luta, articulada com conceitos-chave como “renda da terra”. O autor debate com interlocutores identificados com um marxismo clássico, centrado nos temas do partido e do Estado e, assim, aproxima-se da Igreja Católica, instituição que, segundo Martins, estava mais próxima das lutas camponesas e certamente representava, na prática de suas ações, uma oposição aos grupos de expressão leninista, os quais Martins discutiu durante esse período. Encerra-se este momento com a crítica realizada pelo estudioso à forma como foi conduzida a reforma agrária na Constituição de 1988.

No terceiro capítulo, As interpretações mais recentes, destaca-se um autor que questiona o futuro da reforma agrária promulgada pela Constituição de 1988 e que, a partir daí, torna-se um crítico das ações dos grupos de mediação, em especial da CPT, entidade da qual afasta-se como assessor, no final dos anos oitenta, e do MST, o qual considera um dos movimentos mais expressivos na atual discussão pela reforma agrária. Retoma, assim, a discussão da reforma agrária e da sua disputa entre os mediadores CPT e MST no embate político com o Estado.

Finalmente, no quarto capítulo, Qual Reforma Agrária?, tem-se, como objetivo principal, apresentar o que José de Souza Martins define como questões fundamentais para a implementação da reforma agrária. Nesse capítulo também se identifica um autor que, ao longo de sua trajetória intelectual, reflete sobre o papel da Sociologia, principalmente nos processos sociais agrários. Para finalizar, uma breve análise do que Martins define e como situa socialmente a agricultura familiar.

## **1 AS CIÊNCIAS SOCIAIS E OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA OBRA DE JOSÉ DE SOUZA MARTINS**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar, esquemática e sucintamente, o que aqui se entenderá como sendo “o arcabouço principal” que sustenta o corpo teórico e metodológico da obra de José de Souza Martins. Uma das marcas mais significativas do autor analisado, que é obviamente típica dos grandes autores das Ciências Sociais, reside exatamente em seu amplo conhecimento de correntes teóricas, autores e obras emblemáticas e referenciais, especialmente da Sociologia, que demarcam suas próprias análises, inspiram interpretações inovadoras e reconstróem, com freqüência, explicações antes consolidadas. Neste sentido, a identificação do “pensamento formativo principal” que guiou, ao longo de pouco mais de trinta anos, o pensamento martiniano representa, antes de mais nada, uma simplificação evidente.

Ainda que correndo o risco de um excessivo recorte delimitador, que secundarize as inspirações teóricas principais ao longo de tão vasta obra sociológica, é possível identificar três veios principais, que percorrem, algumas vezes explicitamente, outras vezes nas entrelinhas e nas menções indiretas, a obra de Martins. Estes caminhos teóricos, aos quais o autor permanentemente se refere e cujas categorias analíticas são os suportes principais de sua contribuição sociológica, centram-se em Karl Marx, Florestan Fernandes e Henri Lefebvre.

Do pensador alemão, Martins extrai um sem número de inspirações teóricas e metodológicas, indicadas sumariamente na primeira seção deste capítulo, em especial a sua adesão ao Marx humanista da chamada “primeira fase”. Seguramente, o próprio Marx

discordaria dessa segmentação de sua obra, mas ela é apontada neste capítulo especialmente para indicar o relativo distanciamento de Martins com relação ao “Marx economista” típico da década de 1850 em diante, quando desenvolveu crescente interesse pela engenharia econômica do capitalismo, sua dinâmica e leis de funcionamento, mantendo-se apenas indireta e implicitamente vinculado aos seus escritos formativos de quando era jovem e principalmente interessado em reconstruir (ou virar de cabeça para baixo) a filosofia hegeliana.

Florestan Fernandes, um dos maiores conhecedores da teoria marxista no Brasil de todos os tempos, foi (e tem sido), para Martins, não apenas um inspirador teórico, mas igualmente um exemplo de cientista social militante e eticamente comprometido. A trajetória de Florestan Fernandes, da qual Martins talvez tenha sido o principal herdeiro, na Universidade de São Paulo, representa, neste sentido, um balizador essencial para a compreensão da obra sociológica do autor analisado neste estudo.

Finalmente, Lefebvre representa um outro marco identificador em praticamente toda a produção de Martins, em particular a partir dos anos oitenta, quando o autor se apropria, com crescente densidade analítica, dos parâmetros estabelecidos pelo sociólogo francês. Assim como Martins, Lefebvre igualmente se distanciou do economicismo vulgarizador do marxismo e, tornando-se crítico das leituras de Marx vigentes na França, acabou sendo marginalizado em muitos setores do pensamento social naquele país. Lefebvre não apenas inspiraria Martins em termos metodológicos, mas também em diversas contribuições acerca dos processos sociais agrários. Igualmente, serviria de exemplo em sua adesão principal ao “jovem Marx”, com as implicações que essa preferência necessariamente geraria.

### **1.1 O “JOVEM MARX”: HEGEL E A TEORIA DA ALIENAÇÃO**

Embora sendo um tema de intensa controvérsia no pensamento social marxista, a continuidade teórica da obra de Marx, no período de aproximadamente quarenta anos em que sua atividade intelectual frutificou, tem sido contestada por muitos autores. Para alguns autores e correntes, é visível uma segmentação entre a primeira parte da obra de Marx, encerrando-se talvez com “O Manifesto do Partido Comunista” (ou, ainda mais precisamente, com “A Ideologia Alemã”, finalizada em 1846), período em que Marx esteve principalmente interessado em dialogar criticamente com o pensamento hegeliano então dominante, e uma

suposta segunda parte, durante a qual amadurece um autor cada vez mais preocupado com a interpretação do sistema econômico capitalista e suas leis e funcionamento.

Certamente, um autor notório demandante da existência desse “corte epistemológico” foi Louis Althusser, motivado, nos anos setenta, a reconstruir um “marxismo científico” que retirasse suas veiculações humanistas e talvez subjetivistas freqüentes nas primeiras obras de Marx. Seu propósito, entretanto, foi fundar uma corrente teórica estruturalista que instituisse uma interpretação tal em que a subjetividade humana fosse apagada, e na qual apenas as macroestruturas pudessem ser investigadas e esmiuçadas para, assim, explicar a montagem do modo de produção capitalista (pode-se afirmar que tal concepção estava também presente em grande parte dos partidos políticos de esquerda na década de 1970). Contudo, não é propósito deste estudo a apresentação do estruturalismo althusseriano, mas apenas ressaltar que, na história do pensamento social marxista, este autor talvez tenha sido o mais forte crítico do “jovem Marx”, descartando inteiramente sua contribuição daqueles anos. À obra do filósofo francês, tão influente na década de 1970 e em parte da década seguinte, embora francamente decadente nos anos posteriores, reuniu-se um conjunto de autores igualmente desinteressados da “obra hegeliana” de Marx, especialmente a partir dos anos cinquenta, quando diversas obras de Marx são “redescobertas”, muitas delas daquele período inicial.

Apenas a título de exemplo, os “Manuscritos econômico-filosóficos”, escritos entre abril e agosto de 1844, foram primeiramente publicados em alemão, no ano de 1932, e permaneceram virtualmente desconhecidos até o final dos anos cinquenta, quando finalmente receberam sua primeira tradução em inglês. O fato causou verdadeiro espanto e furor argumentativo, a partir de então, entre os seguidores do marxismo. Surgia um “outro Marx”, completamente distinto do Marx então predominante em sua versão economicista, pretensamente responsável – assim diziam seus interpretadores - por “leis inevitáveis” de desenvolvimento social, usualmente difundidas sob forma extremamente vulgarizada, quase sempre como uma literatura oficial de partidos comunistas.

Também não é objetivo deste estudo precisar as mais recônditas diferenças entre esses supostos períodos que teriam existido entre os vários momentos do pensador alemão que fundaria o marxismo. Interessa, isto sim, indicar precisamente que este Marx, mais humanista e dedicado especialmente a temas específicos e filosóficos, seria aquele que principalmente teria inspirado a Sociologia de Martins ao longo da maior parte de sua obra. Na primeira parte

da obra de Marx, iniciando-se com sua tese de doutorado e, como citado acima, talvez sendo delimitada pela conclusão de “A Ideologia Alemã”, Marx se interessa, em especial, na (re)construção da teoria de alienação proposta por Hegel, alterando profundamente a sua estrutura ontológica.

Em Hegel, como é sabido, o fenômeno da alienação como sendo o principal “problema humano” percorria toda a obra e, genericamente e sob a forma simplificada, surgiria sob definições ligeiramente diferenciadas. De um lado, Hegel ressaltava o processo de alienação (de fato, mas, precisamente, auto-alienação) como resultado de um processo circular, ocorrido ao longo da história, durante o qual os humanos se aproximariam de um estado onde predominaria o “espírito absoluto” (a “única realidade”, ou a “idéia absoluta”), em certos períodos. Em outros períodos, contudo, voltariam, como seres naturais, a estados de auto-alienação, como “espíritos finitos” (parciais), incapazes de alcançar o conhecimento adequado e correspondente ao “espírito absoluto”. Além disso, Hegel ainda enfatiza, em outro sentido, que a alienação se expressaria em coisas, objetificando-se em entidades físicas, instituições e produtos culturais, e “cada instância de objetificação” assumiria uma faceta do processo mais amplo de alienação, exatamente porque se apresentariam como alheios a seus produtores diretos.

Marx, por sua vez, em seus primeiros escritos da década de 1840, dedica-se intensamente à polêmica com o pensamento hegeliano então fortemente influente na Alemanha, onde, aliás, era quase uma ideologia oficial, pois a noção “do espírito absoluto” se confundia, na linguagem dominante na ocasião, com o poder das elites e com um Estado forte e comandante dos processos sociais. Para Marx, idéias hegelianas, como a autocriação humana enquanto resultado de um processo histórico, e as “instâncias de objetificação” como uma perda, representavam corretas percepções analíticas de Hegel. O autor não discordava da identificação de objetificação com a alienação, insistindo que a alienação seria um estado especialmente mental, durante o qual os humanos perderiam sua autoconsciência. A alienação seria, particularmente, a alienação de sua consciência. Dessa forma, o retorno dos humanos “a si mesmos” necessariamente implicaria na reapropriação dos humanos de si próprios (modificando o sentido da humanidade) e de sua natureza, o que implicaria, por certo, na eliminação dos fatores determinantes dessa alienação, como fatores principalmente a estas relacionadas, tais como a propriedade privada. O mecanismo sugerido para esta radical

transformação, Marx insistiria, somente poderia ser através de uma revolução e a implantação do comunismo.

Da mesma forma, ao ser introduzido também naqueles anos, com a contribuição da economia política então emergentes, a crítica de Marx à “política em geral” gradualmente se tornaria, também, uma crítica ao pensamento econômico então dominante. Embora concordasse com a noção do trabalho como fonte principal da riqueza (o que daria origem à sua teoria do valor-trabalho), descartando assim os fisiocratas, criticaria autores como Adam Smith e, em particular, David Ricardo, por assumirem a “naturalização” da propriedade privada. Para Marx, nesse conceito e em sua materialização residiria a crescente desigualdade na distribuição da riqueza, gerando a luta de classes. Portanto, o central aqui seria a noção de trabalho alienado, introduzindo assim uma forma concreta à idéia abstrata de Hegel, e salientando que todas as outras formas de alienação a ela se reduzem. E, novamente insistindo que a alienação poderia ser abolida apenas com a extinção da propriedade privada, a base dessa segmentação social.

Embora um tema de visível densidade e, em especial, de extremada controvérsia no pensamento social marxista, o que se pretende reter, nesta parte, é a influência do Marx que emerge naquele período na maior parte das obras de José de Souza Martins, uma parte da contribuição marxiana, portanto, que enfatiza os processos de alienação social e suas conseqüências nas práticas sociais. Martins reconhece essa longa adesão ao humanismo marxista em artigo recente, quando discute a atualmente tão difundida noção de “exclusão social” (2002). No artigo, Martins critica a expressão exatamente porque introduz uma clara contradição, qual seja, setores sociais situados usualmente no campo político da esquerda, portanto anticapitalistas em algum grau, reclamam a inclusão de setores sociais mais pobres e marginalizados, ou seja, a sua integração ao sistema econômico e social capitalista. Contraditoriamente, portanto, a postura anticapitalista de tal reclamo reivindica precisamente a inclusão capitalista e, dessa forma, a alienação daqueles setores socialmente marginalizados. Em face de tal contradição, continua o autor,

na verdade, a categoria exclusão é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista. Mais do que uma definição precisa de problemas, ela expressa uma incerteza e uma

grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea [...] ‘excluído’ é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: não há possibilidade histórica e nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a esta rotulação [...] eles são apenas o trabalhador potencial, o resíduo crescente do desenvolvimento econômico anômalo. Quando muito, são trabalhadores dos setores secundários e irrelevantes na produção. Por isso são excluídos [...] Não podem impregnar por dentro o processo de reprodução ampliada do capital [...] Esse é o extremo histórico da coisificação da pessoa e de sua alienação. Por isso, as categorias ‘excluído’ e ‘exclusão’ são categorias de orientação conservadora. Não tocam nas contradições. Apenas as lamentam [...] A sociedade ‘alternativa’, proclamada por ideólogos dessas manifestações, nada tem de alternativa. Não supera o atual, apenas o reafirma. Todo o protesto social e político em nome dos excluídos é feito em nome de providências políticas de integração dos excluídos na sociedade que os exclui [...] Meu trabalho não é propositivo nem conceitualmente nem politicamente. É um diálogo crítico com um modo de pensar a situação social dos pobres, para radicalizar as implicações desse modo de pensar. Para mostrar que mesmo aquilo que se apresenta como absoluto enquanto concepção – a exclusão – não resiste ao confronto com a diversidade social própria da sociedade atual [...] Quando Marx aponta a importância da igualdade jurídica para acobertar a desigualdade econômica, propõe o fundamento desse teatro. Apenas não havia se dado conta *que a alienação não é um processo passivo, mas sim um processo social ativo*. Nele, o sujeito ativa e criticamente desenvolve mecanismos socialmente compensatórios para as privações que o alcançam [...] É preciso, sobretudo, compreender a nossa incompreensão, a nossa resistência em compreender o outro como agente da reprodução da iniquidade que o vitima e, ao vitimá-lo, nos vitima também. Porque, no fim, na prepotência de querer libertá-lo, o que queremos é nos libertar, num certo sentido, nos libertar dele, nos livrar dele [o ‘excluído’]. Porque não estamos propondo a construção do novo – apenas a extensão a ele do que já é velho, dos mecanismos de reprodução das relações sociais e não da produção de novas relações sociais. (MARTINS, 2002, p. 27-31).

A citação, embora longa, é extremamente reveladora para os objetivos maiores deste estudo, por diversas razões, e principalmente por revelar dois aspectos centrais que identificam a obra de Martins. Primeiramente, sua compreensão do marxismo é, antes de tudo, centrada na teoria da alienação proposta por Marx, em suas primeiras publicações, e também presente, ainda que de forma difusa, na segunda parte de sua obra. Ao privilegiar este centro explicativo, Martins, na maior parte de sua prolífica obra, estrutura conceitos como “renda da terra” a partir de sua prática de pesquisa centralmente dirigida aos processos microssociais. Dessa forma, a maior parte da obra de Martins será dirigida aos aspectos que muitos cientistas sociais considerariam como “menores”, pois não estão condicionados à análise das grandes estruturas e dos grandes processos, especialmente os econômicos. Na obra de Martins, é exatamente o “homem simples” e sua sociabilidade que revelam as grandes contradições de nosso tempo. Segundo suas próprias palavras,

De um lado, o herói deste enredo é o homem comum fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, mas obstinado no seu propósito de mudar a vida, de fazer história, ainda que pelos tortuosos caminhos de sua alienação e de seus desencontros, os difíceis caminhos cotidianos da vida. De outro lado, a complexidade do problema está no modo anômalo e inacabado como a modernidade se propõe num país como o Brasil e na realidade descompassada desta nossa América Latina. Nosso enigma é hoje o enigma da captura desse homem comum pelos mecanismos de estranhamento de uma cotidianidade que exacerba a mutilação de nosso relacionamento com nossas possibilidades históricas e mutila a compreensão dos limites que cada momento histórico nos propõe (MARTINS, 2000, p. 12).

É por esta razão, por exemplo, que seus artigos e livros quase sempre ignorarão as estatísticas societárias, os dados empíricos “globalizantes”, e nem mesmo se interessarão em trabalhar com dados censitários, na maior parte de seus estudos. Centrando-se na teoria da alienação, seu interesse concentrar-se-á, pelo contrário, nos processos propriamente sociais, e lhe permitirá combater o economicismo que marca o marxismo no geral, predominando como a tendência dominante no século XX, inclusive no Brasil.

Assim, é como decorrência desse dois aspectos decisivos de sua leitura teórica do marxismo (a centralidade da teoria da alienação e a explicação da sociedade a partir dos processos microssociais) que o autor estudado, quase que como um desdobramento natural, marca os seus interesses empíricos pelo estudo sociológico dos mais pobres, os mais marginalizados, os mais escondidos e ocultos da visibilidade societária. Tais subgrupos, dentro da ótica geral de sua teoria e da compreensão de Marx, por certo melhor espelhariam as chances de analisar os processos de alienação social e, igualmente, o encaminhamento de estudos e pesquisas dedicadas ao microssocial. Portanto, tal opção resulta, quase sempre, na aparência de um cientista social que, muitas vezes, é mais próximo da tradição antropológica do que propriamente sociológica. Essa, entretanto, é apenas uma aparência, pois seus estudos são, por excelência, estudos sociológicos de um autor que comanda refinada formação teórica.

## **1.2 A INFLUÊNCIA FORMATIVA DE FLORESTAN FERNANDES**

Conforme assinalado anteriormente, identifica-se, em Florestan Fernandes, um inspirador teórico na formação do pensamento de José de Souza Martins, principalmente no início de sua vida acadêmica. A produção teórica de Florestan Fernandes, sociólogo da USP (falecido em

1995), que escreveu mais de cinquenta livros e centenas de artigos que influenciaram outros intelectuais, como Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Paul Singer, está inserida entre os pensadores de cuja obra pode-se afirmar ter havido contribuição em várias áreas da Sociologia. Suas teses de mestrado e doutorado são referência até hoje no estudo dos Tupinambá<sup>2</sup>. Na década de 1950, este sociólogo voltou-se para a questão do racismo, num trabalho pioneiro que, segundo Gabriel Cohn, “lançou sérias dúvidas sobre o mito da democracia racial e deu alento para o estudo da democracia de forma mais ampla, um tema muito presente em sua obra”. (COHN, 1987, p. 13)

É com Florestan Fernandes que a Sociologia assume um novo estilo de pensar a realidade social, incorporando as relações, os processos e as estruturas sociais. De forma bem sintética, pode-se dizer que a matriz da sociologia inaugurada por Florestan Fernandes no Brasil é uma sociologia crítica, baseada nos processos sociais e no estudo das relações de dominação e apropriação econômica da sociedade capitalista no Brasil. Em seus estudos, ele apresenta as formas de vida e as relações de trabalho dos trabalhadores urbanos e rurais, inseridos em suas relações com os grupos e classes sociais dominantes. Portanto, o conjunto da sua obra refletia também uma Sociologia questionadora, transformadora, preocupada com o desenvolvimento econômico nacional e os possíveis entraves desse desenvolvimento. Em vasta obra, Florestan abordou variados temas, desde o já citado, a organização social dos Tupinambá, aos fundamentos metodológicos da Sociologia; dos problemas do negro às mudanças sociais no Brasil; das questões da escola pública às vicissitudes da revolução cubana.

É principalmente na década de 1950 que Florestan despontará como um sociólogo que, além de analisar a formação social e política nacional, procurará incorporar essas análises com a pesquisa de campo. Otávio Ianni, ao resgatar a história da Sociologia, situa a importância desse Sociólogo na formação da Sociologia no Brasil, ressaltando que,

É inegável, todavia, que o conjunto das monografias e ensaios, livros e artigos, cursos e conferências, campanhas e debates produzidos por Florestan Fernandes revela uma obra vigorosa, nova, com larga influência no ensino e pesquisa, nas

---

<sup>2</sup> Martins(1998), informa no livro referente a vida e obra de Florestan Fernandes que este obteve o título de mestre em 1947, com a dissertação “A organização social dos Tupinambá”. Concluiu o doutorado em 1951, com a tese “A função social da guerra na sociedade Tupinambá”, ainda sob orientação do professor Fernando de Azevedo. Nessas obras, muito respeitadas até hoje, Florestan reconstrói a estrutura da tribo Tupinambá, já desaparecida na época, por meio de documentos de viajantes. Concluído o doutorado, Florestan passou a livre docente da USP na cátedra de Sociologia I e, posteriormente, tornou-se professor titular (MARTINS,1998).

interpretações e controvérsias que se espriam pelo pensamento brasileiro. Fernandes inaugura uma linguagem sociológica que descortina novas possibilidades de pensar e modificar a sociedade, a história (...) Na medida em que a perspectiva científica adquire consistência e desenvolvimento através do ensino e da pesquisa, da pesquisa de campo e da reconstrução histórica, da monografia e do ensaio, da reflexão teórica e histórica, o olhar sociológico fica mais elaborado, nítido, perspicaz. Tanto lança luz sobre obras, idéias, interpretações e controvérsias do presente e do passado, como também se beneficia delas, ilumina-se (IANNI, 1989, p. 92).

A citação é um exemplo da importância do autor para a Sociologia brasileira, pois grande parte da produção intelectual de Fernandes está impregnada de um estilo de reflexão que questiona a realidade social e o pensamento da época, põe em evidência os estudos sobre os entraves para o desenvolvimento brasileiro, a natureza da sociedade capitalista e como ela se organiza no Brasil. Para este autor, os processos históricos são constantes fontes de reflexão, fundamentais para qualquer investigação sociológica. A sustentação principal de suas reflexões estava nas contribuições da dialética marxista, e do resgate do conteúdo crítico da sociologia clássica e moderna.

A reflexão crítica sobre as condições e implicações da produção intelectual é uma dimensão necessária do seu pensamento. Ao dialogar com o marxismo, a Sociologia clássica e moderna e as outras ciências sociais, bem como ao examinar as modalidades da pesquisa e explicação, o que está em causa é o modo pelo qual se dá o processo de conhecimento, como teoria e prática (IANNI, 1989, p. 110).

Um exemplo de um livro do autor em que o marxismo é assumido explicitamente como ponto de vista metodológico é “A Revolução Burguesa no Brasil” (1975). Na obra, Florestan apresenta uma análise das motivações comportamentais dos senhores de escravos que se aproxima, em muitos casos, de uma análise marxista, já que tais motivações são vinculadas à sua gênese nas relações sociais de produção. De resto, quando analisa os processos de transição da "sociedade estamental" para o capitalismo, Florestan não deixa de fazer intervir a noção da luta de classes, o que novamente aproxima-o do marxismo.

Prosseguindo na trajetória do autor, em 1969 Florestan foi exilado no Canadá com base no Ato Institucional nº 5, e lecionou na Universidade de Toronto até 1972, quando retornou ao Brasil. É a partir daí que Florestan irá somar ao rigor da “sua” Sociologia acadêmica a

perspectiva política e, assim, adotará uma postura militante, propondo uma Sociologia politicamente engajada.

A produção intelectual de Florestan Fernandes caracteriza-se por um diálogo contínuo e crítico com a sociologia clássica e moderna: Durkheim, Comte, Weber, Mannheim, Parsons, Spencer, Merton, e outros. Porém, destaca-se, em suas obras, o pensamento marxista. O entendimento das obras de Marx, Engels, Lenin, Trotsky e Gramsci tornou-se fundamental para o autor na compreensão dos problemas brasileiros, e fortaleceu o rigor metodológico de Fernandes incorporando o pensamento dialético nas suas pesquisas. Na afirmação de Otávio Ianni, “é com Florestan Fernandes que a reflexão sociológica adquire toda a sua envergadura histórica, abrindo horizontes e criando desafios para o pensamento brasileiro”(1989. p.97).

No caso das Ciências Sociais, em particular da Sociologia, é inegável que a obra de Florestan Fernandes inaugura um estilo de pensamento, em que se sobressai a perspectiva crítica. A base do seu pensamento influenciará vários de seus discípulos, como José de Souza Martins, que participou ativamente de grupos de estudos promovidos pelo professor. Esses grupos de estudos formaram mentalidades, cientistas sociais críticos e questionadores. Tal formação foi interrompida durante o regime militar, que levou ao exílio muitos intelectuais. Naquele período autoritário, grande parte da produção do conhecimento mais crítico foi cerceada, e seus efeitos negativos geraram uma série de pesquisas direcionadas mais para atender ao regime, impedindo a construção de uma sociologia mais crítica. Assim é que Martins, como um dos discípulos de Florestan, terá suas primeiras produções teóricas influenciadas por esse contexto. Pode-se distinguir dessa fase o livro “Conde Matarazzo – o Empresário e a Empresa: Estudo de Sociologia do Desenvolvimento” (1967) e, na década posterior, “A Imigração e a Crise no Brasil Agrário” (1973) e “Capitalismo e Tradicionalismo” (1975). Essas publicações registram a preocupação inicial de Martins e marcaram as fases iniciais da “Escola de Sociologia”, de procurar entender o processo de desenvolvimento, e a formação capitalista no Brasil. Em outra fase, ainda influenciada pela “Escola de Sociologia”, está o livro “Sobre o Modo Capitalista de Pensar” (1978), voltado mais para a discussão de uma sociologia crítica e militante interrompida pelo regime militar. No segundo capítulo, o leitor poderá verificar como Martins, no final dos anos setenta, tornou-se um ardoroso crítico à postura de muitos sociólogos, professores que, segundo ele, transformaram a Sociologia em uma ciência a serviço do regime. Não é coincidência que Martins, durante os anos de perseguição da ditadura (que puseram fim à “Escola de

Sociologia” e levaram ao exílio Florestan Fernandes, em 1969), tenha organizado grupos de estudos semanais para fazer uma leitura rigorosa e metodológica da obra de Marx. O grupo teve início em 1975 e funcionou até 1987 com esse propósito, mas outros seis anos foram utilizados para a leitura dos livros de Henri Lefebvre.

Nas leituras que foram realizadas independentemente de sua fase, ou momento, observa-se que a influência de Florestan esteve presente, fosse na constante reflexão da sociedade, e na análise dos processos sociais no Brasil, fosse no rigor metodológico na condução de suas pesquisas. Ousando um pouco mais, pode-se “arriscar” afirmar que não somente está presente nas obras de Martins a influência teórica de Florestan Fernandes, mas também a sua postura de cientista social. É o próprio Martins que relata que “Florestan mostrava descontentamento com análises que se prestavam mais a defender um grupo ou partido político do que propriamente uma análise científica” (MARTINS, 1998, p.70). Por mais que o sociólogo por duas vezes tivesse exercido o mandato de deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, para Martins, “o socialista e o acadêmico sempre existiram em diferentes proporções em função do momento histórico” (1998, p. 70).

Em Martins, a influência dessa postura ética, comprometida não com partidos políticos, grupos, etc, mas com a reflexão exaustiva dos problemas que assolam a sociedade brasileira, está presente em várias de suas obras, como em “Reforma Agrária: o impossível diálogo” (2000). No estudo, o autor retoma o tema da questão agrária e da atuação da CPT, MST, bem como de principais agências de mediação na atual luta pela reforma agrária.

Boa parte de seu projeto supostamente alternativo se perde no reduativismo ideológico que anula justamente o que é de fato riqueza de possibilidades e possibilidades do alternativo em sua experiência de base. Esse simplismo tem sido agravado por intelectuais comprometidos com partidos políticos identificados com uma tradição teórico-ideológica laica e iluminista, de raízes burguesas, incapazes de lidar com as utopias, com o simbólico e com as crenças (MARTINS, 2000, p. 115).

A citação revela um autor que faz duras críticas a setores sociais situados no campo da esquerda, e que, assim, se comprometem mais com os partidos políticos do que com a realidade social. Isso é o que demonstra um dos aspectos que marca, que caracteriza o

pensamento de José de Souza Martins: suas reflexões incidem sobre situações concretas, dilemas vividos pelos mais pobres, e este é o seu compromisso. E a sua forma de interpretar os problemas brasileiros está significativamente influenciada pelo pensamento de Florestan Fernandes, não se limitando a um determinado momento, ou fase de sua produção teórica, mas presente como uma herança que o acompanha em sua trajetória intelectual.

### **1.3 A INFLUÊNCIA FORMATIVA DE HENRI LEFEBVRE**

Das influências formativas às quais José de Souza Martins constantemente se refere, Henri Lefebvre assume uma importância significativa, principalmente porque o sociólogo francês, falecido em 1993, em várias de suas obras (o autor produziu cerca de setenta livros), atualizou as leituras marxistas, e trouxe essas interpretações para o cotidiano da sociedade, para os processos sociais. A aproximação de Martins com Lefebvre vem desde a década de 1970, e pode-se dizer que algumas obras do pensador francês foram referências no pensamento martiniano: “Du Rural à L’Urbain” (1970), e “Sociologie de Marx” (1966). A primeira por tratar-se da complexidade da vida social no mundo rural, e a segunda por ser uma leitura não dogmática sobre Marx.. Lefebvre representava, para Martins, um “marxista contemporâneo de envergadura clássica” (MARTINS, 1996, p. 102).

Representando, melhor do que ninguém, o inquieto pensamento dos inconformados com todos os dogmatismos e com todas as opressões, Lefebvre trouxe Marx para nosso tempo criticamente, como era próprio do pensamento marxiano. Não foi um vulgarizador de conceitos, essa verdadeira praga que abateu o pensamento marxista, reduzindo-o a uma coleção de ineficientes fórmulas feitas. Lefebvre retomou o que de mais importante havia em Marx – seu método e sua concepção de que a relação entre a teoria e a prática, entre o pensar e o viver, é uma relação vital (e datada) na grande aventura de fazer do homem protagonista de sua própria história (MARTINS, 1996, p. 9).

O respeito por Lefebvre e por sua leitura crítica do marxismo aproximou mais ainda Martins desse autor. Destaca-se essa influência principalmente na década de 1980, quando este se apropria das bases analíticas de Lefebvre para analisar os processos sociais agrários, combatendo duramente uma leitura que se fazia naquele momento, a qual era voltada para o marxismo-estruturalista e que questionava o campesinato como sujeito político importante no

processo de transformação social. Contrário a essa posição, Martins sai na defesa das lutas camponesas e da importância política do campesinato nas transformações da sociedade brasileira.

O pensamento inconformado de Lefebvre com os dogmatismos reinantes nas leituras de Marx e na defesa de suas posições políticas e acadêmicas lhe custou o isolamento dos centros de debates. Isso desde os anos trinta, quando discorria sobre a mistificação da consciência e a possibilidade de sua manipulação. Em 1957, desvinculou-se do Partido Comunista Francês – PCF – e passou a trabalhar em “sua militância isolada” em análises diversas, desde a problemática rural e urbana, até a reflexão sobre a vida cotidiana e espacial.

Em 1993, Martins organizou um colóquio no Departamento de Sociologia da USP, “A Aventura Intelectual de Henri Lefebvre”, que não somente prestava uma homenagem ao pensador francês, como também encerrava dezoito anos de seminários matutinos realizados todas as sextas-feiras, quando, juntamente com alunos da pós-graduação, durante doze anos dedicaram-se à leitura de quase toda a obra de Marx, além de outros seis anos de estudo das obras de Lefebvre. O grupo de estudo em questão, que se iniciou em 1976, tornou-se importante para Martins, como já foi ressaltado anteriormente, pois veio a preencher uma lacuna deixada pelo regime militar na interrupção de uma fase de extrema produção e reflexão sobre o Brasil, a qual era conduzida principalmente pela “Escola de Sociologia da USP” e dirigida por Florestan Fernandes.

Dessa forma, para Martins, Lefebvre representa um pensador que soube retomar Marx, especialmente o Marx humanista, afastando de suas análises o marxismo dogmatizado e revelando-se um autor em constante diálogo crítico com a Sociologia. Lefebvre representa também uma inspiração em termos metodológicos, principalmente na atualização de conceitos marxistas que foram transformados em verdadeiras “armadilhas” nas leituras de muitos intelectuais. Um desses conceitos é o do “modo de produção capitalista”, transformado em âncora pelos estruturalistas para explicar somente as relações de produção no desenvolvimento da sociedade capitalista. Assim, o conceito de “desenvolvimento desigual” foi interpretado reduzindo-o às contradições do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociedade, enquanto, para Lefebvre, “[...] significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas e culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico”(LEFEBVRE, 1981, p. 12). Dessa forma, de acordo com o

sociólogo francês, a formação não é somente econômica, mas também social, abrange a natureza e a sociedade; o homem não só reproduz, mas, cria, modifica a sociedade.

Portanto, pode-se destacar (ressaltando-se mais uma vez o risco da segmentação que essa afirmação traz) duas categorias analíticas, referências nas obras de Martins. A primeira é o conceito já citado, de desenvolvimento desigual. É na apreensão dessa categoria analítica, muito utilizada por Lefebvre, que Martins servir-se-á para analisar a complexidade dos processos agrários, principalmente na década de oitenta, sobre o campesinato em áreas de fronteira. Lefebvre considerava ser o mundo rural a maior referência da diversidade das relações sociais e da coexistência dos tempos históricos.

A segunda categoria referencial nas obras de Martins será a dos processos sociais do “cotidiano”. Segundo Lefebvre, o cotidiano da vida moderna é também produto do modo de produção e “nele se entrecruzam os tempos cíclicos e os tempos lineares, modalidades diversas do repetitivo e também demarcadores do ritmo dos processos sociais, de sua historicidade” (1981, p.16-17). Essa matriz do pensamento do sociólogo francês é identificada principalmente nas obras de Martins, desde meados da década de 1990 até recentemente, quando Martins se centraliza nos processos micro-sociais e no processo de alienação do homem na vida cotidiana. No desenvolvimento do capitalismo, o trabalhador está divorciado de sua obra: “é que o trabalho sem sentido dá origem à vida cotidiana” (MARTINS, 1999, p.143). Mais adiante, o autor afirma:

Numa perspectiva verdadeiramente dialética, é necessário, antes de tudo, ter em conta que a chave explicativa que dá sentido ao curso da história está na contradição entre o homem e sua obra, na relação alienada entre aquilo que ele quer e aquilo que ele faz; no desencontro que cria necessidades sociais que são necessidades radicais, isto é, necessidades que só podem ser satisfeitas mediante profundas transformações sociais, como sugere Lefebvre (MARTINS, 1999, p.148).

Assim, além dessas categorias de análises que são identificadas nas obras de Martins, é possível identificar também o método dialético, que Lefebvre resgata do pensamento marxiano para explicar a relação entre um modo de pensar e uma prática, a relação entre o

homem e a natureza como núcleo explicativo do processo histórico. O método dialético está no centro dessa relação, que combina os momentos do método de investigação com o método de explicação. O núcleo principal das preocupações de Lefebvre está na constituição da humanidade do homem, na relação entre o homem e a natureza. Sua aproximação explicativa vai ao encontro do Marx humanista da “chamada primeira fase”.

Esse Marx humano está no centro do retorno e no centro das indagações de Lefebvre. É um Marx inconcluso, que não se deteve na tarefa de pensar sozinho as rupturas da história e a transformação do mundo no sentido do avanço da universalidade do homem. Não é um Marx messiânico, embora seja um Marx utópico e profético. Diferente dos monumentos do marxismo oficial, esse Marx era mortal porque não tinha poder. Nesse Marx, Lefebvre encontra o homem que começou a construir e a sintetizar as indagações historicamente fundamentais de seu tempo, as perguntas não respondidas e as questões não resolvidas da época que com ele se inicia (MARTINS, 1999, p. 112).

Enfim, Lefebvre representa um autor livre dos dogmatismos marxistas. Em uma passagem do livro “La Présence et L’Absence: Contribution à la théorie des représentations” (1980), Lefebvre assinala:

A representação marxista corrente das superestruturas permanece estéril e superficial. Já sabemos que ela se prende às dificuldades e dilemas: o reflexo passivo, o formal separado do conteúdo, etc. [...] é preciso restituir, a toda sua amplitude, o conceito de produção, reduzido pelo economicismo à produção das coisas, isto é, das mercadorias. A produção engloba as relações sociais, e também os produtos. Ela implica na autoprodução (gênese) do ser humano social. O conceito de produção se alarga no de reprodução (LEFEBVRE, 1980, p.24).

Para finalizar este capítulo, o que se procurou mostrar foram as influências formativas de Florestan Fernandes e Henri Lefebvre, e como estes se assumem, na trajetória de José de Souza Martins, como referências importantes, não somente porque são citados em diversas obras do autor, mas porque deles foram incorporados categorias e métodos que até hoje estão presentes na produção intelectual de José de Souza Martins. Contudo, sua construção teórica

realizada ao longo desses anos e a influência que os dois autores citados acima exerceram só podem ser explicadas pela constante renovação que Martins faz das leituras de Marx. Sem dúvida, o pensamento marxista é constantemente reelaborado por Martins, e é sua herança maior.

## **2 DA “SOCIOLOGIA MILITANTE” AO DEBATE AGRARISTA**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o período na trajetória de José de Souza Martins que aqui se entenderá como “Sociologia militante”, que vai até sua passagem para o “debate agrarista”. Nesse sentido, buscar-se-á analisar, na primeira seção, o momento da produção intelectual de Martins que estava centralizada em dois pontos principais: o primeiro, na valorização de uma Sociologia crítica e transformadora; o segundo, voltado para uma reflexão sobre o mundo rural, mas principalmente para a reflexão que vai incidir sobre a constituição de uma Sociologia especial definida como Sociologia Rural. Este é o período compreendido entre 1975 até o início dos anos oitenta, momento que, aliado à reflexão do conhecimento sociológico, constitui o período em que Martins realizou suas primeiras incursões como pesquisador em áreas de grandes conflitos sociais, como o Norte e o Centro-oeste do País, o que inclusive permitiu-lhe o contato mais direto com agentes da pastoral da Igreja Católica, sindicalistas e camponeses.

Na segunda seção, é analisada especialmente a década de 1980, momento mais profícuo de sua produção intelectual voltada para a questão agrária brasileira. Nesse período, o autor analisa as lutas camponesas e critica fortemente a prática política de partidos políticos de expressão leninista que resistiam em reconhecer a importância política das lutas camponesas. Também nessa seção dar-se-á ênfase a diversos conceitos-chave, como “Renda da Terra”, “Terra de Trabalho e Terra de Negócio”, e “Desenvolvimento Historicamente Desigual”. Esses conceitos serão, ao longo da década de 1980, articulados com a questão agrária brasileira, principalmente com as lutas camponesas e com a ação da Igreja Católica, com a

qual Martins passa a ter uma aproximação maior como assessor da Comissão Pastoral da Terra.

A terceira seção apresenta a passagem do governo militar para um governo civil, e, neste contexto de transição, o modo como Martins analisa a discussão da reforma agrária e o papel político dos mediadores – sindicatos, partidos políticos e a própria Igreja Católica – nesse quadro de mudança institucional consagrada principalmente pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

## **2.1 A “SOCIOLOGIA MILITANTE”: MEADOS DA DÉCADA DE 1970 ATÉ O INÍCIO DOS ANOS OITENTA**

Os textos produzidos na década de 1970, especialmente a partir do final do decênio, registram um autor empenhado em reafirmar uma Sociologia mais crítica, militante, voltada para uma ação transformadora da realidade. Os estudos de Martins refletem a preocupação do autor, especialmente em valorizar o conhecimento sociológico, vinculando a prática e o saber no processo histórico. Um livro emblemático, que marca esse momento, é “Sobre o Modo Capitalista de Pensar” (1978). Neste livro, entre vários artigos, é analisado o processo de desenvolvimento do capitalismo, que resulta na mediação necessária entre produção e reprodução da alienação, e que subjuga quem não é capitalista, invertendo o “sentido do mundo” e instituindo uma direção invertida, alienada à ação que deveria construir a sociedade transformada, desvinculando e contrapondo entre si o saber e a prática.

A Sociologia, para Martins, aparece, em muitos estudos, como uma modalidade de saber desvinculada da prática. O livro em questão é representativo de um momento novo para o autor, e isso se pode afirmar com alguns fatos decisivos na sua trajetória, como a formação, em 1976, de um grupo de estudo com professores e alunos da Pós-graduação, para o aprofundamento das leituras marxistas (conforme citado no primeiro capítulo), terminando em 1993. Em 1977, inicia suas pesquisas empíricas em áreas de fronteira agrícola. Este contato com os problemas sociais de regiões cujos conflitos giravam em torno da luta pela terra, e a relação de aproximação com a Comissão Pastoral da Terra, tornou-o mais crítico em relação ao papel da Sociologia na sociedade brasileira. Dessa forma, sua crítica dirige-se à omissão de muitos Cientistas Sociais, naqueles anos, e a utilização desse conhecimento pelos setores dominantes reforçaria a posição do autor acerca de uma Sociologia que, em larga medida, se

apresentava como uma “ciência da adesão”, descomprometida e cooptável pelo regime militar. Sua crítica estava principalmente direcionada a setores docentes da Universidade de São Paulo, os quais Martins designaria como “profissionais desvinculados da realidade”. É importante recordar que este é um período de extrema violência e repressão aos intelectuais mais críticos, obrigando muitos ao recurso último do exílio, interrompendo idéias e o conhecimento científico que estava sendo produzido. Neste sentido, Martins organiza os artigos do livro “Sobre o Modo Capitalista de Pensar”, com o objetivo adicional de apresentar ao leitor o desenvolvimento da Sociologia e suas ambigüidades de origem, tendo, por isso, muitas vezes aprofundado e reproduzido os compromissos burgueses, e com o aval de muitos sociólogos que se limitavam a explicar conceitos em exercícios meramente teóricos. Desta forma, adverte o autor,

Para esse sociólogo, a prática se reduz ao preenchimento de papéis nas oligarquias acadêmicas, ao exercício ilusório, mas nem por isso menos nocivo, da “ditadura interna” nos departamentos, institutos, comissões universitárias. No outro lado está o empiricista vulgar, o sujeito firmemente convencido de que, colocando “rótulos sociológicos” sobre a realidade fétida, estará dando condições para que esta penetre na mente asséptica do pequeno burguês sem causar-lhe danos (MARTINS, 1982, p.5).

O que está por trás dessas argumentações de Martins, ou o que o autor procura enfatizar, é o compromisso maior do sociólogo, que para ele está em transformar a realidade, igualmente transformando a própria teoria e a si próprio. Como argumentou repetidamente, “Só o compromisso com a transformação da sociedade pode revolucionar o conhecimento, pode fazer da Sociologia uma ciência e não um cacoete” (MARTINS, 1982, p.5).

Indo além em sua proposta de mudanças na prática sociológica, o estudioso afirma que o sociólogo da ordem burguesa é especialmente um presunçoso e adepto da Sociologia publicitária. Para mudar tais práticas sociológicas, propõe a seus pares acadêmicos, principalmente da Universidade de São Paulo, uma Sociologia comprometida com a realidade histórica. Os quatro artigos que compõem o livro “Sobre o Modo Capitalista de Pensar” foram dirigidos principalmente a estudantes de Ciências Humanas, o que também demonstra a vontade de um diálogo com os futuros profissionais dessa área, além de caracterizar o momento que chamamos de afirmação da Sociologia militante, pois os artigos contidos no

livro justificavam a necessidade de uma sociologia crítica que analisasse as relações sociais de produção na sociedade capitalista.

É no último artigo da coletânea, intitulado “As coisas no lugar: da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo”<sup>3</sup>, que Martins procurou decifrar o mundo rural e, com ele, a sociedade em que vivemos. Chama essa Sociologia especial de Sociologia Rural e se propõe a explicar esse mundo como uma realidade à parte, como universo *sui generis*. Martins procura ampliar a discussão teórica para analisar o mundo rural. De fato, o autor não está preocupado com o rural em si mesmo, mas supõe que a própria noção de rural é elaborada a partir de determinadas condições e circunstâncias sociais. A sua premissa é que o rural é parte de uma forma de construção social da realidade, ainda que no âmbito do chamado conhecimento sociológico.

Para Martins, o conhecimento do mundo rural brasileiro estava marcado por uma análise simplificada, em cujo pensamento predominavam análises evolucionistas e economicistas, e que estavam presentes em diversos livros e em autores mais preocupados em explicar a sociedade brasileira sob a ótica de modelos europeus, ou categorias estranhas e não correspondentes à realidade social brasileira. Sua crítica estava baseada principalmente na existência de uma leitura ortodoxa do marxismo realizada por muitos autores no Brasil, amplamente dominante naqueles anos. Essas leituras “apressadas” das obras de Marx resultaram em concepções evolucionistas e economicistas que apresentavam principalmente uma sociedade que evolui linearmente em modos de produção, como se o modo de produção fosse unicamente caracterizado pelo processo de trabalho. Desconsideravam, essas análises, o processo de exploração e as formas de dominação e sujeição, estas sim definidoras do modo de produção. Ainda para Martins, o aspecto econômico é um traço marcante da vida urbana e capitalista que será levado para analisar o mundo rural, desconsiderando qualquer diferença entre tais ambientes sociais e sem nenhum rigor metodológico. Para essas análises ortodoxas, a mesma mentalidade que rege o capitalista urbano regeria o capitalista do mundo rural. Martins afirma que estes equívocos, presentes em muitos estudos sobre o mundo rural, continuam a separar aquilo que o capital já unificou, o rural e o urbano. Segundo o autor,

---

<sup>3</sup> Primeiramente apresentado em forma de conferência no Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural da UNB com o título “A ambigüidade na elaboração do objeto na sociologia rural” e publicado pela Revista Mexicana de Sociologia em 1976, este estudo é também a introdução do livro “Introdução Crítica à Sociologia Rural” (1986)

Continuamos a discutir a classe operária urbana como se não houvesse nenhum elo entre a sua situação e a dos lavradores pobres do nordeste ou de outras regiões. Privilegiamos a burguesia e o proletariado de grandes cidades como São Paulo e repudiamos ou colocamos na obscuridade de um meio-esquecimento os outros personagens do mesmo processo porque não se revestem de atributos típicos ideais (MARTINS, 1986, p. 99).

Estas interpretações, para Martins, carecem de pesquisas empíricas, de investigações teoricamente fundamentadas, “em que o pesquisador tem o domínio tanto do método de investigação quanto do método de explicação” (1986, p.100). Propõe, assim, a necessidade de renovação dos estudos sociológicos sobre o mundo rural, a começar por uma reflexão sobre as diferenças econômicas existentes entre cidade e campo; ou seja, as relações econômicas predominantes na cidade, as quais não se configurariam igualmente no campo. Essas preocupações são dirigidas e explicadas principalmente quando Martins analisa as lutas camponesas em seus livros da década de 1980. Entre eles, destaca-se o referencial livro “Os Camponeses e a Política no Brasil”(1981), o qual apresenta uma forte crítica ao pensamento de esquerda então dominante no País e suas incompreensões sobre o mundo rural. No texto, talvez uma das análises mais marcantes já produzidas sobre as lutas sociais no campo, o autor adverte que

predomina hoje nos partidos de oposição, recentemente autorizados a funcionar, uma concepção proletária da situação social e política, estando neles ausente a possibilidade e a necessidade de uma presença camponesa – para o que os tais partidos teriam que se reformular amplamente, admitindo como necessária a convivência democrática, dentro dos partidos, de duas classes sociais básicas produzidas pelas contradições do capital e com ele antagonizadas: a dos operários e a dos camponeses, a dos que sofrem a exploração do capital e a dos que estão submetidos ao processo de expropriação pelo capital; cada qual com seu tempo histórico, a sua luta e a sua visão de mundo ( MARTINS, 1995, p. 102).

Diante das questões levantadas acima, para Martins o sentido maior da Sociologia Rural estava em um campo de investigação que fosse além de fundamentações teóricas comprometidas com grupos sociais dominantes que vissem, naquele momento, a emancipação

do mundo rural pela modernização técnica e econômica, ou comprometidas com argumentações que analisassem o mundo rural a partir do seu atraso político (em relação, por exemplo, à classe operária) em uma sociedade capitalista moderna. Para Martins, a superação dessas análises tornava necessária uma Sociologia Rural, pois,

a sociologia rural continua sendo um ponto de reparo legítimo [...] o rural não é uma ficção ou uma mistificação. O rural é produto necessário de um modo de construir a realidade social; construir no nível do entendimento que se pode ter sobre essa mesma realidade numa determinada formação social, como a capitalista. É um ponto de partida, mas não pode ser, ao mesmo tempo, o ponto de chegada (MARTINS, 1982, p. 79).

Contudo, para Martins, os problemas de análise da Sociologia Rural não se esgotavam na análise da dominação dos grupos sociais ou nas concepções que viam o campo sob a ótica do atraso político. A renovação na reflexão sociológica sobre o mundo rural terá como inspiração principal os caminhos teóricos apontados por Henri Lefebvre (1966) na noção de processos sociais. Neste sentido, o processo social analisado por Lefebvre pretende dar conta também das relações sociais invisíveis estabelecidas pela circulação do produto do trabalho humano, relações que são estabelecidas entre os homens através de mercadorias. Para Martins,

O processo tem duas dimensões, tal como mostra Lefebvre [...] Uma dessas dimensões é aquela em que as pessoas formulam uma interpretação da sua vida social e da sua rotina, e a outra dimensão é dada pelo caráter histórico da atividade humana, de tal modo que se retenha na noção de processo aquilo que é cogitado pelo sujeito como ser social e aquilo que ele faz ou vivencia sem conhecer os fundamentos últimos. Em outras palavras, o processo social constitui-se na relação que cada homem trava com os outros e consigo mesmo através da História, através da alteração contínua das suas condições de existência e, conseqüentemente, da alteração contínua das suas relações sociais, como produto alienado da sua própria atividade. O processo é a vivência da História nessa dupla dimensão (MARTINS, 1986, p.37).

A compreensão teórica inspirada em Lefebvre sobre os processos sociais acompanhará a trajetória intelectual de Martins e estará presente em sua obra. Contudo, verifica-se que essa perspectiva de análise estará mais presente a partir da década de noventa, e pode-se situar o

livro “O Poder do Atraso” (1994) como uma obra emblemática, que reúne vários estudos sobre a ação política dos diversos protagonistas sociais, como camponeses, índios, MST, Estado, Igreja, movimentos sociais, os partidos políticos e os intelectuais. Na continuidade dessa análise dos desempenhos políticos e históricos desses protagonistas, outros dois livros se destacam. São eles: “Reforma Agrária: O Diálogo Impossível” (2000) e “A Sociedade Vista do Abismo” (2002).

Para finalizar esta seção, e retornando à Sociologia Rural, é importante ressaltar que, para Martins, naquele período, o objetivo maior da Sociologia Rural deveria ser o de superar a perspectiva ideológica a que ela estava limitada, “descortinar e explicar as bases rurais de produção do ser social e de sua consciência” (MARTINS, 1986, p. 38). A perspectiva de Martins, portanto, naquele momento de sua trajetória intelectual, estava centrada em organizar uma explicação para os fenômenos sociais rurais, um método que pudesse explicar os processos sociais no campo. É a partir dessas preocupações sobre a busca de uma Sociologia mais crítica e no confronto com suas pesquisas empíricas em áreas de fronteira agropecuária, que Martins passou a incorporar problemáticas regionais, as quais tornaram-se pontos centrais de sua preocupação com o mundo rural no período seguinte, como as lutas camponesas pelo direito à terra na Amazônia, o papel dos agentes pastorais da Igreja Católica nos conflitos entre camponeses e latifundiários, e a valorização dessas lutas em defesa de uma reforma agrária.

## **2.2 O DEBATE AGRARISTA: A DÉCADA DE 1980**

É possível divisar alguns pontos essenciais na obra de José de Souza Martins na década de oitenta. Seus textos, pode-se afirmar, são dedicados aos personagens sociais excluídos do chamado “grande pacto político” das elites brasileiras: os camponeses. Martins valoriza as lutas do campo, em especial o movimento das Ligas Camponesas, enquanto expressões “identitárias e disruptivas da ordem” (MARTINS, 1991, p.34). Está presente, também, a disputa teórica implícita contra Caio Prado Júnior<sup>4</sup>, e toda a prática político-partidária

---

<sup>4</sup> Caio Prado Jr., referência maior para o Partido Comunista Brasileiro, se referiu à questão agrária como “[...] uma marcha muito lenta no Brasil. E continuará assim por muito tempo, até que as forças políticas populares e de esquerda decidam intervir acertadamente no assunto, deixando de lado a estéril agitação por objetivos que se acham, no mais das vezes, na situação atual do país e no momento que atravessamos, muito além e mesmo inteiramente fora do realizável, a fim de se concentrarem naquelas tarefas da reforma que efetivamente respondem à sua fase e etapa atuais. Essa é a condição para o apressamento da transformação e renovação da economia agrária brasileira, preliminar necessária do novo Brasil de amanhã que se está construindo” (1979, p. 52).

leninista então dominante na esquerda brasileira. O *constructo* de Martins tem como ponto alto a proposição sobre os movimentos camponeses do pós-64 como um “ator moderno” convocado a fazer, da sua resistência à modernização burguesa, uma obra supletiva daquilo que o próprio “capital” não realizou, ou o fez muito precariamente neste país. Ou seja, “a possibilidade de o campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista” (MARTINS, 1995, p.12). A produção intelectual de Martins nos anos oitenta foi marcada por essa crítica às esquerdas e à postura teórica adotada por elas, isto é, “pela posição doutrinária a respeito da superioridade política das lutas operárias sobre as lutas camponesas; de outro lado, está marcada pela progressiva alteração na concepção a respeito do lugar político do campesinato” (MARTINS, 1995, p.12).

Sua crítica se dirigia, na época, aos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro que, segundo ele, se mostraram incapazes da “tarefa histórica” de mediar a quebra da dependência pessoal dos camponeses, estimulando-os a se converterem em protagonistas da sua própria libertação, processo paralisado desde 1964. A Igreja, para ele, cumpria melhor esse papel, tendo sido, inclusive, mais competente para repensar o papel do campesinato nas lutas sociais no Brasil e na libertação desse povo “sofrido, ameaçado de perder sua terra ou impossibilitado de alcançá-la” (CNBB, 1981, p.3).

Pode-se afirmar, que a “competência” da Igreja, citada pelo autor, está presente no texto de 14 de fevereiro de 1980, extraído da 18ª Reunião Anual da Assembléia da CNBB, ocorrida em Itaici. No documento “Igreja e problemas da terra”, a CNBB revela o sentido do que já se vinha praticando em algumas regiões do país: uma pastoral agrária segundo novas orientações. Fazendo o balanço dos cinco primeiros anos da Comissão Pastoral da Terra, os bispos brasileiros relataram a sofrida luta dos camponeses e dos operários, principalmente durante os anos mais duros do regime militar, para em seguida propor e operar uma “mudança social de lugar” da instituição, que deveria estar preferencialmente ao lado dos pobres urbanos e em defesa dos “excluídos rurais”.

---

Dizia-se que era um compromisso vivo e não mera conseqüência de uma “opção abstrata”; fruto de um processo de interpelação ao qual a Igreja se deixara submeter no pós-64, testemunhando a evolução perversa do nosso mundo agrário (invasão capitalista, concentração da propriedade, violência, migração); e sobremaneira dialogando com uma “consciência de classe camponesa”, que emergira num teatro de verdadeira “situação de luta social no campo” e dramaticamente resistia ao “capitalismo agrário” (CAMERMAN, 1981).

Esse documento da Igreja<sup>5</sup> é um marco importante na trajetória intelectual de Martins, pois reflete em grande parte as preocupações do autor com as lutas camponesas, principalmente no pós-64. O documento deixa claro que os conflitos de terra representam um problema social a ser resolvido. Os conflitos fundiários foram analisados como o resultado de um processo de desenvolvimento que priorizou a concentração da terra. A CNBB cita como exemplo a intervenção federal representada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que, ao invés de superar o desequilíbrio sócio-econômico dessas regiões, beneficiou grandes proprietários em detrimento dos trabalhadores rurais. O documento em questão, aponta que a política de incentivos fiscais foi uma das causas fundamentais da expansão das grandes empresas agropecuárias, que transformaram áreas de lavoura em pastagens. As tensões verificadas também vêm da dificuldade de obter o título definitivo da terra, o fracasso e abandono das famílias durante o processo de colonização, tanto oficial quanto privado, principalmente nas áreas de fronteira agrícola, e a expulsão das terras provocadas pelos “grileiros”. Há também um registro minucioso acerca da tragédia dos trabalhadores rurais sem-terra recrutados pelos “gatos”<sup>6</sup>.

O documento mostra o esforço necessário para romper com a idéia de “naturalizar” a miséria, pois “A responsabilidade não cabe a Deus, como se dá a entender quando se diz que ‘as coisas estão assim porque Deus quer’. Não é vontade de Deus que o povo sofra e viva na miséria” (CNBB, 1981, p.12). Na elaboração, são resgatados o sentimento dos bispos e a opção da Igreja:

---

<sup>5</sup> Dois outros documentos de 1973 mostram a preocupação da Igreja Católica com os conflitos ocorridos no campo e que resultaram, na década de 1980, em uma tomada de posição em defesa dos camponeses explorados pelo capital. São esses documentos: “Ouvi os clamores do meu povo” e “O grito das Igrejas”.

<sup>6</sup> O “gato”, como é conhecido em amplas regiões, como no Norte e Nordeste do País, opera como um agenciador de trabalhadores, recrutados para trabalhar em fazendas sob promessas de salários. Segundo Jean Hebbete (1989), os custos com transporte, acomodação, comida são transformados em dívida muito maior do que o salário, impedindo que esses trabalhadores paguem suas dívidas, ou possam abandonar a fazenda.

O ideal evangélico a ser atingido, a prefiguração na terra do reino definitivo, quando Deus será tudo em todos, é a construção de uma sociedade fraterna, fundada na justiça e no amor. Para o evangelho, os bens materiais não devem ser causa de separação, de egoísmo e de pecado, mas de comunhão e de realização de cada pessoa na comunidade dos filhos de Deus (CNBB, 1981, p. 24).

A doutrina da Igreja resgatou, assim, a função social da terra, que “deve ser fonte de liberdade para todos, nunca de dominação nem de privilégios” (CNBB, 1981, p. 29). A luta dos trabalhadores rurais não é mais do que o direito natural adquirido pela posse e uso da terra, e pelo trabalho. Com essas análises do processo de exploração do trabalhador e da sua luta, surge no documento o conceito que acompanhou grande parte das obras de Martins, terra de trabalho e terra de negócio.

A terra de exploração, que nosso lavrador chama de terra de negócio [...] é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, quando da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade (CNBB, 1981, p. 30).

Já a função da terra para o trabalhador rural é outra, e aparece no direito popular de propriedade familiar e comunitária, o regime de trabalho presente em diversas comunidades brasileiras rurais e tribais. Essa concepção está claramente exposta na expressão “a terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular”. (CNBB, 1981, p. 30). Nas análises de Martins, está sempre presente o direito de propriedade abolido com a Lei de Terras em 1850 e consolidado na Constituição de 1891, e estes fatos não representam para o autor somente um dado histórico, mas um componente determinante para entender por que as demandas camponesas e os conflitos pela posse da terra são o resultado de uma outra concepção de propriedade que não é a dominante, e que essas leis não suprimiram as concepções populares sobre os direitos sobre a terra.

Diante dessa constatação, o autor procura enfatizar que o pesquisador constantemente precisa voltar ao passado para entender o sentido das lutas no campo. A dimensão tempo, portanto, assume, para ele, uma explicação para as atuais lutas no campo.

É dessa contradição quanto à função da terra que têm origem os interesses conflitantes: de um lado a propriedade capitalista; de outro, a propriedade familiar mutilada pelo capital. Para o trabalhador rural, a terra “é concebida como propriedade de todos e cujos frutos pertencem à família que nela trabalha” (CNBB, 1981, p. 31).

Para a Igreja, a “terra é uma dádiva de Deus. Ela é um bem natural que pertence a todos e não um produto do trabalho. Mas é o trabalho, sobretudo, que legitima a posse da terra” (CNBB, 1981, p. 32). Dessa forma, o compromisso pastoral estava baseado em apoiar as iniciativas e as organizações dos trabalhadores e os seus esforços, valorizando as lutas em defesa de uma reforma agrária. De acordo com a Igreja, é na luta e na mobilização desses trabalhadores que residiria o verdadeiro sentido da reforma agrária. Compreender o processo histórico que levou os trabalhadores rurais a lutarem pela terra de trabalho poderia garantir a justiça e o direito ao trabalho para quem nela trabalhasse.

As propostas do documento em questão foram o resultado do engajamento de setores da Igreja, padres e bispos e de militantes da sociedade civil, e aí podemos considerar tanto os leigos quanto intelectuais, como José de Souza Martins, cujas interpretações do mundo rural extrapolavam a vertente dos partidos comunistas, e sublinhavam o sentido político das lutas sociais no campo, além da importância histórica dos camponeses e de suas organizações no enfrentamento ao capital.

O impacto dessas interpretações tornou-se importante por questionar a postura contraditória dos partidos de esquerda em relação às lutas camponesas, além de denunciar também a perspectiva teórica “evolucionista” adotada por diversos autores e intelectuais da época. Conforme José de Souza Martins,

A maioria dos autores adota a perspectiva de que as transformações que estão ocorrendo culminam com o estabelecimento ou a expansão das relações capitalistas de produção, isto é, do trabalho assalariado. Muito pouca atenção tem sido dada à

variedade das formas assumidas pelas contradições do capital (MARTINS, 1984, p. 75).

Em outro livro da época, “A Militarização da questão agrária no Brasil” (1984), Martins arrola críticas contundentes a esses autores “evolucionistas” e à própria academia de que faz parte, pela adesão a essa perspectiva de análise baseada nos modelos teóricos das sociedades européias. Segundo o autor,

Mesmo a análise marxista usualmente empregada no Brasil constitui, em grande parte, mera verificação da concretização aqui dos padrões de transição que foram constatados nas sociedades que se tornaram socialistas. Além de um colonialismo teórico procedente dos países capitalistas, estamos igualmente submetidos a um colonialismo teórico de origem socialista (MARTINS, 1984, p. 76).

Ou seja, essas concepções não consideravam a dinâmica e a dialética do processo histórico, que pudesse recuperar “a questão do desenvolvimento desigual na sua acepção clássica e não economicista que foi vulgarizada para dar conta do desenvolvimento econômico desigual entre países ricos e países pobres” (MARTINS, 1984, p. 76).

A perspectiva evolucionista não admitia o fato de que formas sociais capitalistas e formas sociais não-capitalistas coexistissem no mesmo espaço e fossem contemporâneas. Assim, na interpretação de Martins, os “evolucionistas” resolvem o problema teórico de forma simplista e mecanicista, nas concepções sobre “articulação dos modos de produção”, pois,

nessa orientação teórica, a articulação e a subordinação substituem a noção de contradição e eliminam, portanto, as formas não-capitalistas de exploração do trabalho enquanto mediações determinadas pelo processo de reprodução ampliada do capital, de acumulação. Desse modo, a forma passa a ser o seu próprio conteúdo, que aparece nas ilusões mecanicistas e evolucionistas como “restos” de modos de produção pré-capitalistas que serão varridos pelo desenvolvimento do capital que os subordina (MARTINS, 1984, p. 77).

Distante dessa concepção mecanicista estava a Igreja, que reconhecia a força histórica das lutas sociais no campo, e que “assumia o compromisso pastoral de ajudar a compreender o problema da posse e uso da terra numa visão cristã, socialmente justa e mais fraterna” (CNBB, 1981, p.21).

Enquanto o PCB concebia a política como o *locus* privilegiado para resolver os problemas dos trabalhadores da cidade, a Igreja acreditava que os camponeses poderiam conduzir “a sua própria caminhada”. Com o deslocamento do campo da política para o social, a Igreja constituiu-se como o novo tipo de mediação, que se afirmou em meados dos anos oitenta, quando os outros grupos de expressão leninista já não tinham presença significativa no meio rural.

É nesse contexto histórico que a produção teórica de Martins assumiu uma posição mais militante: de um lado, o PCB, agonizante, sem Caio Prado Jr., já não era mais chamado para o debate da questão agrária; do outro lado, a Igreja, que aparece crescentemente como a principal interlocutora para responder socialmente pelos “excluídos do campo” e pela questão agrária no Brasil. Foi em torno desse debate sobre os problemas no campo, o processo de organização camponesa, a formação dos sindicatos, a expansão dos grandes projetos hidrelétricos e minerais, e a implantação de empresas de produção agrícola e pecuária na Amazônia brasileira, que José de Souza Martins organizou uma parte importante de suas concepções e idéias sobre o mundo rural e, principalmente, sobre a problemática da questão agrária no Brasil.

Diante dos conflitos gerados pela posse da terra, parcela importante dos bispos brasileiros iria assumir uma posição de grande identificação com a luta do camponês oprimido,

que rejeita a consciência opressora que nele habita, encontra a sua própria linguagem e torna-se, ele próprio, menos dependente dos modelos impostos, mais livre e comprometido na transformação e construção da Sociedade [...] saga de uma luta entre o homem com a sua “terra de trabalho” – expressão que significa a terra como um bem comum, um dom de Deus, transformada pelo trabalho de todos – e a “terra de negócio” – território do grande capital protegido pelo Estado (CAMERMAN, 1981, p. 23-24).

A postura da Igreja foi interpretada por Martins como uma mudança processada no seu interior, pois, diante da repressão policial, militar e política durante o regime militar, transformou a Igreja num refúgio, já que era para lá que se dirigiam os trabalhadores rurais perseguidos e expulsos da terra. A instituição religiosa viu-se, assim, confrontada com a violência do latifúndio, e com a criação da Comissão Pastoral da Terra. Em 1975, os trabalhadores passaram a ter um espaço significativo dentro da Igreja. Além disso, a CPT oferecia um apoio institucional importante às lutas dos camponeses, que até então foram secundarizadas pelos partidos políticos.

Vinculado informalmente à CPT e assessor da Assembléia da CNBB em 1980, José de Souza Martins elaborou um dos conceitos estratégicos<sup>7</sup>: “terra de trabalho” e “terra de negócio”. Tal conceito, conforme destacado anteriormente, esteve presente na maioria dos seus textos, principalmente na década de oitenta, e impactou outros intelectuais sobre a questão agrária e a própria cultura política de esquerda. Essa análise de Martins influenciou muito a quem se interessava pelo tema, porque

esses conceitos antagônicos caracterizariam as contradições fundamentais da questão agrária no processo de luta pela terra e o olhar lançado sobre a terra por diversos possuidores ou pretendentes e, mais do que isso, o olhar de uma sociedade de classes sobre seu território em crise (HEBETTE, 1997, p. 119).

Os conceitos de terra de trabalho e terra de negócio, desta forma, caracterizariam as contradições fundamentais da questão agrária no processo de luta pela terra. Esses conflitos se agravaram no Brasil, principalmente no processo de modernização da agricultura com a expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste e a Amazônia brasileira.

Portanto, foi na conturbada realidade da fronteira que esses interesses conflitantes, os quais colocaram de um lado o camponês em sua luta para resistir às tentativas de expropriação e, de outro lado, o capitalista que invoca o direito para expropriar o camponês, que Martins registrou essas contradições. O que caracteriza a fronteira no Brasil, para o autor, é a situação

---

<sup>7</sup> O conceito também aparece no estudo de JÚNIOR, Afrânio Garcia, “Terra de trabalho – Trabalho familiar de pequenos produtores”. Museu Nacional, RJ, 1975. O estudo, porém, traz outra conotação.

persistente de conflito social. Na sua interpretação, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade, já que, nesse território, os diferentes se encontram, e

É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista, é o lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja, essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro (MARTINS, 1997, p. 150).

Assim, a fronteira é mais do que o espaço geográfico, a zona pioneira, como afirmavam os geógrafos da década de 1940; refere-se ao local da reprodução do capital. É, antes de tudo, o lugar do desencontro de temporalidades históricas, pois cada grupo que para lá se deslocou está situado diversamente no tempo da História. Ou seja, o tempo histórico do camponês dedicado a uma agricultura de excedente é um; o tempo histórico do pequeno agricultor próspero inserido no mercado é outro; assim como é outro o tempo do grande empresário rural; e como também é outro o tempo histórico do índio. Na fronteira, estes diferentes tempos anunciam diferentes interesses e práticas sociais.

O debate que Martins realizou, na ocasião, com as diversas designações então apresentadas sobre a fronteira no Brasil, defende a concepção de “frente pioneira”, a qual, segundo o autor, “compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais” (MARTINS, 1997, p.153), e ressalta a diversidade humana da fronteira: é no desencontro dos tempos históricos dos grupos que para lá se deslocaram que a luta pela terra assume interesses conflitantes.

Contudo, resgata-se aqui um dado importante para a compreensão de fronteira para Martins. Para ele, nesse período o problema fundiário fora conduzido para estimular e privilegiar o desenvolvimento da empresa rural e assim impedir os conflitos no campo. Sendo assim, não se pode entender as lutas pela terra na Amazônia separadamente das lutas pela terra que ocorrem em todo o Brasil. Ou seja, “a questão da Amazônia é, em parte, a manifestação regional da questão agrária; uma questão, por sua vez, tecida pelo processo de reprodução ampliada do capital, pelo processo de apropriação da renda fundiária pelo capital”

(MARTINS, 1984, p.34). Sua crítica, nesse momento, dirige-se a alguns autores: como exemplo, o debate com o economista Paulo Sandroni, especialmente com relação ao livro desse autor, “Questão agrária e campesinato: a ‘funcionalidade’ da pequena produção mercantil” (1980). Segundo Martins, Sandroni apresentava o entendimento de que as lutas camponesas e o acirramento do conflito se apresentavam de forma generalizada e aguda somente nas áreas de fronteira agrícola<sup>8</sup>, e que

apesar do caráter progressista dessas lutas [...] que se desfecha contra as bases do poder econômico e político dos grandes proprietários [...] é forçoso reconhecer que ela pode resultar no fortalecimento de uma camada de pequenos capitalistas agrários e na dispersão da produção agrícola em pequenas unidades independentes, que representam dois formidáveis obstáculos para a criação de sistemas coletivos de produção agrícola (SANDRONI, citado por MARTINS, 1987, p. 58).

Ora, de acordo com Martins, Sandroni<sup>9</sup> afirma, em seus estudos, assim como outros autores, que o processo de capital percorre um caminho linear, que leva inexorável e prontamente à destruição das relações sociais que não tenham forma capitalista. Sendo assim, os camponeses estavam inevitavelmente fadados, ou a se transformar em pequenos capitalistas, ou à proletarização. Enfim, esses autores insistem em condenar politicamente as lutas dos camponeses por não verem nelas importância histórica.

Torna-se inevitável, neste estudo, resgatar continuamente o embate teórico de Martins com as formas de interpretar a realidade brasileira daquele momento, e sua aplicação para explicar as lutas camponesas. São essas interpretações “mecanicistas” que Martins, a exemplo do debate com Paulo Sandroni, critica insistentemente em toda a década de oitenta. Sua insistência é motivada pelo que ele considera uma leitura ortodoxa do marxismo, somada à ausência, em muitos estudos da pesquisa empírica, principalmente da pesquisa de campo. Martins, diferentemente de muitos autores por ele criticados, desde o início da sua carreira realizou pesquisas de campo. A partir de 1977, começa sua inserção mais direta no sentido de

---

<sup>8</sup> Esse debate está em forma de artigo, intitulado “Pequena produção agrícola – antimito da produção capitalista no campo”. In: *A Reforma Agrária e os limites da democracia na ‘Nova República’*. São Paulo: Hucitec, 1987.

<sup>9</sup> No livro e artigo citado acima, “O Capitalismo no Campo”, além da crítica a Paulo Sandroni, Martins tece críticas também aos estudos de Sérgio Salomé Silva e de Maria de Nazareth Baudel Wanderley, que versam sobre a “funcionalidade da pequena produção” (1981).

investigar os conflitos em regiões de fronteira: Acre, Pará, Rondônia, Roraima, Maranhão e Mato Grosso. Como pesquisador, atravessou estradas, colheu depoimentos de homens, mulheres e crianças<sup>10</sup>, estabeleceu contatos com camponeses, padres, foi um atento observador das relações sociais estabelecidas em áreas de fronteira, como também dos grupos de apoio, instituições e partidos, enfim, dos mediadores estabelecidos nos conflitos agrários. Seus livros, até mesmo os mais atuais, são dedicados a padres, educadores, e pessoas que, como ele mesmo bem coloca, “são vidas de testemunho profético no coração da Amazônia, na fronteira” (MARTINS, 1997, p. 13).

É também no ambiente social da fronteira que Martins melhor poderá apresentar o conceito de “desenvolvimento desigual”. A partir desse conceito, pode-se entender as transformações sociais mais profundas em sociedades consideradas atrasadas. Tome-se a afirmação de Martins sobre a importância desse conceito marxista em suas interpretações sobre o mundo rural.

A interpretação do capitalismo contida em “O Capital” está baseada numa concepção de desenvolvimento igual; e que outras obras de Marx, como o *Grundrisse*, se apoiam na concepção do desenvolvimento desigual do capital, em que os componentes do processo não se regem pelos mesmos ritmos e temporalidades. As forças produtivas se desenvolvem mais depressa do que as relações sociais; no capitalismo, a produção é social, mas a apropriação dos resultados da produção é privada. Essa contradição fundamental é caracterizada pelo descompasso histórico entre o progresso material e o progresso social. A desigualdade do desenvolvimento é expressa nos desencontros que nos revelam diversidades e não uniformidades da mesma realidade econômica. (MARTINS, 1997, p. 87).

É no conceito de desenvolvimento desigual que reside uma das preocupações mais cruciais para o autor, analisando o tema dos “novos sujeitos” nas lutas dos trabalhadores rurais em países como o Brasil, pois, no seu entendimento, a compreensão da luta deve envolver uma concepção mais dinâmica e dialética do processo histórico. Recupera-se, assim, a questão do

---

<sup>10</sup> Refiro-me ao artigo “Regimar e seus amigos. A criança na luta pela terra e pela vida”. In: *Fronteira a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. Este trabalho foi publicado originalmente no livro organizado por ele, *O Massacre dos inocentes (a criança sem infância no Brasil)*. São Paulo: Hucitec, 1991. Nesse belíssimo artigo, Martins recupera a fala das crianças e de suas esperanças sobre a migração e o novo lugar.

desenvolvimento desigual como sendo descompassos e tempos desiguais que separam e contrapõem o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Nessa perspectiva, o processo social não separa os tempos desiguais. É, segundo o autor, com os marxistas estruturalistas que as contradições do desenvolvimento capitalista aparecem, nessa análise, reduzidas à contradição entre o capital e o trabalho assalariado.

Nessa orientação teórica, as noções de articulação e de subordinação substituem a noção e o princípio da contradição e eliminam, portanto, as formas não capitalistas de exploração do trabalho enquanto mediações determinadas pelo processo de reprodução ampliada do capital, processo de acumulação. Desse modo, a forma passa a ser o seu próprio conteúdo, que aparece nas ilusões mecanicistas e evolucionistas, como “restos” de modos de produção pré-capitalistas que serão supostamente varridos pelo desenvolvimento do capital que os subordina (MARTINS, 1997, p. 109).

Por outro lado, a visão evolucionista de grande parte dos estudos sobre a transformação no meio rural dificulta outras perspectivas, tais como “a variedade das formas assumidas pelas contradições do capital” (MARTINS, 1997, p. 75). Para ele, o colonialismo teórico de muitos estudos que se apresentavam à mercê dos modelos europeus impediu que se tivesse outra perspectiva de avaliação dos conflitos no campo, e dos sujeitos que participavam desses conflitos. Como foi visto, sua crítica se dirige diretamente aos marxistas estruturalistas, para quem as “as formas sociais que não se ajustam a esse modelo são agrupadas num ‘outro’ modo de produção, classificado como pré-capitalista ou até mesmo feudal” (MARTINS, 1997, p.76). Dessa forma, as lutas sociais daquelas categorias cuja existência não está baseada no trabalho assalariado são consideradas sem importância histórica. É frente a essa constatação que Martins afirma que as lutas dos trabalhadores rurais, sobretudo as lutas camponesas, são apoiadas “moralmente” e, ao mesmo tempo, condenadas “politicamente”.

Para Martins, é necessária uma concepção mais dinâmica e dialética do processo histórico, pois entende que o capital cria, gera, engendra outras formas sociais não capitalistas que viabilizam a exploração capitalista, a acumulação e a sua expansão: a renda capitalista da terra, a criação da propriedade privada, relações de trabalho que não são assalariadas, a escravidão por dívida e a peonagem são exemplos de formas extremas de exploração do trabalho.

O conceito de renda da terra surge então como um conceito decisivo que explica a dinâmica de exploração do capitalista no meio rural. Martins, em seu livro “O Cativo da Terra” (1998), afirma:

A renda capitalista da terra, obviamente sob a forma de renda em dinheiro, surge quando deixa de ser um tributo pessoal para se tornar um tributo social. Isso só é possível quando parte da mais-valia é transferida ao proprietário de terra, no preço dos produtos comercializados, o que se viabiliza pela diferente composição orgânica do capital na agricultura e na indústria (MARTINS, 1998, p. 23).

Seguindo a teoria marxista, Martins insistiu que o que estava em jogo nesse período, no Brasil, era a questão da renda fundiária. A propriedade privada da terra, na história da sociedade capitalista, propicia que se cobre um tributo por sua utilização. O posseiro representaria, dessa forma, para o autor, um contestador da ordem capitalista; pois o posseiro ocupa a terra e não paga renda.

A renda da terra é entendida por Martins, a partir do que Marx<sup>11</sup> mostrou, em situações em que o capital não operava como capital, mas se transfigurava em outra coisa, diversa dele e a ele oposta, embora dominada por ele. Na aplicação desta teoria no meio rural, pode-se entender da seguinte forma: o capitalista que compra terra investe seu capital improdutivamente, porque a propriedade da terra não funciona como capital real. Isso significa que é apenas um tributo para usar a terra de modo capitalista. É no processo de exploração do trabalho que se recriam formas tributáveis de extração de excedentes econômicos, como a renda da terra. É nesse processo, segundo Martins, que o capitalismo no campo tem uma base própria para se desenvolver, que cria e recria formas sociais de exploração que são fundamentais para o processo de acumulação. Ou seja, “sobre essa base é que o capital produziu, em diferentes lugares, sociedades diferentes, porque em cada uma a

---

<sup>11</sup> No livro *O Capital*, uma citação de Marx é elucidativa para entender o conceito de renda da terra presente nas formulações de José de Souza Martins. “O preço da terra não é senão renda capitalizada e, portanto, antecipada [...] não faz parte do capital fixo nem do capital circulante que nela funciona; confere ao comprador um título que o autoriza a receber a renda anual, mas não tem absolutamente nada a ver com a produção desta renda”. *O Capital*. Tomo III, 1982, pp. 748-749.

própria lógica da acumulação opera a partir de matrizes constitutivas diferentes” (MARTINS, 1998, p. 72). Para melhor compreensão do conceito, Martins afirma que

[...] Sendo a renda da terra de origem pré-capitalista, perde, no entanto, esse caráter à medida que é absorvida pelo processo do capital e se transforma em renda territorial capitalizada, introduzindo uma irracionalidade na reprodução do capital. A determinação histórica do capital não destrói a renda nem preserva o seu caráter pré-capitalista- transforma-a, incorporando-a, em renda capitalizada. Fiz dessa constatação uma hipótese que abrangesse não apenas relações pré-capitalistas, mas o que o próprio Marx e, mais tarde, Rosa Luxemburg definiram como relações não capitalistas.

A persistência do conceito de renda da terra acompanha até hoje suas análises mais atuais sobre as cidades. Em entrevista à revista “Espaço e Debate” (2001), Martins afirma que:

A renda da terra, e da terra urbana, constitui, entre nós, em nossas cidades, um dos graves fatores econômicos da deterioração das condições de moradia. A maior parte do que se gasta na compra de uma casa nada tem a ver com a moradia, é apenas tributo pago ao proprietário de terra que vive parasitariamente da especulação imobiliária. Ganha sem produzir e sem trabalhar (MARTINS, 2001, p. 32).

Retornando aos ambientes rurais, salienta-se que o ator principal de suas análises, o camponês, é assim identificado por Martins:

É desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses-proprietários do sul é uma história de migrações. Há pouco mais de cem anos, foram trazidos da Europa para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo. Há pouco mais de trinta anos, deslocaram-se para as regiões novas do Paraná. Hoje, tanto o deslocamento do posseiro quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra (MARTINS, 1995, p.17).

O estudioso distingue o campesinato brasileiro da categoria trabalhador rural: trabalhador rural é aquele que é mediado pelo salário. O sentido de suas lutas está em fazer cumprir as leis trabalhistas em seus locais de trabalho, em dar um caráter contratual às suas relações de trabalho. Já os posseiros são camponeses que ocupam a terra livremente, tenha ela dono ou não, e não possuem documentos legais de propriedade. O posseiro representa aquele que foi expulso de um lugar, seja por um grileiro, pelo fazendeiro ou pela grande empresa, mas, acima de tudo, é aquele que se recusou a ir para as cidades e não foi absorvido como assalariado. Em consequência,

o problema da organização e do dimensionamento político de suas lutas, para esses trabalhadores rurais, camponeses, é bem diferente do modo como se apresenta para os assalariados do campo [...] O caráter dessas lutas é muito diversificado. Vai desde o “empate” nos seringais do Acre, isto é, a ocupação dos seringais para impedir que sejam transformadas em pastagens, até a resistência na terra, passando pelas ocupações (MARTINS, 1984, p. 91).

Enquanto para o trabalhador assalariado o conflito principal reside nas relações de produção, no produto do seu trabalho, e os conflitos são institucionalizados e permanentes, para o camponês a luta é pela terra enquanto “instrumento de trabalho”, pois “envolve as relações de propriedade e não as relações de trabalho; o problema não é o da exploração, mas da expropriação” (MARTINS, 1984, p. 93). Esses conflitos pela terra têm outra duração; não é o tempo da negociação do contrato de trabalho, é um tempo infundável, como diversas vezes têm se apresentado essas lutas. Não são conflitos institucionais, ou pela legalidade. Para o camponês, a luta é pela legitimidade, a legitimidade de ser ele o ocupante da terra, que trabalha e transforma a terra, que tira dali o seu sustento e o da família. Então, para ele não interessa se legalmente ela não lhe pertence. “Não legítima é a terra vazia ou até mesmo ocupada indevidamente e improdutivamente com pastagens extensivas, de baixa produtividade” (MARTINS, 1984, p.93).

Aí está representada em sua plenitude a noção de “terra de trabalho”, que se diferencia, como vimos anteriormente, da “terra de negócio”. E se distingue das lutas dos assalariados, porque toca diretamente na formulação jurídica do direito de propriedade, nos interesses das

classes dominantes: os proprietários de terra, os industriais, os banqueiros, os grandes comerciantes.

Sem-terra, por outro lado, seria uma terceira situação definida pelo autor. São os trabalhadores que têm uma relação precária com a terra, sujeitos à expulsão assim que o proprietário quiser, restando-lhes a alternativa de proletarizarem-se, geralmente como ‘bóias-frias’, isto é, como assalariados, sujeitos a trabalhos temporários. A esses trabalhadores, juntam-se meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários cujas terras são insuficientes para famílias extensas, e aqueles trabalhadores que perderam suas terras por conta da construção de barragens e hidrelétricas e receberam indenizações insuficientes para continuar o trabalho familiar.

Neste contexto, Martins está se referindo a um grupo que ao longo da década de 1980 iria se configurar como um dos principais atores do processo de reforma agrária no Brasil, como será visto no capítulo seguinte. Para o autor,

O que distingue o sem-terra dos posseiros, embora ambos estejam lutando pela terra, é que: a luta do posseiro introduz a legitimidade alternativa da posse, contornando a legalidade da propriedade [...] Já o sem-terra, na sua prática, não tem como deixar de questionar a legalidade da propriedade, não pode deixar de considerar ilegítimo, e também iníquo, injusto, o que é legal, que é a possibilidade de alguém possuir mais terra do que pode trabalhar, de açambarcar, cercar um território, não utilizá-lo nem deixar que outros utilizem, mesmo sob pagamento de renda (MARTINS, 1984, p. 103).

Há uma outra categoria que aparece em seus livros, ainda que o autor não tenha demonstrado grande interesse em analisá-la em sua obra. É a dos pequenos proprietários, a respeito da qual o autor afirma que é “numericamente a mais importante, mas cujas lutas têm se limitado a disputas periódicas em torno dos preços de produtos agrícolas. Cada vez mais subjugada pela agroindústria e pelo grande capital industrial [...] permanece absorvida nos limites da negociação econômica” (MARTINS, 1984, p.104).

Essas distinções demonstram a preocupação de um autor que é rigoroso observador das relações sociais e de trabalho que naquele momento se colocavam. Enquanto outros autores

insistiam na tese de que os conflitos na Amazônia eram temporários e que aquelas lutas não tinham alcance histórico, como tinham as lutas operárias, Martins insistentemente apresentava uma outra compreensão das lutas camponesas, que conteria um projeto político que desorganizava as bases políticas das oligarquias e do processo de acumulação do capital, principalmente porque envolveria as relações de propriedade e não as relações de trabalho. Daí porque as lutas camponesas não eram conflitos passageiros, mas lutas que demonstravam as contradições da propriedade.

Para o autor, portanto, são os camponeses expulsos de sua terra, condicionados à condição de posseiros que põem em confronto o que é legítimo e o que é legal, e a legitimidade está em conceber a terra como a terra destinada ao trabalho. É sob esta categoria que as lutas pela terra ganham a sua dimensão política, sendo seus agentes, para Martins, os atores principais da reforma agrária.

Essas diferentes categorias são, contudo, vítimas do capital, da opressão e da injustiça, são os “pobres do campo”. No entendimento de Martins, o pobre não se refere somente ao destituído de bens materiais, mas engloba maior significação.

A categoria pobre é ampla e abrange todo tipo de pobreza – desde a miséria da fome até a falta de justiça e direitos, a desigualdade, a opressão, a falta de liberdade, o comprometimento da fé pela degradação do homem. É diferente da situação de classe social, que se define por uma categoria econômica, como o salário ou a propriedade, que por isso fica centrada na produção. A categoria pobre, ao contrário, tem uma definição ética e histórica que implica em considerar os resultados da produção, não só a acumulação do capital, mas também a acumulação da pobreza que dela resulta (MARTINS, 1984, p. 106).

São os “pobres”, enquanto categoria compreendida pelo acima exposto, que questionam as contradições do capital, e formam comunidades constituídas por grupos que apóiam as lutas dos camponeses, nas quais se inclui a estrutura leiga da Igreja, chamadas comunidades de base, que valorizaram a resistência e a união dos pobres contra a exploração capitalista.

Dessa forma, o camponês, na literatura do autor correspondente a esse período, será particularmente aquele destituído da propriedade da terra. É da sua observação, dos seus

trabalhos de campo, das relações econômicas e políticas travadas na fronteira, a exemplo dos seringueiros do Acre, para impedir que suas terras fossem transformadas em pastagens, dos posseiros que resistem na terra lutando contra os fazendeiros, que Martins assumiu como uma das suas preocupações principais no período a valorização e a resistência do campesinato ao “violento e rápido” processo expropriatório, resultando em sua expulsão de regiões como o Centro-Oeste e a Amazônia. Assim, partindo da lógica de resistência do camponês, o dado estratégico a ser considerado viria, então, da própria lógica da luta pela terra de trabalho – lugar de afirmação da dignidade humana – contra a terra de negócio/lugar de desumanidade: uma luta de resistência e de natureza anticapitalista, verificada, segundo Martins, em seus estudos sobre os conflitos pela terra na Amazônia Legal, onde o grande capital agrário era muito mais invasivo contra as comunidades rurais.

É possível compreender, após uma leitura mais atenta de suas obras, que Martins propôs, enfim, um marxismo renovado de rigor metodológico, que o levaria a uma nova leitura dos processos agrários no Brasil, mostrando como o capital aprofundara a sua territorialização e alargara a extração da renda da terra para encorpar os lucros e garantir estabilidade dos seus negócios. Os tempos exigiam um novo movimento analítico de “ouvir o campesinato”, que poderia ser feito “tanto em sua própria fala quanto através de mecanismos intelectuais aptos para decodificar e enunciar o sentido seminal de um novo modo de pensar a resistência ao ‘capitalismo agrário’ pós-64”. (MARTINS, 1980, p.21).

### **2.3 A REFORMA AGRÁRIA**

A questão agrária, para o sociólogo da USP, estava centrada principalmente na questão do “capital” e suas leis no “movimento orgânico” da sua territorialização. Dessa forma, o capital expropriava e expulsava, e as lutas dos camponeses, além de adquirirem uma dimensão estratégica contra o capital, ganharam um forte sentido anticapitalista.

Em seus livros “Os Camponeses e a Política no Brasil” (1981), “Expropriação e Violência” (1980), e “A Militarização da Questão Agrária no Brasil” (1984), além de responsabilizar a práxis agrária do PCB pelo isolamento das Ligas Camponesas, Martins também vê nas próprias ações de reforma agrária de João Goulart, principalmente no Estatuto do Trabalhador Rural, propósitos para “esvaziar ainda mais as Ligas Camponesas” (MARTINS, 1980, p. 90). Não é demais reforçar que, na interpretação do autor, o não-entendimento de toda a

mobilização e luta dos trabalhadores rurais, por parte principalmente dos partidos de esquerda, comprometia qualquer mudança na estrutura social. Se os partidos não analisaram todas as mudanças ocorridas no campo, coube aos militares perceberem isso com clareza, levando-os a se envolver na questão agrária, a desmobilizar os sindicatos, as lideranças, a Igreja e os grupos de apoio. “Essa técnica de ‘separar a cabeça do corpo’ impede que, através das mediações políticas, a luta pela terra chegue à sua dimensão propriamente política, alcance o pacto político e o Estado” (MARTINS, 1984, p.10).

Em “A Militarização da Questão Agrária no Brasil” (1984), Martins demonstra como a questão agrária inquieta o Estado e como este realizou diversas iniciativas voltadas para conter ações sociais, inclusive através da violência, das tensões provenientes do campo. Essas ações resultaram em uma emenda na constituição de 1969, que modificou o dispositivo da indenização prévia, justa e sem dinheiro, “permitindo a desapropriação por interesse social mediante indenização em títulos da dívida pública” (MARTINS, 1984, p. 74). Dentre os pontos principais dessa emenda, constavam: o tributo especial para terras valorizadas por obras do governo, a implantação do projeto de colonização, a tributação progressiva. O resultado final foi a promulgação do Estatuto da Terra, o qual apresentava uma legislação fundiária específica e apontava quais as instituições que concretizariam uma reforma agrária. A forma legal que os governos militares encontraram para a reivindicação das lutas políticas dos trabalhadores rurais em nada se aproximava das reais necessidades de uma reforma agrária.

Essas aparentes contradições encerram, no meu modo de ver, o sentido da atuação do governo na questão fundiária e nas lutas pela terra: de um lado, o governo militar efetiva uma política agrária, baseada em mudanças legais e institucionais, contrárias a diferentes grupos sociais que o levaram ao poder; de outro lado, na defesa dos interesses desses mesmos grupos, o governo encampa e legaliza propostas e reivindicações do governo que depôs, dos grupos que marginalizara e perseguia (MARTINS, 1984, p.31).

A reforma agrária definida pelo Estatuto da Terra já nasceu destinada ao empresário capitalista, subordinada ao processo de reprodução ampliada do capital da grande empresa. “O Estatuto revela assim a sua verdadeira função: é um instrumento de controle das tensões

sociais e dos conflitos gerados por esse processo de expropriação e concentração da propriedade e do capital” (MARTINS, 1984, p. 35). E, como pilares do regime militar, foram destinados incentivos fiscais e favores creditícios concedidos aos empresários capitalistas.

A rigorosa análise que Martins teve do Estado no regime militar, principalmente quanto à condução da questão agrária no Brasil, revela um autor que não se descola do seu tempo, um profundo observador dos atos e ações assumidos pelos atores sociais da reforma agrária e da postura assumida pelo Estado. No livro “A Militarização da Questão Agrária no Brasil”, já citado anteriormente, ele distingue três momentos do Estado intervencionista:

a) durante o governo Castelo Branco, em que a solução dos problemas fundiários estava inserida na mentalidade do desenvolvimento econômico e cuja solução adviria das ações dos empresários rurais, sem contudo ferir o direito de propriedade;

b) a partir do governo Costa e Silva, o problema da terra transformou-se num problema militar, com ações voltadas não somente para a abertura aos empresários, mas com a finalidade de reduzir as pressões sociais e fundiárias do Nordeste, com uma política de “ocupação” dos “espaços vazios”. Assim, a Amazônia reaparece neste cenário para resolver os problemas fundiários ocorridos em outras regiões, além do Nordeste, incluindo os conflitos no Sul e Sudeste do país. Fica clara, para o autor, a crescente intervenção do Estado na reforma agrária, criando, inclusive, instituições específicas para analisar o problema agrário<sup>12</sup>. Essas instituições eram, na verdade, voltadas mais para “vigiar” o que estava acontecendo nas áreas de conflito e quem estava “por trás” desses conflitos;

c) o terceiro e mais violento momento foi o do Governo Médici, que tratou a questão agrária como um “problema menor” e deu peso decisivo aos interesses das empresas privadas destinadas principalmente ao setor agropecuário, especialmente nas novas regiões como a Amazônia. “Com isso, na prática, o governo descomprometeu a Amazônia legal como solução prevista, no encaminhamento da proposta de Estatuto da Terra, para a questão agrária. Pode-se dizer que essas medidas constituíram uma revogação tácita do Estatuto” (MARTINS, 1984, p.45).

---

<sup>12</sup> O GERA – Grupo Especial da Reforma Agrária – fora criado para analisar os obstáculos que se apresentavam para a concretização da reforma agrária para, com isso, acelerar o planejamento e execução das medidas para a implementação da Reforma Agrária.

Foi nesta última fase que os conflitos cresceram, pois, além de destruir a base institucional da reforma agrária, o governo Médici restringiu áreas de terra “para colonização e reforma agrária”.<sup>13</sup> Ao criar o INCRA, subordinando-o ao Ministério da Agricultura, deixou ainda mais clara a sua falta de interesse em ações reformistas no campo. Os conflitos cresceram não somente pelo abandono dos planos integrados de colonização, mas porque a estratégia do governo era incentivar a qualquer custo a agropecuária através da iniciativa privada.<sup>14</sup> Nesse momento, a intervenção militar se dá de forma mais repressora<sup>15</sup>, através da violência física, perseguições e assassinatos de diversas lideranças sindicais, padres e camponeses (conforme amplamente relatado por diversos autores).

Esse resgate histórico é importante para entendermos não somente o contexto e a conjuntura política da época, mas principalmente por que Martins insistentemente chama atenção, em seus livros da época, para o não-entendimento entre os partidos de oposição, os grupos de apoio e de intelectuais, tanto com relação às medidas tomadas pelo Estado no processo gradual de militarização da questão agrária, quanto no tocante às lutas camponesas. Estas representavam não somente a luta pela terra, mas a contestação contra o capital, e as classes representantes do capitalismo. Essas lutas colocavam em xeque a política econômica adotada pelo governo.

Ao valorizar as lutas camponesas, Martins observa o quanto aqueles que deveriam ser porta-vozes dessa luta não legitimam, de fato, essas lutas. Na ausência de um protagonista que possa realizar uma leitura dessas lutas, dando-lhes a devida importância, a Igreja acabaria assumindo essa mediação. Segundo verifica,

---

<sup>13</sup> Neste Governo, criou-se o PIN – Programa de Integração Nacional – responsável pelos recursos que construíram a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá, que também determinou que fossem destinadas, para efeito de colonização e reforma agrária, faixas de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias.

<sup>14</sup> Em 1974, foi criado o POLAMAZÔNIA – Pólos de Desenvolvimento da Amazônia –, com o objetivo principal de viabilizar as atividades produtivas na Amazônia através de incentivos fiscais.

<sup>15</sup> O GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins – criado em 1980, representou o período mais intervencionista do governo militar e foi responsável por denunciar diversas lideranças. Para maiores explicações sobre este órgão, consultar PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: no rastro do saque*, São Paulo: Hucitec, 1980.

A Igreja é o espaço mais adequado para agasalhar relações sociais comunitárias, que se desenvolvem nos momentos e situações de maior tensão, no enfrentamento com grileiros, policiais, jagunços, no enfrentamento com a aliança entre o poder público e o poder privado para expulsar ou para expropriar o trabalhador (MARTINS, 1984, p.17).

E o governo militar, compreendendo o engajamento da Igreja como mediadora nesse processo, empreendeu ações voltadas para neutralizar a atuação dos representantes da Igreja<sup>16</sup>.

Em outro artigo, “A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Terra” (1980), o autor anunciava a falência da reforma agrária distributivista, afirmando ser esta inexecutável historicamente, já que ela parte: a) das contradições do capital, sem atingir o capital, e b) da contradição que expressa a produção social e a apropriação privada da riqueza - o questionamento da propriedade fundiária, levado a efeito na prática de milhares de lavradores neste momento, através de suas lutas. Assim, o autor foi capaz de enquadrar o imaginário “dualista-democrático-burguês” do pré-64:

Os diferentes grupos que procuraram resgatar a voz do campesinato e dar-lhe dimensão política, mobilizando-o e recrutando-o, seja nas lutas imediatas, nos movimentos sociais localizados, seja nas associações e sindicatos, para fazer da sua queixa uma queixa política e permanente, empenharam-se de diferentes modos e com diferentes intensidades em evitar uma revolução camponesa no Brasil. A preocupação com o crescimento do mercado interno que praticamente marcou todos os grupos, como estratégia de um desenvolvimento capitalista autônomo, antiimperialista, era uma preocupação muito distante da luta pela terra, da luta dos camponeses contra a renda fundiária (MARTINS, 1984, p. 92).

Enfim, a reforma agrária ficou limitada a uma política econômica de expropriação dos trabalhadores rurais, de intervenção nos conflitos do campo e de incentivo às grandes empresas capitalistas. Mesmo com o fim da ditadura militar, da formação da Nova República e a convocação de uma Assembléia Constituinte (1988), a reforma agrária, para Martins, não

---

<sup>16</sup> É um exemplo dos conflitos entre a Igreja e o Estado a prisão e expulsão dos padres Francisco Gouriou e Aristides Camioui da diocese de Conceição do Araguaia-Sul do Pará.

foi realizada como uma mudança substantiva na estrutura agrária do país, pois limitou-se à redistribuição de terras, mesmo porque os proprietários de terra estavam na aliança política que resultou no Governo de Tancredo Neves, assumido pelo então vice-presidente José Sarney. Para Martins, este novo pacto político representou uma “traição” aos trabalhadores que participaram de toda a campanha pelas “diretas, já!”, pois os principais problemas e tensões existentes no meio rural foram novamente deslocados do seu sentido real para uma solução conservadora e excludente.

De acordo com Martins, a Constituição de 1988 não incluiu dispositivos que inviabilizassem permanentemente a reprodução do latifúndio, o que, para ele, geraria uma ampla reforma agrária. O seu aparente desapontamento está diretamente ligado ao papel dos mediadores: sindicatos, partidos políticos e a própria Igreja, os quais, para Martins, subestimaram a capacidade de pressão e reivindicação dos trabalhadores.

Nota-se que a relativa derrota da reforma agrária na Constituição de 1988 é, para José de Souza Martins, decepcionante, porque foi conduzida por mediadores como uma luta contratual e trabalhista, que não traduziram o que estava acontecendo e não foram capazes de transformar os conflitos num projeto político. Considera-se este fato decisivo na passagem para um outro momento do autor, principalmente porque Martins analisará mais profundamente o papel dos mediadores na questão agrária brasileira.

### 3 AS INTERPRETAÇÕES MAIS RECENTES

O presente capítulo tem como objetivo analisar, a partir da década de noventa até os anos mais recentes, alguns acontecimentos na trajetória do autor que de certa forma mudaram suas análises sobre a questão agrária, como o seu afastamento da Comissão Pastoral da Terra, motivado pela crescente partidarização da entidade da qual foi assessor. Assim, na primeira seção, considera-se este fato, significativo para as reflexões que virão no decorrer de suas análises dos protagonistas sociais da reforma agrária, principalmente com as transformações ocorridas a partir da metade da década de oitenta com a inserção nacional do MST. As mudanças aqui relatadas puderam ser analisadas com os estudos reunidos principalmente em dois livros: “O Poder do Atraso” (1994), portanto pouco depois de seu afastamento da CPT, e “A Reforma Agrária: O Impossível Diálogo” (2000). No primeiro livro, uma reflexão sobre as relações políticas (clientelismo, patrimonialismo) que historicamente prevaleceram no País e avançam para a atuação e o papel político dos mediadores no processo da luta pela terra. No segundo livro, essa análise é aprofundada; nela, Martins apresenta os desencontros e os embates históricos entre os mediadores e o Estado na disputa política pela reforma agrária.

Dessa forma, a segunda seção traz essa reflexão mais profunda que o autor realizou sobre o papel e a ação dos novos protagonistas sociais da questão agrária, assim como retoma alguns conceitos-chave, como a “renda da terra”, os quais continuam a orientar suas análises mais recentes.

### 3.1 O AFASTAMENTO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

A reforma agrária como possível solução da questão agrária no Brasil é apresentada por Martins como um debate constante, inerente à formação histórica da sociedade brasileira, não somente como um “momento” histórico. No Capítulo 2, apresentou-se o entendimento que o autor tem da problemática agrária, envolvendo os atores sociais, o papel das instituições, do regime militar e os agentes de mediação gerados nos conflitos pela terra. Na trajetória do autor, entende-se que a mudança que se processou em seu pensamento, principalmente a partir da década de 1990, estava diretamente ligada à atuação da CPT e dos agentes de Pastoral, que exercem seu trabalho diretamente com os trabalhadores rurais. A atuação desses agentes estava voltada com mais ênfase para as transformações possíveis de serem alcançadas pela via partidária. E este é um fato decisivo que resultou no relativo afastamento de Martins da CPT.

Para o sociólogo, sua própria assessoria à entidade buscava contribuir e explicar sociologicamente, aos envolvidos nas atividades da CPT, a sociedade em que vivemos. É assim que ele concebia a sua assessoria, como um cientista social com a função de decifrar a vida social, pois “minha função como assessor é explicar os mistérios da sociedade, suas leis ocultas, descobrir os possíveis históricos, etc; essa função inclui descobrir para eles o nosso mistério” (MARTINS, 1993, p.41). Tais objetivos deixam bem clara a posição de Martins, como um colaborador, um sociólogo, e não como um conselheiro militante. Esta elaboração de Martins foi fundamental para se entender sua posição diante do fato da crescente partidarização e homogeneização das idéias nas quais crescentemente foi invadindo a CPT, e que culminou em seu afastamento da atividade de assessoria.

Como foi mencionado no final do segundo capítulo, Martins introduziu fortes críticas ao processo de articulação para a elaboração de uma proposta de reforma agrária na Constituição de 1988, e ao imediatismo dos mediadores que deformaram o processo em que os trabalhadores estavam envolvidos, reduzindo sua luta unicamente aos objetivos econômicos. Em “A Reforma Agrária e os limites da democracia na ‘Nova República’” (1986), já se registra uma certa “frustração” do autor com a atuação desses grupos de apoio, inclusive com a atuação da Igreja no pacto fundado pelas elites políticas que instauraram a chamada “Nova República” – e que, de certa forma, continuou protegendo o latifúndio. Apesar de todo o

processo de democratização então proclamado, Martins afirma que esse aperfeiçoamento político não chegou ao campo e, mesmo com a experiência do “Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária”, que vai de 1985 a 1989, os conflitos permaneceram em expressiva escala. Esses conflitos desenrolaram-se sob diversos tipos, isto é, a luta pela terra, o trabalho escravo, tentativas de assassinato, ameaças de morte e assassinatos. Segundo Brumer e Santos (1997), “houve 3 fases na ocorrência de conflitos no campo: entre 1985 e 1989, verificou-se uma grande ocorrência de conflitos, seguida de uma redução relativa, entre 1990 e 1992, e posterior aumento nos anos de 1993 a 1995” (1997, p. 25). Os conflitos, para estes autores, estenderam-se por todas as regiões brasileiras, principalmente no Nordeste e Norte do País (particularmente o estado do Pará). Isso quer dizer que, apesar de todo o processo de democratização vivenciado com o fim do regime militar e a instalação da “Nova República”, os indicadores sociais e políticos no meio rural continuaram apontando um acelerado êxodo rural, com a permanência das correntes migratórias internas para as regiões do Centro-Oeste e Norte do país. Assim, apesar de todo o processo de modernização da agricultura brasileira<sup>17</sup>, muitas áreas empobreceram, aprofundando as desigualdades regionais.

Nesse quadro político, outro fato relevante, surgido nos anos oitenta, tornou-se fundamental para as análises de Martins e refere-se à emergência de um movimento social forte e organizado de luta pela terra: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Nascido no Sul, no seio da Pastoral da Terra e das comunidades eclesiais de base, este movimento social se fortaleceu principalmente a partir de 1994, com as disputas pela terra no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, e também com as conseqüências do processo de modernização da agricultura brasileira, que excluiu uma grande parcela de trabalhadores rurais. Martins, como observador atento das mudanças no meio rural, refere-se ao MST como um movimento social importante para organizar e mobilizar uma parte daqueles trabalhadores rurais chamados de sem-terra.

Até meados dos anos noventa, Martins continuou oferecendo cursos para agentes de pastoral, dirigentes sindicais, militantes das causas dos direitos humanos e direitos sociais.

---

<sup>17</sup> Segundo Brumer e Santos (1997), “Diversos autores caracterizam o período de governo militar, que vai de 1965 até 1979, como de ‘modernização conservadora’, no qual o Estado assumiu um papel importante na indução da modernização da agricultura através de créditos subsidiados [...] Como meta final, o modelo visava à internacionalização da economia brasileira e à aceleração do processo de industrialização” (1997, p.3).

Como assessor da CPT, participou das discussões das assembleias realizadas, anotando e registrando suas impressões em seu diário de campo. Participou também de assembleias da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, colaborando com palestras e seminários. Foi a partir de suas agudas observações das reuniões da CPT (das quais participara desde 1975) que Martins registrou a mudança na concepção de reforma agrária por parte da Igreja. Esta mudança se esboça, como foi citado anteriormente, durante a articulação para a Assembleia Nacional Constituinte, e se fortaleceu principalmente a partir de 1989, ano das eleições presidenciais. Depois de mais de vinte anos sem eleição direta, abria-se, naquele momento, uma possibilidade de eleger um presidente nascido no seio da classe operária (Luís Inácio Lula da Silva) e o clima de eleição também estava presente na 8ª Assembleia Nacional da C.P.T. Martins registra, naquele momento, o clima de euforia reinante por parte dos padres e bispos pelo fato potencial de um trabalhador chegar ao poder. Na citação abaixo, Martins descreve sua insatisfação pela condução das discussões, então ocorridas:

A tendência é, às vezes, a de definir uma conduta quase exclusivamente sindical. Nenhuma ênfase nos movimentos sociais, no retorno ao trabalho de base. Retorno esse que deveria ganhar uma dimensão ecumênica, politicamente falando. A tendência tem sido a de pensar os temas na perspectiva da ‘classe trabalhadora’ (MARTINS, 1994, p. 148).

Mais adiante, suas anotações revelavam que:

Basicamente o problema da Reforma Agrária é o de manter na terra quem dela está ameaçado de expulsão (são os que estão envolvidos nos conflitos mais intensos) nas condições econômicas e técnicas que têm [...] A questão da Reforma Agrária foi erroneamente apresentada como mera proposta de reassentamento de trabalhadores sem terra (1994, p. 149).

As mudanças citadas acima são analisadas por Martins a partir das transformações ocorridas naquele período, principalmente com a inserção nacional do MST e o

fortalecimento do Partido dos Trabalhadores. Esses fatos foram importantes para a sedimentação de um novo discurso na sociedade brasileira, atingindo inclusive as ações dos mediadores, entre eles a CPT. Portanto, não foi exatamente a eleição presidencial que determinou um momento particular da mudança na CPT, mas a inserção da política partidária nas decisões da CPT, que, assim, assumiria um novo discurso, e uma nova postura diante do problema da terra.

Se, no período anterior, a principal preocupação da Igreja dirigia-se ao posseiro que representava o camponês ocupante da terra, com a presença cada vez mais forte do MST e do PT, houve, no período seguinte, uma substituição do posseiro pelo sem-terra. A luta pela permanência na terra fora rapidamente suplantada pela luta por desapropriações e assentamentos dos trabalhadores rurais sem-terra. A necessidade não é mais pela posse da terra, mas pela ocupação da terra. Ou seja, “A figura do posseiro foi substituída por outra figura regional, a do pequeno agricultor sem-terra da região Sul” (MARTINS, 1994, p.150).

Em face de tais desenvolvimentos, Martins registrou seu desapontamento quanto à nova intervenção da CPT na forma de conduzir o processo, a qual, segundo sugere, poderia tornar a reforma agrária inviável. “Na verdade, foram derrotados os mediadores, que traduziram mal e insuficientemente as necessidades e os projetos implícitos na prática e nas lutas dos trabalhadores. Os trabalhadores foram derrotados também por seus aliados”. (MARTINS, 1994, p.158).

A mudança citada por Martins pode ser analisada da seguinte forma: antes, na fala dos mediadores, estava a certeza de que a reforma agrária traria, com sua implantação, o acesso a outras melhorias, como emprego, saúde, educação e emancipação política para os trabalhadores rurais. Assim, bastaria “conquistar o Estado”. A mudança revela uma nova visão do Estado, este como intermediário que precisa ser mobilizado pela sociedade civil, pelos movimentos sociais e pelos grupos de pressão. Infelizmente, para Martins, a reforma agrária, quando deixou de ser uma questão de segurança nacional, deixou de ser necessária<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> O temor das revoluções agrárias na América Latina ganhou uma profundidade subversiva, mais ainda pela guerra fria. Assim, foram vistas como revoluções agrárias na Bolívia, Guatemala, Cuba, e Nicarágua.

Em suas análises referentes à CPT, Martins, afirma que os grupos políticos de esquerda impuseram uma visão de mundo que acabou por convencer os agentes de pastoral da Igreja de que seu trabalho deveria ir além dos limites da Igreja e da evangelização, estendendo-se além dos seus espaços de atuação. Assim, gradualmente, a política partidária passou a definir o sentido quase exclusivo da ação pastoral. O trabalho realizado pelos agentes nas localidades rurais passou a ser somente um momento do “processo político”, cujo objetivo maior estava na transformação política. Diante deste novo discurso, a CPT se voltava crescentemente para a organização de sindicatos, do partido político privilegiado pela entidade e pela consolidação do MST, como caminhos para viabilizar a transformação maior almejada. Deixou de ser prioridade a conscientização política dos trabalhadores rurais para que estes garantissem seus direitos – o direito à terra de trabalho –, e o importante era a conscientização de que qualquer mudança mais radical estaria situada na luta partidária. Neste sentido, nas novas concepções teóricas que passaram a vigorar, o trabalhador rural tornou-se um trabalhador enquadrado no projeto ideológico de classe social. Para Martins, estas interpretações da CPT inviabilizaram o não-reconhecimento das diversas categorias de trabalhadores rurais e de suas necessidades diferenciadas. Infelizmente, insistiu, “predominou o pressuposto da classe social e de que só a classe é politicamente eficaz” (MARTINS, 1994, p.165).

Dessa forma, o afastamento entre Martins e a CPT se dá no confronto das idéias na divergência quanto a condução da reforma agrária. De uma forma mais geral, podemos afirmar que, nesse confronto, Martins tornou-se um crítico da “nova visão” da entidade, visão que, para ele, não era inovadora, mas apenas uma releitura ortodoxa do marxismo, uma interpretação que marcou a década de setenta e parte da seguinte, e se revigorou na década de noventa nos discursos da esquerda. Isso tudo diante de realidades agrárias que demonstravam outras formas de luta, com a emergência de várias categorias, as lutas sociais das mulheres, índios, negros, além de um amplo conjunto de agricultores familiares fortemente diferenciado, revelando, assim, novos sujeitos sociais em um tempo recente. Segundo o autor,

[...] um quadro em que as classes sociais têm se revelado ineficazes, e ignoram que no seu interior (ou até ultrapassando seus limites) há muitas e distintas forças. Os projetos sociais não se reduzem nem se mediatizam necessariamente pelos limites e possibilidades das classes sociais (MARTINS, 1994, p. 161).

Torna-se importante ressaltar que para o estudioso, a Igreja agora se orientava precipitadamente pela partidarização. Enquanto, nas décadas passadas, a ação pastoral da Igreja Católica estava inspirada na defesa dos direitos humanos e no reconhecimento das lutas dos camponeses, na década de noventa a ação da Igreja se apresentava crescentemente orientada pela visão partidária, organizando os trabalhadores rurais nos partidos políticos, com o objetivo principal da conquista do poder. As diversas necessidades dos trabalhadores rurais foram diluídas numa única categoria genérica de trabalhador, ideologicamente construída em torno do conceito de classe social derivado de uma noção urbana e econômica.

A partir destas exposições, pode-se entender por que Martins, antes um defensor da Igreja como principal interlocutora na luta pela Reforma Agrária, gradualmente se torna um severo crítico das intervenções da Igreja no meio rural. Isso fica evidente no seu mais recente livro “A Sociedade vista do abismo” (2002), onde adverte que:

A nova Pastoral Social, que se difundiu na década de setenta, era amplamente inspirada pela defesa dos direitos humanos, muitíssimo mais do que por qualquer preocupação com visões políticas de classe ou por uma efetiva orientação pela conscientização política e a partidarização dos pobres e das vítimas da adversidade. Nisso, aliás, estava seu grande mérito, o da identificação com os valores universais relativos à condição humana e não com os particularismos de classe e de partido que depois tomaram conta da ação pastoral e a imobilizaram na perda da criatividade (MARTINS, 2002, p.52).

Em sua compreensão, a Igreja também caiu na simplificação sociológica acerca do que significam as lutas camponesas e o mundo rural. Neste sentido, sua crítica é contundente: “as ações políticas foram invadidas, contaminadas, aparelhadas e parasitadas por ideólogos e agentes partidários, no geral sem formação acadêmica específica e sem competência teórica apropriada” (MARTINS, 2002, p. 55). Se, na década de setenta até meados da seguinte, os agentes de pastoral eram mais abertos, no sentido de ter uma compreensão sociológica das realidades sociais com que lidavam, a “invasão” e o “aparelhamento” da entidade na década seguinte modificou a reflexão de Martins e foi, em grande parte, responsável pelas mudanças

e retomada de suas reflexões sobre a atuação dos mediadores sociais no processo de reforma agrária.

### **3.2 OS NOVOS PROTAGONISTAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

Como já foi anteriormente explicado, e para reforçar a análise de Martins sobre os mediadores entre os anos setenta e oitenta, para estes estava a certeza de que a implantação da reforma agrária produziria imediatos resultados sociais. No entanto, a partir das assembleias da CPT de 1989 em diante, Martins registraria as transformações que foram sendo expressas nos argumentos dos participantes quanto à nova atuação dos mediadores e da entidade, quais fossem, fortalecer e reforçar a sociedade civil. Assim, “agora é a sociedade civil, e não mais o Estado, que deve dar sentido à Reforma Agrária em primeiro lugar” (MARTINS, 1994, p. 64). Ou seja, o Estado passava a ser um intermediário que precisaria ser mobilizado pela sociedade civil, pelos movimentos sociais, pelos grupos de pressão. Martins entende que essa é a estratégia adotada, visando basicamente fortalecer movimentos como o MST, e organizar as transformações pela via partidária. Tais reflexões estão presentes principalmente em dois livros marcantes do período: “O Poder do Atraso” (1994) e “Reforma Agrária: o impossível diálogo” (2000).

Nesses livros, Martins apresenta uma série de estudos sobre a ação e o desempenho do que ele chama de “protagonistas do processo histórico contemporâneo no Brasil”: O Estado, o MST, a CPT, os partidos políticos e os movimentos sociais. Em um artigo mais recente, intitulado “A Questão Agrária no Brasil e as Condições e Possibilidades da Reforma Agrária” (2002), Martins inicia afirmando que “A compreensão da questão agrária no Brasil, em nossos dias, depende de considerá-la um fato histórico que se constitui num momento determinado da história social e política do país, e persiste, renovada e modificada ao longo do tempo”. Dessa forma, qualquer proposta de solução para o problema agrário no Brasil deve ser pensada de forma contínua, como um processo histórico carregado de contradições. E o primeiro e mais importante fato a considerar nesse processo histórico é que a questão agrária uniu os proprietários de terra e os proprietários de capital. Este é o modelo de acumulação capitalista original do Brasil. Com origem na Lei de Terras de 1850, este modelo cedeu aos possuidores de terra a posse, deixando de ser este direito do Rei, ou seja, do Estado. Assim,

para Martins, “não se pode falar em função social da propriedade se, para fazer cumpri-la, o Estado não tem o pleno senhorio do território, isto é, o direito e o poder de impor os modos e condições de usar a terra” (MARTINS, 2002, p. 178).

Sendo assim, para Martins, qualquer análise referente à problemática agrária brasileira não poderá ser feita sem levar em consideração o poder histórico dos proprietários de terra e o lento enfraquecimento histórico do Estado. Partindo desse dado, torna-se, para ele, fundamental entender a relação dinâmica entre o Estado e os movimentos sociais, que se completam nesse papel de transformação social. De acordo com o autor, entretanto, essa possibilidade encontra-se fraturada diante da postura assumida pelos grupos mediadores condutores da reforma agrária. Cada grupo apresenta uma visão do que seja a questão agrária e de como deveria ser a “reforma agrária”. Essa visão é disputada publicamente e a disputa é pelo poder do argumento e eficácia do discurso. Nessa disputa de posições, a reforma agrária torna-se um tema usual na ordem do dia, pelos movimentos sociais; torna-se um projeto partidário, mas não um projeto político. Não há diálogo nessa disputa; menos ainda, consenso. Para José de Souza Martins, sem dúvida a CPT e o MST foram as principais organizações responsáveis pela inclusão da questão agrária na agenda política do Estado, mas esses mediadores “empobreceram drasticamente a interlocução essencial à sua própria existência política” (MARTINS, 2000, p.21), inclusive porque “nenhum projeto é verdadeiramente histórico se exclui o outro, o que é diferente, o que ele pensa; fecha-se no protagonismo exclusivo de um grupo restrito e não raro sem condições de personificar plenamente o mandato da história (MARTINS, 2002:194).

Para o estudioso, os agentes de mediação precisam confrontar seus atos, questionar suas ações, “para alargar sua consciência do próprio trabalho de intervenção na realidade social” (MARTINS, 2002, p.22). Na questão da reforma agrária, será impossível pensá-la com mediações tão ideologizadas. Para ele, os mediadores também têm uma missão histórica no processo de desvendar o que chamou de “mistérios da sociedade”. As ações dos agentes de mediação devem estar voltadas para o papel de construir uma nova realidade social, baseada no exercício da cidadania e na “formação de um novo senso comum” (MARTINS, 2002, p.22). A sociedade precisaria compreender e argumentar a importância e a força dessas mudanças, pois este é também o papel do mediador.

Enquanto na década de oitenta a ausência de mediação partidária legítima durante o regime militar obrigou a Igreja a assumir funções políticas e partidárias, atualmente vários mediadores, como o MST e a CPT, vêm assumindo essa mediação. Martins define como grupo de mediação aquele “estamento reivindicante” que fala e reivindica em nome de terceiros, em nome dos pobres. Essa definição é resultado da formação social brasileira, que é de caráter estamental.

Durante muito tempo, as funções desse estamento foram desempenhadas por setores esclarecidos das elites, como no século XIX, e ainda no império eram chamados de “liberais exaltados”. No período ditatorial recente, com o cerceamento das liberdades políticas, houve um certo empobrecimento intelectual e político das elites e a ascensão social das classes trabalhadoras, com maior acesso à escolarização e à informação. Criou-se, finalmente, a possibilidade de surgimento do “estamento” referido, constituído basicamente de agentes recrutados na classe média, que se tornaram profissionais da mediação (MARTINS, 2001, p.4).

A crítica de Martins não se encerra no desvendamento da disputa entre os grupos sociais rurais e os mediadores, mas na denúncia acerca do desconhecimento do que é a história social do Brasil, sua dinâmica, suas limitações, seus reais problemas e, sobretudo, suas possibilidades históricas. A questão agrária é, enfim, para ele, uma questão suprapartidária. “Ela envolve a questão do território e da nação. A nação não é só do PT, não é só do governo, não é só da Pastoral da Terra, não é só da Igreja Católica, não é só do MST. A nação é de todos nós” (MARTINS, 2002, p.188). Martins quer ressaltar, com esta afirmação, que, sendo a questão agrária uma questão suprapartidária, ela extrapola particularismos e, portanto, exige uma mobilização nacional. A reforma agrária apresenta-se como uma questão cíclica, ou seja, constantemente retorna ao cenário porque, de fato, não foi resolvida, nem foi resolvido o problema da concentração fundiária. Sendo assim, para o estudioso da USP, não é possível que a reforma agrária seja conduzida somente como uma disputa de posição, ou que o partido oposicionista esteja no poder para realizar a reforma agrária, a partir de seu modelo.

No livro “A Reforma Agrária: o impossível diálogo”, o autor identifica que a ação política desses protagonistas infelizmente não corresponde à compreensão histórica da estrutura da

sociedade camponesa nesse novo contexto, e argumenta que esses protagonistas não renunciaram aos particularismos, conveniências e imediatismos de instituições, partidos, grupos e pessoas. Isso fica claro quando Martins critica a atuação da Comissão Pastoral da Terra e do MST, ponderando que

a CPT e o MST perderam o controle do seu projeto de transformar a sociedade brasileira através da transformação da estrutura agrária, porque sua concepção maniqueísta e redutiva da política não lhes permite reconhecer-se como donatários políticos da vontade dos pobres da terra. Querer fazer uma revolução sem dela participar de maneira ativa, pública, responsável, criativa e política, nas condições possíveis e viáveis, é querer nada. Não se pode fazer política afirmando o partidário e negando o que é propriamente político (MARTINS, 2000, p. 21).

É nessa perspectiva do conflito entre o Estado e os mediadores, a CPT e o MST, que José de Souza Martins confronta opiniões e situa posições e antagonismos dos atores/mediadores contestadores do problema agrário brasileiro, os quais defendem uma reforma agrária como possível solução para os conflitos no campo.

Na obra “Reforma Agrária: o impossível diálogo”, provavelmente a mais importante análise sobre o tema já publicada no Brasil nos anos recentes, Martins apresenta como argumento central o tema da reforma agrária como sendo, seguramente, um dos mais equivocados nos embates políticos e partidários no Brasil, pois há uma “baderna interpretativa” que tem prejudicado ações mais efetivas no sentido de propor soluções para os problemas fundiários. A tese central do livro é demonstrar que tanto o Estado quanto os mediadores principais (CPT e o MST) não estão lidando com o tempo histórico dos processos sociais. Ou seja, a discussão da reforma agrária ainda está aprisionada ao passado, a um debate que polariza pontos de vista, seja de um partido político, seja de grupos ou instituições. Este descompasso surge porque

o tempo da conjuntura histórica implica menos julgar ações e opiniões de pessoas, e ser contrário ao que são ou parecem ser e fazem. Implica, isto sim, considerar as

condições e conseqüências estruturais e históricas do que pensam e dizem, o alcance das decisões que tomam, os limites dessas ações e as possibilidades de seu alcance definidas pela circunstância histórica (MARTINS, 2000, p.90).

Desta forma, para demonstrar a impossibilidade desse diálogo, o autor retoma vários dos conceitos presentes em outras obras, como terra de trabalho/ terra de negócio e renda da terra. O indício de seu desencanto se traduz principalmente nesses conceitos que foram assimilados pela Igreja nos anos oitenta, e que atualmente sequer são lembrados pela CPT, “o que é bem indicativo de um real distanciamento entre interpretação e experiência” (MARTINS, 2000, p. 210). A citação abaixo é um bom exemplo de seu “desencanto” pelas atuais ações desses mediadores e necessidade de revitalização de alguns conceitos, os quais, para Martins, seriam representativos das lutas dos trabalhadores rurais.

Para quem quiser compreender criticamente as tensões internas mais do que as externas, que inevitavelmente têm alcançado tanto a CPT quanto o MST, é metodologicamente necessário reconhecer o desencontro desses dois campos teóricos envolvidos na atuação de ambas as entidades. É reconhecer, portanto, que a luta pela reforma agrária, como está hoje cristalizada na consigna política de ambos os grupos e de outros, como a CONTAG e dissidências e concorrentes do MST, está numa relação de desencontro com a luta pela terra de trabalho. Isso se dá porque a consciência pastoral e política dos agentes não coincide necessariamente com a consciência social dos destinatários do trabalho pastoral, no caso da CPT, e do trabalho político, no caso do MST (MARTINS, 2000, p.145).

Mesmo o MST, para o autor, ainda está marcado pelo ideário leninista, e assim não reconhece de modo apropriado o potencial da ação dos pobres que lutam pela terra. Portanto, os mediadores políticos e interlocutores do debate da questão agrária ainda não definiram o que é ou poderia ser propriamente a reforma agrária. Mais precisamente, quando existe, esta definição ainda está presa ao passado remoto.

Dessa forma, Martins enfatiza o que se transformou a “questão agrária” no Brasil, um foco de fato segmentado e inconsistente à luz de fatores intervenientes díspares e até antagônicos entre si. Ou seja,

A questão agrária hoje é um conjunto de partes desatadas desse longo e inacabado processo histórico. É nessa perspectiva que pretendo situar a política de reforma agrária do governo atual em função justamente das mudanças acentuadas que atingem sua definição na quadra histórica presente. É nessa perspectiva, também, que pretendo situar as posições e antagonismos dos contestadores da atual política de Reforma Agrária (MARTINS, 2000, p. 93).

Sem se importar em ser apontado por alguns intelectuais e militantes partidários, como um mero defensor das políticas do governo do período 1995-2002, Martins analisa alguns passos que foram dados neste período no sentido de viabilizar a reforma agrária, citando, como ações concretas, a regularização fundiária e os assentamentos. A primeira sempre foi uma reivindicação, principalmente dos trabalhadores rurais da Amazônia e do Nordeste, uma forma de impedir a concentração da propriedade privada da terra. Assim, é importante reconhecer e legalizar os direitos sobre a terra. Esse é um aspecto importante que, de certa forma, foi cumprido pela citada administração. É importante resgatar que, para Martins, uma luta antiga dos movimentos rurais é a luta pelo direito à terra. Assim, a regularização fundiária é uma conquista importante dessas lutas pela “terra de trabalho”.

Outro eixo de discussão sobre a reforma agrária é a desapropriação e distribuição de terra visando à formação de novos assentamentos. A redistribuição é apenas um resultado desse processo e não o objetivo principal da reforma agrária. Portanto, questões fundamentais no debate da reforma agrária, tais como a função social da terra, o poder sobre a terra assegurado ao Estado, ou o processo de ressocialização dos assentados, devem ser discutidos como pontos essenciais para a efetivação da reforma agrária.

A desapropriação é, para o autor, apenas um recurso da reforma agrária, que não pode ser confundido com reforma agrária propriamente dita, pois não toca no problema central da questão agrária: a renda da terra. Para José de Souza Martins, a renda da terra é um problema que permanece como o “nó” a ser desatado, pois sua origem histórica remete à Lei de Terras de 1850, que definiu que pessoas beneficiadas por projeto de colonização têm que pagar pela terra, sob risco de não receberem o título. Para que a terra pudesse ser distribuída

gratuitamente, seria necessário mudar a lei, garantindo um real processo de reordenamento fundiário.

Temos que incluir essa reflexão sobre a diferença entre a terra e a renda da terra para entender que uma reforma agrária num país como o Brasil tem como objetivo fundamental reduzir o custo social da renda fundiária, especialmente sob forma de preço da terra, de renda territorial capitalizada. O objetivo da reforma agrária é, sem dúvida, redistribuir a terra. Mas, redistribuir a terra em nome de um programa de reforma agrária significa atenuar e, no limite, até suprimir a renda territorial como mediação econômica que faz da propriedade da terra um meio de extorsão de um tributo de toda a sociedade (MARTINS, 2002, p.204).

Portanto, medidas (especialmente políticas de valorização territorial) que reforçassem a renda da terra não acarretam na implantação de uma verdadeira reforma agrária. “É o caso das terras desapropriadas e superindenizadas. A superindenização anula a reforma agrária” (MARTINS, 2002, p.205). Além disso, a renda da terra não está somente na mentalidade do latifundiário, está também no imaginário dos assentados, como um dos problemas mais graves presentes nos assentamentos. O exemplo maior é a revenda dos lotes como renda adicional no patrimônio da família, e isso vem acontecendo regularmente por parte dos beneficiários do programa de reforma agrária. “Estamos em face da reiteração da renda da terra como fonte de acumulação tanto entre os grandes proprietários como entre os pequenos” (MARTINS, 2001, p.15). Assim, o conceito de renda da terra merece lugar de destaque nas análises martinianas, já que permanece como um conceito ainda fundamental para explicar a estrutura fundiária no país.

Um outro aspecto a ser considerado pelo autor, em qualquer programa de reforma agrária, é uma avaliação do que se passa no interior dos assentamentos. No cotidiano dos assentamentos, Martins chama atenção para um novo tipo de família agrícola, que não é somente a família nuclear. Para ele, é importante compreender, nesse processo, que a família tem uma rede de relações sociais que se estende além do local e das relações consangüíneas, ou seja, inclui os parentes, o compadre, os amigos, e outros. É o que Martins chama de família

“multiespacial e multitemporal” (2001, p.10)<sup>19</sup>. Os assentamentos também representam um espaço de ressocialização do assentado, local privilegiado para uma categoria que se impõe, que é a do agricultor familiar.

O essencial é que haja um setor ponderável da sociedade reivindicando a ampliação do lugar da agricultura familiar no sistema econômico, e que, em parte, essa agricultura familiar esteja nas mãos de pessoas que se ressocializaram na luta pela reforma agrária e nela se politizaram. É o que assegura, no campo e no interior, a diversificação das oportunidades de trabalho e a modernização, não só econômica, como também das mentalidades e das relações sociais (MARTINS, 2000, p.104).

Considerando todas as variáveis, pode-se afirmar que, no debate contemporâneo, Martins analisa a reforma agrária especialmente como um desafio de políticas sociais, e menos do que de políticas econômicas. Assim, também, o discurso da questão agrária tem tido, no geral, um caráter urbano e tem sido muito mais uma visão dos problemas sociais de setores radicalizados da classe média, na esquerda e também na direita, não refletindo as reais necessidades das diferentes categorias de trabalhadores rurais encontrados no Brasil: meeiros, parceiros, posseiros, minifundistas, assalariados temporários ou permanentes.

Não por acaso, o vocabulário dessas lutas, como agrário, camponês, latifúndio, burguesia, etc., é um vocabulário historicamente ausente do nosso mundo rural, palavras que não expressam de fato os conflitos e as polarizações sociais, que fluem de outro modo e por outros modos de tomar consciência das contradições sociais, o que quer dizer que a consciência da luta é diversa da consciência de quem quer dirigir a luta (MARTINS, 2000, p. 76).

Diferentemente do debate agrarista dos anos oitenta, em que Martins requalificava a ação dos protagonistas, o chamado "campesinato insubmisso" – famílias rurais pobres, isoladas, e

---

<sup>19</sup> Uma minuciosa análise do cotidiano dos assentamentos rurais encontra-se na coletânea organizada por Martins, intitulada “Travessias. Estudos de Caso sobre a Vivência da Reforma Agrária em Cinco Assentamentos”, a ser publicado pela Editora da Universidade, Porto Alegre, UFRGS, em abril de 2003.

tendo como interlocutores a Igreja, para enfrentar o capital – o autor agora afirma ser uma simplificação imaginar que só pode haver reforma agrária com base nas lutas populares. A mudança na base social da sociedade interessa não somente aos trabalhadores rurais, mas à toda a sociedade, pois “é no problema agrário que está o núcleo das dificuldades para que o país se modernize e se democratize” (MARTINS, 1999, p.27).

Enquanto na obra “Os camponeses e a política no Brasil” (1981), a presença dos movimentos populares tornava-se o “fato político dos mais importantes na história brasileira do presente, pois os movimentos e lutas populares, sobretudo no campo, caminham mais depressa do que os partidos políticos” (MARTINS, 1995, p. 33), em “A Reforma Agrária: o impossível diálogo”, os movimentos populares deixaram de ser os aglutinadores da luta, porque não evitaram o seu aparelhamento pelos partidos, e assim essas organizações estão perdendo a luta pela reforma agrária, que não se limita a esses mediadores, mas incorpora, também e principalmente, ações do Estado para dar sentido legal às lutas históricas e legítimas dos trabalhadores rurais.

No segundo capítulo, conforme evidenciado, notou-se um autor otimista em relação às lutas camponesas, ainda que desapontado pelas explicações então dominantes do marxismo estruturalista quanto ao futuro do campesinato, mas que percebia, naquele momento, as condições de emancipação política dos trabalhadores da terra. Ainda mais, acreditava na possibilidade de uma ruptura com a mentalidade oligárquica e na liberdade dos “pobres da terra” e, assim, a Igreja tornou-se a detentora dessa missão histórica que havia sido negada pelos partidos políticos. A mudança analítica no momento seguinte resulta de vários fatores, entre eles o seu desapontamento com setores da Igreja e com a disputa de uma reforma agrária por diversos grupos, mostrando um autor extremamente crítico com o atual quadro apresentado, e no qual os movimentos sociais e as organizações populares negam o debate e a co-responsabilidade que seriam próprios da sociedade civil para repensar a problemática agrária brasileira e suas possíveis soluções.

Finalmente, pode-se afirmar que a chave explicativa para entender Martins está principalmente sustentada em reverter a análise dos processos sociais dominantes, reconhecendo que, para o autor, aliás conforme afirmado no início deste estudo, suas obras

revelam sua preferência pela prática de pesquisa dos processos microssociais. Nesse contexto, sua obra dá visibilidade aos protagonistas sociais ocultos e embaçados pela história: índios, camponeses, mulheres e crianças; estes são suas principais fontes de análise. Para Martins, no estudo dos grandes processos históricos, não há um reconhecimento desses protagonistas sociais, e grande parte das interpretações históricas ainda estão à procura do sujeito típico ideal, o qual, adverte o autor, é um protagonista mítico e irreal.

## 4 QUAL REFORMA AGRÁRIA ?

O objetivo central deste capítulo é apresentar, sucintamente, com base na trajetória intelectual aqui apresentada (o que representa somente uma parte da vasta e diversificada obra do autor), o que José de Souza Martins define como questões fundamentais para a possibilidade de uma reforma agrária no Brasil. Dessa forma, na primeira seção procura-se refletir como o autor constantemente está empenhado em construir uma interpretação crítica da Sociologia, principalmente na perspectiva de refletir os processos sociais rurais, com seus protagonistas sociais, sejam eles os mediadores, os camponeses, ou os intelectuais. Em relação a estes últimos, o autor, recentemente tem dado crescente importância, em suas últimas análises, para o papel dos intelectuais na reflexão dos processos sociais visíveis e invisíveis da sociedade.

A insistência com que o autor procura chamar a atenção para a reflexão sociológica desses processos sociais é definida aqui como “Sociologia dos Processos Agrários”. Nessas abordagens, conceitos-chave como ‘renda da terra’ permanecem, em suas análises, como um emblema da função da terra que para Martins, até hoje, é uma questão não resolvida, até porque não foi analisada na perspectiva histórica do conflito de interesses.

Na última seção, analisa-se o que, segundo Martins, é o maior problema da questão agrária, ou seja, a perspectiva histórica dos mediadores e do Estado, que limitam a reforma agrária a uma questão residual, sem, contudo, considerar historicamente que a estrutura fundiária ainda tem um papel decisivo na consolidação de uma cultura política desigual. E,

finalmente, a seção encerra com uma discussão, de certa forma recente, nas obras do autor, em que Martins reconhece que o atual protagonista da reforma agrária é o agricultor familiar.

#### **4.1 POR UMA “SOCIOLOGIA DOS PROCESSOS AGRÁRIOS”.**

Antes de melhor especificar o que seja uma “Sociologia dos Processos Agrários”, torna-se importante resgatar sinteticamente o que caracterizou cada “momento” do autor. Martins assumiu, principalmente em suas obras da década de oitenta, a revisão do problema agrário a partir das teorias marxistas, mas se posicionando contrário aos discursos de grupos predominantes da esquerda, marcados por um “entendimento estrangeiro de destino do camponês”. Essas interpretações, argumenta, não passariam de uma versão ocidentalizada do processo histórico brasileiro e do campesinato em particular. Era a essa concepção, de algo “estranho à política”, condenado a desaparecer, que Martins atribuía a idéia de camponeses como um grupo que necessitava da condução de outra classe.

Conceitos como desenvolvimento desigual, terra de trabalho/ terra de negócio e renda da terra reforçam a trajetória de um autor preocupado com a questão agrária e as lutas sociais dos camponeses. Diferente dos anos setenta (com uma trajetória mais voltada à afirmação da Sociologia em resposta aos intelectuais de “gabinete” dos departamentos da USP), os anos oitenta evidenciariam um autor mais preocupado e engajado na questão agrária e nas lutas dos camponeses.

Essa preocupação se reflete em seus livros, nos quais destaca as interpretações partidárias e acadêmicas impregnadas de uma concepção evolucionista do capitalismo, de uma concepção de História por etapas, “nas quais o campesinato tem um lugar no passado, mas não necessariamente no presente e menos ainda no futuro” (MARTINS, 1984, p. 97). Pode-se afirmar que Martins insistentemente chama a atenção dos atores sociais e dos mediadores condutores da proposta de uma reforma agrária para que organizem uma releitura do marxismo – aliás, não realizada até hoje – dirigida a uma compreensão mais apropriada das noções de modo de produção, processo de trabalho e processo de exploração. Para José de Souza Martins, de posse dessa leitura rigorosa, será possível avançar na reflexão sobre o mundo rural e seus problemas.

Em um breve resumo, pode-se afirmar que a busca de uma alternativa para o processo de autonomização camponesa sublinha a trajetória do autor na década de oitenta, e o seu propósito era mostrar como as lutas camponesas questionavam a própria ordem social e a renda da terra. Já na década seguinte, o autor se voltaria a refletir sobre o tema da questão agrária nos seus ensaios sobre a “História lenta”. A Sociologia da História lenta é a perspectiva de interpretação da realidade social. Para ele, esta é uma metodologia que permite distinguir, na sociedade contemporânea, a presença ativa do passado: valores e concepções enraizadas nas instituições. É o que caracteriza atualmente a sociedade brasileira: a persistência do “pensamento conservador, que se tornou ativo e transformador” (MARTINS, 1994, p.15).

Em sua trajetória acadêmica, as investigações de José de Souza Martins se voltaram para a pesquisa dos diversos problemas da sociedade brasileira. Contudo, é sempre bom enfatizar que há um diferencial presente em suas obras sobre a reforma agrária na década de oitenta e nas dos anos mais recentes. Na década de oitenta, suas obras revelavam um autor que estava mais centralizado no debate sobre os camponeses, suas lutas e o confronto com as idéias reinantes da época sobre o “fim do campesinato”. Suas abordagens tinham como eixo principal a autonomia dos camponeses e a forte presença da Igreja, em especial a CPT. Em período recente, no entanto, retoma o tema da questão agrária, mas com uma abordagem mais densa analiticamente, ou seja, há uma retomada de seus trabalhos de pesquisa, tendo como “centro teórico” uma Sociologia mais reflexiva – uma Sociologia que, aos poucos, foi se delineando na trajetória do autor nos períodos das obras estudadas, ou seja, a investigação dos processos sociais, definida como uma específica “Sociologia dos processos sociais rurais”; uma Sociologia responsável em desocultar os protagonistas sociais, “esquecidos” pelas análises dominantes, e que recupere a dimensão crítica da tradição sociológica e o seu compromisso com as transformações sociais, principalmente no mundo rural, em cujas análises as populações rurais foram diversas vezes excluídas dos projetos de desenvolvimento. Para Martins, uma Sociologia que envolva essa possibilidade de reflexão será possível contanto que envolva intelectuais<sup>20</sup> comprometidos em mediatizar um conhecimento crítico. Assim, afirma que

---

<sup>20</sup> Um conceito importante sobre o papel dos intelectuais na sociedade, é a de Antonio Gramsci. Para Este autor o papel do intelectual consistiria em transformar uma classe “em si” numa classe “para si”. A tarefa específica da intelectualidade tornava-se assim uma tarefa fundamental, no desenvolvimento histórico social. GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. As análises de José de Souza Martins diferencia-se desta concepção de Gramsci.

A função do intelectual é justamente a de chamar atenção para os processos sociais, as situações e as circunstâncias que não são visíveis no dia-a-dia, no imediato, na vida cotidiana, que são os processos sociais de natureza histórica, de natureza mais ampla [...] Embora invisíveis, esses processos interferem poderosamente na ação de intervenção daqueles que são chamados a atuar profissionalmente ou humanitariamente na solução dos problemas sociais (MARTINS, 2002, p. 201).

Para Martins, então, a sociedade é uma totalidade contraditória e crítica. Não há, portanto, certezas nem verdades, a certeza para ele sufoca a reflexão, e a verdade limita o processo de conhecimento e impede que haja uma revisão crítica do que está sendo realizado. No livro “A Chegada do Estranho” (1993), o autor já apresentava as limitações de uma agenda de pesquisa, na qual “a interpretação é sempre provisória e incompleta, inacabada, exatamente porque é também determinada historicamente” (MARTINS, 1993, p.52). Por conseguinte, o que Martins apresentava como crítica aos professores, principalmente da USP na década de setenta, tornou-se um elemento de constante reflexão na sua trajetória. Ainda uma maior densidade é visível em sua produção teórica recente, na qual ele insistentemente enfatiza o papel dos movimentos sociais no processo de mudança, e a mediação na construção de um conhecimento que traduza as “relações sociais cotidianas, o exercício da cidadania, o processo democrático e a construção de uma nova realidade social” (MARTINS, 2002, p.22). Enfim, a idéia central de “sua Sociologia” é a de que a mesma seja a consciência crítica da sociedade. Essa idéia é resultado também de uma tradição inicial da escola fundada por Florestan Fernandes, e é esse compromisso que dirige a formação teórica e ética de José de Souza Martins.

Pode-se afirmar que a permanente inquietude intelectual é a marca registrada de Martins, e sua trajetória de professor e pesquisador possibilitou o contato com diversos grupos sociais, com diversas vivências. Para o autor, ser sociólogo é reconhecer que os problemas sociais só poderão ser resolvidos se forem desvendados por quem se inquieta e por quem acredita que a reflexão sociológica deve ser uma prática contínua.

É justamente da prática e da reflexão crítica acerca da ação social dos mediadores da reforma agrária que trata o livro “A Reforma Agrária: o impossível diálogo”. O livro suscitou diversas posições e opiniões, a exemplo do que foi citado anteriormente acusando Martins de defender explicitamente o governo de Fernando Henrique Cardoso, principalmente porque, em diversos momentos do livro, há uma defesa à atual política de assentamento e à regularização fundiária. Não é pretensão deste trabalho de pesquisa entrar nessa polêmica, mas contribuir para o melhor entendimento do pensamento social de um autor dos mais importantes – se não o mais importante – nos estudos sobre o mundo rural. Entende-se que Martins, acima de qualquer outro interesse, tem como objetivo mostrar que a questão agrária encontra-se numa “peleja conceitual”, disputada por grupos mediadores que desejam de qualquer maneira o controle político da reforma agrária.

#### **4.2 A REFORMA AGRÁRIA**

Segundo Martins, as principais lideranças da luta pela Reforma Agrária vêm da classe média, ou são compostas de intelectuais e pessoas que não têm nenhum vínculo com a terra ou a agricultura. Esse fato é, sem dúvida, para o autor, um dos motivos para as distorções sobre o debate político da reforma agrária; aliado a isso, o debate se encerra nos partidos políticos. Além do mais, essa disputa deixaria de fora os reais interesses dos trabalhadores rurais. Portanto, antes de qualquer afirmação sobre a defesa ou não do Governo Fernando Henrique Cardoso, é importante situar o quanto esse autor, ao longo dos anos, tornou-se um profundo conhecedor dos processos históricos brasileiros. O fato de, em todos esses anos, ter estado em contato direto com bispos, padres, intelectuais, além de ter recolhido informações e ouvido atentamente camponeses – em sua difícil luta pela terra e pela sobrevivência –, é um forte indício de que sua escolha está diretamente relacionada e inspirada nas percepções das vítimas do latifúndio, como bem coloca em seu livro “Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano” (1997).

Optei, também, por assumir abertamente, ainda que criticamente, o lado da vítima, pois esse era o ângulo mais rico (e moralmente mais justo) para compreender de modo mais abrangente os complicados processos sociais da fronteira e a complexa inteligência que tem da situação os seus protagonistas. É possível ser correto sem deixar de ser objetivo e crítico, e nisso estava, aliás, o meu papel pedagógico (MARTINS, 1997, p. 20).

Dessa forma, Martins foi mais do que um distante pesquisador entrevistando seu “objeto de estudo”. Ao contrário, foi, e é, um pesquisador que extrai lições de vida a partir da tragédia a que diversas vezes assistiu, principalmente em áreas de fronteira agrícola da Amazônia, cuja inserção pedagógica lembraria os ensinamentos de Florestan Fernandes. Com tantos anos de militância em favor dos camponeses, Martins recupera no livro “A Reforma Agrária: o impossível diálogo” os impasses gerados pela disputa conceitual sobre a reforma agrária e o “esquecimento” das lutas e os conflitos sangrentos dos camponeses pela garantia do direito à terra de trabalho, reconhecido e legalizado. Portanto, a regularização fundiária é uma reivindicação dos posseiros nos anos setenta e oitenta e das oposições à ditadura. A Igreja e CONTAG definiram, naquele momento, que um dos passos mais importantes para a reforma agrária eram as regularizações, as quais eram reivindicadas com base no Estatuto da Terra.

Assim, quando Martins defende as regularizações fundiárias e também os assentamentos realizados pela administração federal passada, está, acima de tudo, defendendo uma reivindicação histórica, uma vontade clamada por muitos camponeses. Para ele, então, o tema da reforma agrária não deve ser prisioneiro das “pelejas conceituais”, ou, como ele mesmo aponta: “não é o número de desapropriações ou o número de assentamentos em terras desapropriadas ou compradas que definem o perfil da reforma agrária brasileira, sua justeza ou não” (MARTINS, 2000, p. 104). Para o autor, regularização fundiária e assentamentos são apenas atos da Reforma Agrária, e não completam a solução para a questão.

Com esta visão, Martins está também considerando a postura do sociólogo nessa discussão. No livro citado, resgata, diversas vezes, o papel da Sociologia nesse debate. Para o autor, “não é função da ciência tomar partido, mas explicar como ‘funciona’ ou ‘deixa de funcionar’ a sociedade, e quais são os problemas sociais que daí decorrem” (MARTINS, 2000, p. 51). Isso torna difícil o diálogo entre a Sociologia e os movimentos sociais, o que talvez seja o momento mais delicado da leitura do livro, pois Martins defende uma “neutralidade ética”, que não pode ser confundida com neutralidades pessoais, ou identificações pessoais, pois estas são ações normais próprias dos seres humanos, dos cidadãos. Contudo,

deixará de ser sociólogo e de atuar como cientista social quem fetichizar e reificar essa identificação e perder de vista o protagonismo histórico e social dos diferentes

grupos e categorias sociais. Deixará de sê-lo se não estiver disposto a conhecer e reconhecer a verdade, as funções, as significações, as contradições e o projeto de cada um dos diferentes grupos humanos, além, obviamente, do seu próprio (MARTINS, 2000, p. 52).

Nota-se que a sua preocupação está voltada para o papel das Ciências Sociais, isso desde o final dos anos setenta, como foi afirmado diversas vezes. Porém, se anteriormente Martins propunha uma Sociologia mais crítica e militante, agora ele propõe uma Sociologia crítica e ética, que confronta permanentemente a realidade social. A perspectiva crítica está presente em toda a sua produção intelectual, com mais intensidade em seu polêmico livro já citado, “Reforma Agrária: o impossível diálogo”. Pode-se dizer que Martins questiona o real e o pensado, questiona os pontos de vista dos grupos, e assim ele constantemente alcança algo novo, um outro horizonte a analisar, indo além do que está dado como estabelecido e explicado. Pode-se, ainda, apontar, no autor, o rigor em suas análises sociológicas e, como afirma, “a obstinação de não confundi-la com verificações ideológicas” (MARTINS, 1999, p. 195).

Em período recente, suas obras caracterizam um autor que constantemente submete o real e o pensado à reflexão crítica, descortina as diversidades e é um atento observador das diferentes perspectivas dos grupos da sociedade brasileira.

Quando Martins propõe uma “neutralidade ética”, não significa que o sociólogo não tenha preferências pessoais, mas que as interpretações da Ciência não estão colocadas de um lado ou de outro, ou seja, conhecimento científico nada tem a ver com opções ideológicas. “A Sociologia não julga o caráter de ninguém, nem dos que estão ‘errados’, nem dos que se julgam ‘certos’, e nem está acima do bem ou do mal, da verdade ou da mentira” (MARTINS, 2000, p. 103). Mais adiante, Martins reforça que

A neutralidade ética na pesquisa sociológica não quer dizer, nem pode ser indiferença em relação às vítimas da injustiça. Essa neutralidade é, na verdade, um outro modo de se insurgir contra a injustiça, a desigualdade, a opressão. É um modo diretamente referido à investigação das causas dos problemas; é, portanto, referido às condições objetivas de sua superação. Por isso mesmo, a alteridade é um requisito da competência do cientista social, no sentido de que não pode ver nem fazer ver sem ver-se (MARTINS, 2000, p.54).

Enfim, Martins propõe uma Sociologia “responsável com os processos sociais”, uma reflexão sociológica que resgate a missão histórica da Sociologia de ser a consciência da sociedade. É nesse contexto de enfatizar a importância das Ciências Sociais, em especial da Sociologia, para o desvendamento histórico da questão agrária brasileira, que ele retoma as dificuldades da implementação da reforma agrária no Brasil e os desencontros dos agentes de mediação.

Em seus mais recentes livros, o autor chama a atenção para o atraso da tomada de decisões que vem caracterizando a História Brasileira. Esse atraso é resultado de uma tomada de consciência social e política tardia. Pode-se exemplificá-lo com a atrasada compreensão sobre o regime de propriedade instituído pela Lei de Terras de 1850, que naquele momento histórico, representou segundo Martins, parte da estratégia dos grandes fazendeiros para assegurar o controle político sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Nos anos oitenta, do século XX o problema reapareceu com a expulsão dos trabalhadores residentes das grandes fazendas e sua substituição por trabalhadores assalariados temporários.

Para o autor, essa “demora cultural” está causalmente relacionada ao fato de não serem aqueles que protestam e propõem soluções necessariamente os mesmos que sofrem as conseqüências; os primeiros não são diretamente as próprias vítimas. Ou seja,

Isso é bem a indicação de uma duplicidade de protagonismo político: de um lado, o de quem se incomoda com os problemas sociais, e fala, e de outro, o de quem precisa de solução para os problemas que vive e supostamente não pode falar por si mesmo” (MARTINS, 2001, p.4).

Dessa forma, três questões são fundamentais para entender a construção teórica de José de Souza Martins e que constitui a proposta de realização deste estudo: primeiramente, como foi tratada a questão agrária no Brasil, e a reforma agrária como proposta de solução dos problemas agrários; em segundo lugar, a presença dos agentes de mediação; e, finalmente, quem são os atores principais, que seriam os trabalhadores rurais ou, conforme a situação social definida por Martins, atualmente, os agricultores familiares.

Sobre o primeiro ponto, de acordo com Martins, a questão agrária foi historicamente tratada como um bloqueio ao desenvolvimento capitalista do país e sua modernização econômica e social. Assim, o que aparecia no grande discurso da questão agrária entre os anos sessenta e setenta era a questão trabalhista, que não poderia ser encaminhada no plano legal porque não havia ainda uma legislação do trabalho rural. Conforme o autor, na ausência da legislação, essa questão foi encaminhada como a lei do inquilinato, portanto foi tratada como questão de aluguel, relativa ao pagamento de renda da terra. A questão trabalhista ganhou visibilidade como questão agrária. Dessa forma, a “reforma agrária se propôs, portanto, como solução para um problema das relações de trabalho no campo que não podia ser resolvido no âmbito da legislação do trabalho” (MARTINS, 2001, p. 5).

Martins deixa claro, em todas as obras analisadas, que essa “mescla” histórica da questão do trabalho com a questão da terra tem dificultado a emergência de um “sujeito de reivindicação”, com perfil menos impreciso e demanda social mais definida. A posição que o trabalhador rural teve em relação ao urbano foi quase sempre de desvantagem, pois enquanto os trabalhadores urbanos tinham um código de trabalho já na década de trinta, os trabalhadores rurais eram tratados como categoria residual da sociedade brasileira. O enfoque trabalhista sobre a questão agrária só diminuiu com a expansão da fronteira, pois nesse momento o caráter trabalhista da questão agrária foi secundarizado, já que o problema da ocupação da terra por posseiros colocava em xeque o regime de propriedade. Ainda assim, o diagnóstico usual acerca dessas lutas era de atraso social e político.

Sobre o segundo ponto, segundo Martins, mudaram alguns agentes de mediação. A Igreja, que foi a principal mediadora desses conflitos agrários, e principal interlocutora da necessidade de mudanças na estrutura fundiária, vem sendo substituída por outros mediadores, como o MST, os quais colocam no seu dia-a-dia o debate da reforma agrária. Contudo, para Martins, essa discussão continua limitada a procedimentos de intervenção tópica sem qualquer vínculo claro com um projeto social e histórico que definisse um protagonista em torno do qual a reforma agrária pudesse ter sentido. Dessa forma, argumenta, os sujeitos da reforma agrária seriam sujeitos da emergência e transitoriedade e continuam sendo sujeitos residuais.

Em terceiro lugar, o atual protagonista da reforma agrária, para Martins, é o agricultor familiar, e o Estado reconhece a agricultura familiar como um projeto econômico viável, e

não somente como um projeto alternativo. É possível, portanto, afirmar que, para o autor, a agricultura familiar deve ser reconhecida como o sujeito social privilegiado da reforma agrária e de acesso à terra. Veja-se o que afirma em um texto, intitulado “Impasses Sociais e Políticos em Relação à Reforma Agrária e a Agricultura Familiar no Brasil”, apresentado em um seminário ocorrido no Chile, em dezembro de 2001:

Os conflitos desocultaram e estão desocultando a agricultura familiar, que ficara embutida na grande propriedade, ou na sua periferia, ou nas áreas abandonadas ou desprezadas pela agricultura de exportação ou pela pecuária, embutida como modo de vida residual e como economia residual de um país que havia optado historicamente por um regime latifundista de propriedade. A crise social e política libertou e liberta esse sujeito tutelado e confinado na economia maior, que, a partir dos conflitos, vem se tornando sujeito e protagonista de reivindicações sociais e de direitos” (MARTINS, 2001, p. 10).

Em outros termos, o Estado “abriu espaço” para que a agricultura familiar encontrasse abrigo e identidade no projeto histórico que é hoje poder. O Estado criou instituições próprias à efetivação da reforma agrária e da agricultura familiar como sujeito da política econômica e social. Sua crítica aos movimentos sociais, principalmente à CPT e ao MST, é dirigida principalmente ao fato de que esses movimentos sociais tornaram-se organizações autoritárias e intolerantes, e disputam uma reforma agrária conceitual, em que um ou outro grupo sai vencedor. Mais grave, para o autor, contudo, é que a questão agrária foi problematizada eleitoralmente. O peso eleitoral torna a relação entre o Estado e os grupos de mediação uma relação fraturada. Uma relação nesse nível impugna qualquer esforço, pois

os desentendimentos crônicos entre MST e governo bloqueiam o uso da via institucional para impedir essas ocorrências e definir uma política fundiária que não fique tolhida por barreiras “de classe” ou barreiras corporativas de grupos que tendem a uma problemática autogestão sem limites (MARTINS, 2001, p.13).

Dessa forma, a ampliação do lugar da agricultura familiar no sistema econômico é a nova face da reforma agrária e vai além do econômico, representando a possibilidade de re-

socialização e inclusão de pessoas que lutaram pela terra de trabalho. Para José de Souza Martins, a reforma agrária é a abertura de possibilidades de acesso à propriedade da terra, e isso está constantemente argumentado em suas obras. Insistentemente, ele retoma ao tema da Lei de Terras, que representa, segundo ele próprio, mais do que um fato histórico: significou o fortalecimento da propriedade da terra, o caráter rentista da propriedade fundiária, e, já que interditou a livre posse da terra, criando meios institucionais de uma “superpopulação relativa à disposição das grandes fazendas, o fim da escravidão, não seria o fim da grande lavoura de exportação” (MARTINS, 2001, p.6). Entender o que representou historicamente a Lei de Terras para a atual estrutura fundiária, para o autor, é reconhecer que ela consagrou a acumulação capitalista dos grandes proprietários e interrompeu o domínio do Estado sobre seu próprio território. Garantir que o Estado seja o senhorio das terras é, enfim, reconhecer que a reforma agrária só será possível se envolver uma orientação séria e agressiva do Estado contra os meios ilegais da terra. Este é, sem dúvida, o primeiro passo.

Para Martins, além das dificuldades citadas, outras se somam a esse problema, pois atualmente pouco se tem pensado nos outros desdobramentos da reforma agrária, ou seja, os assentamentos, as regularizações fundiárias e as políticas de preservação de permanência da família na terra, cujos efeitos não são unicamente econômicos, mas envolvem relações sociais e culturais que pouco são discutidas tanto pelos agentes de mediação quanto pelo Estado. Esses fatores também merecem ser avaliados. Ainda para Martins, o grande problema é político, ou seja, a questão agrária retorna canalizada por mediadores fortemente caracterizados por motivações ideológicas, partidárias, e também culturais. A questão agrária vai além do tempo de um governo. Para ele, é fundamental assegurar a presença regulamentadora do Estado na gestão do território e na redistribuição social da terra. Entende o autor que o papel do Estado não é de “pai provedor”, e que a luta pela terra não é a luta entre o bem e o mal, e nem que tudo que vem do Estado representa o mal, como é a visão ainda do MST e da CPT (especialmente se o Estado é controlado por partidos que não têm a preferência destes últimos).

Portanto, para Martins, há alguns desafios a vencer e o principal deles reside na grande dificuldade dos agentes de mediação e do Estado em compreender quem são os verdadeiros sujeitos da luta pela reforma agrária. Outra dificuldade é a negociação, pois tem sido difícil construir um diálogo suprapartidário, já que ainda não há um entendimento de que a questão agrária é uma questão nacional. Por último, a dificuldade também está em combater a

indiferença de amplos setores da sociedade, tanto na cidade como no campo, em relação a esse tema. Ainda é um assunto que aparece ciclicamente: a sociedade ainda não entendeu que o problema agrário no Brasil não diz respeito somente aos trabalhadores rurais, mas a toda a sociedade brasileira. Para Martins, o diálogo somente será possível quando Estado e movimentos sociais se completarem na tarefa de trazer a nossa sociedade para o mundo moderno.

## CONCLUSÃO

Este estudo pretendeu, como objetivo principal, analisar algumas obras de um Sociólogo que, sem dúvida, é um dos maiores conhecedores da questão agrária brasileira e que, ao longo de mais de trinta anos, combinou o trabalho de campo com a participação social, não se detendo somente na investigação dos processos sociais rurais. Sua vasta produção teórica, como já foi citado no corpo deste trabalho, não está restrito ao mundo rural, mas a uma série de problemas sociais que assolam a sociedade brasileira<sup>21</sup>. Exemplos desses problemas são a escravidão por dívida e a peonagem – que persistem não apenas no Brasil, mas também em continentes como a África – além do linchamento, fenômeno da violência presente não somente nas grandes cidades; isso somente para citar algumas de suas análises. Portanto, o que se objetivou estudar neste trabalho foi apenas uma parte (e modesta) da extensa produção desse autor, talvez a que melhor o identifique, mas não a única.

O que se verificou, principalmente, nesta pesquisa, foi que as ênfases analíticas de Martins são diferenciadas e permitem distinguir duas fases principais de sua produção intelectual, voltada para os processos sociais agrários: uma dessas fases é considerada um dos momentos mais profícuos do autor, chamado, neste estudo, de “debate agrarista”; já a outra fase traz uma reflexão analiticamente mais densa sobre a reforma agrária e o papel dos mediadores nessa problemática. É claro que se observaram diferenças quanto ao posicionamento do autor: na década de 1980, suas análises estavam diretamente relacionadas à sua convivência com todas as tragédias e os conflitos em áreas de fronteira da Amazônia e Centro-Oeste, enquanto na

---

<sup>21</sup> José de Souza Martins é membro da Junta de Curadores do Fundo Voluntário das Nações Unidas contra as Formas Contemporâneas de Escravidão.

década de 1970 elas estavam mais centradas às pesquisas realizadas em São Paulo. Dessa forma, pode-se sublinhar que este é um autor dotado de uma grande inquietude intelectual diante da Sociologia Agrária e do mundo rural por ele analisado. Suas pesquisas empíricas no estado de São Paulo resultaram em alguns de seus livros, como “A Imigração e a Crise do Brasil Agrário” (1973) e “Capitalismo e Tradicionalismo” (1975). Contudo, foi através do contato com áreas de fronteira agropecuária, além da relação direta com os atores sociais participantes dos conflitos que predominavam nessas áreas, que Martins “amadureceu” intelectualmente, pois suas inquietudes transformaram-se em análises refletivas de suas observações empíricas, chocando-se com concepções dominantes na época a respeito da condição do camponês na sociedade. Assim, pode-se afirmar que seus livros contêm uma densidade analítica, fruto também de suas pesquisas empíricas, que poucos conheciam, mesmo os militantes de movimentos sociais ou os intelectuais mais à esquerda. Sua crítica, no livro “A Reforma Agrária: o impossível diálogo”, de certa forma, responde a isso, posto que, nas avaliações de Martins, as soluções e os problemas dos pobres, especialmente os do campo, ocorreram através de intermediários políticos da própria elite ou da classe média. Sendo assim, tais demandas são filtradas por uma perspectiva que não nasce diretamente das experiências dos “pobres”. Conforme afirma Martins, “este desencontro permite compreender as razões pelas quais a luta pela reforma agrária está muitas vezes afastada da luta pela terra” (MARTINS, 2000, p. 34).

Se, na década de 1980, sua produção teórica estava mais voltada a reforçar a existência das lutas camponesas, pois essas traziam no seu interior possibilidades de emancipação, suas interpretações mais recentes continuam focalizando os processos agrários, mas centralizando-se em uma análise dos desempenhos políticos e históricos dos movimentos sociais e dos mediadores como a CPT e o MST. Segundo o autor, a emancipação não está mais diretamente relacionada somente às lutas sociais, mas também à compreensão dos descompassos históricos pelos quais vem sendo interpretada a questão agrária por parte dos protagonistas, em especial pelos movimentos sociais.

Um dos aspectos mais importantes que este estudo revelou, na obra Martins, são os processos microssociais, que definem o centro explicativo de sua extensa obra. O cotidiano assume uma dimensão histórica importante em suas análises, pois, para esse autor, ele não é meramente residual, mas uma mediação que edifica as grandes construções históricas e levam adiante a humanização do homem. Enfim, Martins resgata, em alguns de seus estudos mais

recentes, a subjetividade do homem comum. E é nessa perspectiva de análise que ele adverte para o próprio papel das Ciências Sociais no alargamento da consciência social do cidadão. Aí se resgata um ponto que considero um dos mais importantes na análise de sua obra: o fato de o autor sugerir uma revisão crítica das próprias concepções, das doutrinas, das teorias e das práticas. Isso exige novos conceitos, exige a descoberta das novas definições de classes e de novos sujeitos emergentes. Portanto, sua crítica reside principalmente na esfera dos movimentos sociais, que continuam a tratar a luta política como um “fetichismo” político, ao passo que, para ele, não se trata de eliminar o político e o econômico, mas de inseri-los em um processo globalizante.

Considerando os dados acima, volta-se a uma das hipóteses que norteou este estudo, a que sustentava que os mediadores deveriam assumir, na análise de Martins, um papel importante na condução da reforma agrária, mas que esses protagonistas ainda estariam influenciados por uma prática mais ortodoxa do marxismo. Decerto, essa hipótese é confirmada neste estudo: para Martins, a *práxis* política ortodoxa continua a dirigir a ação desses protagonistas. Tal confirmação fica mais evidenciada em seu mais recente livro “A Sociedade Vista do Abismo” (2002), em que afirma haver tantos processos diferenciados na sociedade que a explicação através de uma teoria das classes sociais segundo a visão mais ortodoxa do marxismo, tem limitações e não explica conceitualmente as diversas formas de pobreza da atual sociedade. Contudo, para Martins, apesar da insuficiência explicativa da teoria de classes sociais, os movimentos sociais insistem em explicar a realidade social “amarrados” a uma única explicação, sem evidenciar as diferenciações existentes no interior de cada classe social e os “diferentes relacionamentos sociais com o núcleo do processo reprodutivo do capital e da sociabilidade que lhe corresponde”(MARTINS, 2002, p. 59).

A outra hipótese, sobre o conceito de renda da terra, mantém-se em toda a construção teórica do autor, pois, em um extremo, estão os posseiros, ocupantes de terras que não dispõem de títulos de propriedade; no outro extremo, os trabalhadores em terras alheias, que pagam uma renda fundiária em trabalho, espécie ou dinheiro para ter acesso à terra de trabalho. Mesmo o agricultor familiar, que é dono dos meios de produção, é um produtor autônomo e sua relação com o capital não se dá por meio da exploração direta de seu trabalho pelo capitalista, mas aparece ocultada na extração de renda fundiária, sob a forma de pagamento de renda da terra.

A análise aqui realizada não esgotou diversos pontos, que, algumas vezes, foram somente sinalizados neste estudo. Pode-se apontar, entre eles, o potencial de conceitos, como o de classes sociais, em sociedades tão diferenciadas como a brasileira. Outros pontos também foram pouco explorados neste estudo, como o debate sobre a agricultura familiar, pois essa é uma discussão recente nos livros de Martins. Como ele mesmo afirma, está se reconhecendo a agricultura familiar “como sujeito de políticas públicas e de vontade política” (2002, p. 218). Este tema aparece como uma realidade incontestável em várias regiões do país, e Martins não o ignora, contudo não foi possível ampliar essa discussão visto que as investidas do autor em tal temática são recentes, ainda que, já na década de 1980, uma certa categoria, a dos pequenos proprietários, aparecesse em seus livros. O autor, entretanto, não chegou a demonstrar grande interesse em analisar essa categoria, por mais que ela fosse, naquele momento, numericamente representativa. Segundo o autor, esse grupo social limitava-se a disputas periódicas em torno dos preços de produtos agrícolas, e estava relacionada à agroindústria.

Por fim, um outro ponto importante para futura investigação é o papel do Estado nas análises do autor, especialmente na problemática da reforma agrária. Para Martins, os movimentos sociais e o Estado se completam no papel de transformação social e, como afirma, “pode trazer a nossa sociedade para o mundo moderno” (2002, p. 177). De acordo com o autor, a relação entre Estado e movimentos sociais implica numa relação dinâmica e criativa de legitimidade das ações. Contudo, Martins afirma que os movimentos sociais deslocaram sua referência social e política para o âmbito de um partido político. Diante dessas questões apontadas, qual seria, de fato, o papel do Estado? Em que medida pode-se articular essa relação dinâmica que Martins afirma ser necessária para a sociedade brasileira alcançar a modernidade? Certamente, nessas questões assinaladas, novas evidências podem ser encontradas para futuras pesquisas sobre a construção do conhecimento em José de Souza Martins, desvendando, na sua produção teórica, novas possibilidades de investigação.

## REFERÊNCIAS E OBRAS CONSULTADAS

BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Tensões Agrícolas e Agrárias na Transição Democrática Brasileira. **Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 3-14, jun. 1997.

CAMERMAN, Cristiano. Terra de trabalho e terra de exploração (comentários ao documento da CNBB: Igreja e problemas da terra, Itaici, 1980). In: LENZ, Mathias M. (coord.). **A Igreja e a Propriedade da Terra no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1981.

COMISSÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Cartilha Construindo a Paz no Campo**, São Paulo: CNBB, 1980.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatório sobre a Violência**. Regional Norte/PA: [s.ed.], 2001.

COHN, Gabriel. O Ecletismo bem Temperado. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). **O Saber Militante**. Ensaio sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via 'não clássica' para o capitalismo. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). **História e Ideal**. Ensaio sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CNBB. **Igreja e Problemas da Terra**. Documento aprovado pela 18ª Assembléia da CNBB, Itaici, 14 fev. 1981.

DELGADO, Guilherme. **Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-guerra**. Um Estudo da Reflexão Agrária. Brasília, 2001. (mimeog.)

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1975.

\_\_\_\_\_. (org.). **Marx e Engels**. São Paulo: Ática, 1984. (Grandes Cientistas Sociais).

\_\_\_\_\_. **Circuito Fechado**. São Paulo: Hucitec, 1976.

FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (orgs.) **Sociologia e Sociedade**. (Leituras de Introdução à Sociologia). 21.ed. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 2000.

HEBETTE, Jean. A Marcha do Trabalhador do Campo Rumo à Cidadania: Domínio da Terra e Estrutura Social no Pará. **Perspectiva**, São Paulo, v.11, n. 2, p. 119-127, jun. 1997.

\_\_\_\_\_. **O Cerco esta se Fechando**. São Paulo: Vozes, 1989

IANNI, Otávio. **Sociologia da Sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_.(org.) **Marx**. São Paulo: Ática,1996. (Grandes Cientistas Sociais).

JÚNIOR, Caio Prado. **A Revolução Brasileira**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

KAGEYAMA, Angela. A Questão Agrária Brasileira: interpretações clássicas. **ABRA** (Associação Brasileira de Reforma Agrária), São Paulo, v. 23, n.3, p. 5-17, dez. 1993.

LEFEBVRE, Henri. **La Présence et L’Absence** (Contribution à la Théorie des représentations). Paris: Casterman, 1980.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela terra. **Encontros com a Civilização Brasileira**, [s.l], n. 22, abr. 1980.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e Tradicionalismo** (Estudos sobre as contradições da Sociologia Agrária no Brasil). São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Modo Capitalista de Pensar**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil** (Terra e Poder: O Problema da Terra na Crise Política). Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência**. 3. ed. A questão Política no Campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Poder do Atraso**. Ensaio da Sociologia da História lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **(Des)Figurações**. A Vida Cotidiana no Imaginário Onírico da Metrôpole. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Fronteira**. A Degradação do outro nos Confins do Humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da terra.** 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. **Florestan.** Sociologia e Consciência Social no Brasil. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Sociabilidade do Homem Simples.** Cotidiano e História na Modernidade Anômala. São Paulo: HUCITEC, 1999.

\_\_\_\_\_. Impasses Sociais e Políticos em Relação à Reforma Agrária e à Agricultura familiar no Brasil. In: Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com Ênfase no Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI. 2001, Santiago (Chile). **Anais.** Santiago (Chile): FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), 2001. p. 1-19.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo.** São Paulo: Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. Periferia Revisitada. **Espaço e Debate** (revista de estudos regionais e urbanos), São Paulo, n. 42, p. 75-84, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade Vista do Abismo.** Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. São Paulo: Vozes, 2002.

NAVARRO, Z. Sete Teses Equivocadas Sobre as Lutas Sociais no Campo: o MST e a Reforma Agrária. **Perspectiva**, São Paulo, v.11, n. 2, p. 86-93, jun. 1997.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A Construção da Viagem Inversa. Ensaio sobre a Investigação nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.3, n.3, jan.-jul.1991.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar.** Brasília: EPAGRI/ NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SOTO, William Héctor Gomes. **A produção do Conhecimento Social sobre o “mundo rural” nas Obras de José de Souza Martins e José Graziano da Silva.** Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002 (mimeog.).

STÉDILE. João Pedro (org.). **A Questão Agrária hoje.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989.

## ANEXO

### Biobibliografia de José de Souza Martins

José de Souza Martins nasceu em São Caetano do Sul (SP), em 24 de outubro de 1938. Fez o curso primário na Escola Paroquial de São Caetano (atual Instituto Sagrada Família) e no Grupo Escolar “Pedro Taques”, em Guaianases, na Capital. No Instituto de Ensino de São Caetano do Sul, cursou o secundário e fez o curso normal (curso de formação de professores primários) no Instituto de Educação “Dr. Américo Brasiliense”, em Santo André (SP). É bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1964), onde cursou o mestrado (1966) e o doutorado (1970) em Sociologia. Em 1993, tornou-se livre-docente em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Na mesma Faculdade, prestou concurso para professor titular de Sociologia, em 1998, tendo sido aprovado com distinção e louvor. Foi Mellon Visiting Professor da Universidade da Flórida (EUA), em 1983. Em 1992, foi eleito professor titular da Cátedra Simón Bolívar da Universidade de Cambridge (Inglaterra) para o ano acadêmico de 1993/94, e Fellow de Trinity Hall. Em 1996, o Secretário-geral da Organização das Nações Unidas nomeou-o representante das Américas na junta de Curadores do Fundo Voluntário da ONU contra as Formas Contemporâneas de Escravidão, com sede em Genebra (Suíça), reconduzindo-o a um novo mandato trienal em 1999.

#### A) LIVROS

**Conde Matarazzo** – o Empresário e a Empresa (Estudo de Sociologia do Desenvolvimento). 1967. (2. ed./2. reimpr. São Paulo: Hucitec, 1976).

**A Imigração e a Crise do Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1973.

**Capitalismo e Tradicionalismo** (Estudos sobre as contradições da Sociedade Agrária no Brasil). São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.

**Sobre o Modo Capitalista de Pensar**. 1978. (4. ed. São Paulo: Hucitec, 1986).

**O Cativo da Terra.** 1979. (6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996).

**Expropriação e Violência** (A questão Política no Campo). 1980. (3. ed. ver. e aum. São Paulo: Hucitec, 1991).

**Os Camponeses e a Política no Brasil** (As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político). 1981. (5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995).

**A Militarização da Questão Agrária no Brasil** (terra e poder: o problema da terra na crise política). 1984. (2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985).

**Não há Terra para Plantar Neste Verão** (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). 1986. (2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988). [Edição italiana: Non C'è Terra da Coltivare Quest 'Estate. Traduzido por Piera Feloj Galli. Chieti: Vecchio Faggio Editore, 1988]

**A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na 'Nova República'.** São Paulo: Hucitec, 1986.

**Caminhada no Chão da Noite** (Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo) São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

**Subúrbio** (Vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha), São Paulo: Co-ed. Hucitec – Prefeitura de São Caetano do Sul (SP), 1992. [Prêmio Jabuti 1993 de Ciências Humanas, da Câmara Brasileira do Livro].

**A Chegada do Estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993. [Prêmio Jabuti 1994 de Ciências Humanas, da Câmara Brasileira do Livro].

**O Poder do Atraso** (Ensaio de Sociologia da História Lenta). São Paulo: Hucitec, 1994.

**Exclusão Social e a Nova Desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

**Fronteira** – A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

**Florestan** – Sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 1998.

**Reforma Agrária.** O impossível diálogo. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

**A Sociedade Vista do Abismo** (Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais). Petrópolis: Vozes, 2002.

## **B) CONTRIBUIÇÕES EM OBRAS COLETIVAS**

O sentido do associativismo empresarial no Brasil agrário. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (orgs.). **Vida Rural e Mudança Social.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

Mercato del Lavoro ed emigrazione italiana in Brasile. In: FELICE, R. de (org.). **Cenni Storici Sulla Emigrazione Italiana Nelle Americhe e in Austrália.** Milano: Franco Angeli, 1979.

Os trabalhadores do campo em busca de uma alternativa. In: LENZ, Pe. Matias M. (org.). **A Igreja e a Propriedade da Terra no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1980.

Fighting for land: indians and ‘posseiros’ in Legal Amazonia. In: SCAZZOCCHIO, Françoise Barbira (org.). Land, People and Planning in Contemporary Amazonia. **Occasional Publication**, [s.l], n. 3, Center of Latin American Studies, Cambridge University, 1980.

A valorização da escola e do trabalho no meio rural. In: WERTHEIN, Jorge; BORDENAVE, Juan D. (orgs.). **Educação Rural no Terceiro Mundo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

A morte e o morto: tempo e espaço nos ritos fúnebres da roça. In: MARTINS, José de Souza (org.). **A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1983.

The State and the militarization of the agrarian question in Brazil. In: SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. (orgs.). **Frontier Expansion in Amazonia**. Gainesville: University of Florida Press, 1984.

Brasil: muita terra sem gente, muita gente sem terra. In: FREI BETTO et al. **Desemprego, Causas e Conseqüências**. São Paulo: Paulinas, 1984.

A Igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, Vânilda (org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

Del esclavo al asalariado en las haciendas de café, 1880-1914. La génesis del trabajador volante. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás (org.). **Población y Mano de Obra en América Latina**. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

Los campesinos y La política en el Brasil. In: CASANOVA, Pablo González (coord.). **Historia Política de los Campesinos Latinoamericanos**. México: Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México – Siglo XXI, 1986. Vol. 4.

El vuelo de las golondrinas: migraciones temporarias en Brasil. In: **Se fue a volver** (Seminario sobre migraciones temporales en América Latina), México: Pispal/Ciudad/Cenep, El Colegio de México, 1986.

O poder de decidir no desenvolvimento da Amazônia – conflitos de interesses entre planejadores e suas vítimas. In: KOHLHEPP, Gerd; SCHRADER, Achim (eds.). Tubingen: **Homem e Natureza na Amazônia/Hombre e Naturaleza en La Amazonia/Im Selbstverlag des Geographischen Instituts der Universitat Tubingen**, 1987.

Liberazione nella terra degli afflitti. Chiesa e questione agraria in Brasile. In: COLLEONI Gabriele (org.). **Liberazione nella Terra degli Afflitti**. Bologna: Quadermi Emi/Sud, 1988.

Dilemmas of subordinate classes in the age of reason. In: LELIO BASSO INTERNATIONAL FOUNDATION FOR THE RIGHTS AND LIBERATION OF PEOPLES. **Theory and Practice of Liberation at the End of the Twentieth Century**. Bruxelles: Bruylant, 1988.

La inmigración española en Brasil y la formación de la fuerza de trabajo en la economía cafetalera, 1880-1930. In: SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás (comp.). **Españoles hacia América – La emigración en masa.** 1880-1930. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

A expansão da empresa capitalista na Amazônia e a conversão do índio em sujeito político. In: Congreso Internacional de Americanistas, 1985, Bogotá (45th). **Identidad y Transformación de las Américas.** Bogotá: Ediciones Uniandes, 1988. p. 201-18.

The political impasses of rural social movements in Amazonia. In: GOODRNAN, David; HALL, Anthony (eds.). **The Future of Amazonia: Destruction or Sustainable Development?** London: Macmillan, 1990.

Regimar e seus amigos – A criança na luta pela terra e pela vida. In: MARTINS, José de Souza (org.). **O Massacre dos Inocentes** (A criança sem infância no Brasil). 1991. (2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993. [Edição italiana: Regimar e i suoi amici. I bambini nella lotta per la terra e per la vita. In: MARTINS, José de Souza (org.). *L'infanzia Negata.* Chieti Scalo: Vecchio Faggio, 1991].

A chegada do estranho (Notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia). In: HÉBETTE, Jean (org.). **O Cerco Está se Fechando** (O Impacto do Grande Capital na Amazônia). Petrópolis: Vozes, 1991.

Lynchings – life by a thread: street justice in Brazil, 1979-1988. In: HUGGINS, Martha K. (ed.). **Vigilantism and the State in Modern Latin America** (Essays on extralegal violence). New York: Praeger, 1991.

Migrações temporárias: problema para quem? In FACCIOLI, I. et al. (org.). **Migrantes Temporários, Peregrinos da Resistência, Serviço Pastoral dos Migrantes.** São Paulo: SPM, 1991.

A ação pastoral das Igrejas e o retrocesso na reforma agrária. In: MARTINS, José de Souza; PERANI, Cláudio. **Sonhos e Desejos dos Lavradores.** São Paulo: Comissão Pastoral da Terra/Edições Loyola, 1992.

Educação e cultura nas lutas do campo (Reflexões sobre uma pedagogia do conflito). In: SEVERINO, Antonio Joaquim et al. **Sociedade Civil e Educação**. Coletânea da Conferência Brasileira de Educação. Campinas/SP: Papirus, 1992. p. 29-34.

Cidadania, movimentos sociais e entidades de mediação. In: MARTINS, José de Souza Martins et al. **Discutindo a Assessoria Popular – II**. Rio de Janeiro: Instituto de Apoio Jurídico Popular/Fase, out. 1992. p. 6-17.

Campeños e índios en la renovación de la orientación pastoral de la Iglesia en el Brasil. Traduzido por Silvia e Eduardo Sinnott. In: HUNERMANN, Peter; SCANNONE, Juan Carlos (orgs.) **América Latina y la Doctrina Social de la Iglesia**. (Trabajo y capital. un nuevo orden econômico y social). Buenos Aires: Paulinas, 1993. Tomo 5. [Edição alemã: Kleinbauern und Indianer im. Prozes der pastoralen Neu-Orientierung der brasilianischen Kirche. In: HUNERMANN, Peter; SCANNONE, Juan Carlos (herausgeber). Lateinamerika und die Katholische Soziallehre (Ein lateinamerikanisch-deutsches Dialogprogramm). Mainz: Matthias-GrunewaldVerlag, 1993. teil 2, p. 379-422.]

The alliance between capital and property in Brazil: the trend to backwardness. In: KINZO, Maria D'Alva; BULMER-THOMAS, Victor (eds.). **Growth and Development in Brazil – Cardoso's Real Challenge**. London: The Institute of Latin American Studies/University of London, 1995.

As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

Clientelism and corruption in contemporary Brazil. In: W. LITTLE; POSADA-CARBÓ, E. (eds.), **Political Corruption in Europe and Latin America**. Houndmills: Macmillan, 1996.

The reproduction of capital on the pioneer front and the reappearance of slavery in Brazil. In: BRASS, Tom; VAN DER LINDEN, Marcel (eds.). **Free and Unfree Labour**. The Debate Continues. Berne: Peter Lang AG, 1997.

A peleja da vida cotidiana em nosso imaginário onírico. In: MARTINS, José de Souza Martins (org.). **(Des)figurações** – A vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo: Hucitec, 1996.

O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil. In: SECRETARIADO NACIONAL DA CPT (org.) **A Luta pela Terra** – A Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.

O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES et al. (orgs.). **O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio** (Desafios pastorais). Petrópolis: Vozes, 1998.

A vida privada nas áreas de expansão da sociedade Brasileira. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilian Moritz (eds.). **História da Vida Privada no Brasil**. (Contrastes da intimidade contemporânea). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. [Prêmio Jabuti de Ciências Humanas - 1999].

O decoro nos ritos de interação na área metropolitana de São Paulo. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Vergonha e Decoro na Vida Cotidiana da Metrópole**. São Paulo: Hucitec, 1999.

Migrações internas no mundo contemporâneo. In: ASSIS, Dom Raymundo Damasceno et al. **Convivendo com o Diferente** (Desmigração, exclusão, multiculturalismo). Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 1999.

The hesitations of the modern and the contradictions of modernity in Brazil. In: SCHELLING, Vivian (ed.). **Through the Kaleidoscope** (The Experience of Modernity in Latin America). London: Verso, 2000 (no prelo).

### C) ANTOLOGIAS

**Sociologia e Sociedade** (Leituras de Introdução à Sociologia) (Em colaboração com Maxialice Mencarini Foracchi). 1977. (19. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998).

**Introdução Crítica à Sociologia Rural.** (1981). (2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986).

**A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1983.

**O Massacre dos Inocentes.** 1991. (2.ed. São Paulo: Hucitec, 1993). [Edição italiana: L'infanzia Negata. Chieti Scalo (Itália): Vecchio Faggio Editore, 1991].

**Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

**(Des)figurações – A vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole.** São Paulo: Hucitec, 1996.

**Vergonha e Decoro na Vida Cotidiana da Metrópole.** São Paulo: Hucitec, 1999.

#### **d) PUBLICAÇÕES AVULSAS**

Agriculture and Industry in Brazil. Two Studies. **Working papers**, n. 27, Centre of Latin American Studies, University of Cambridge, 1977.

**A Escravidão em São Caetano (1598-1871).** São Caetano do Sul (SP): Associação Cultural Recreativa e Esportiva Luís Gama / Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção / Mobiliário de São Caetano do Sul / Cedi – Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1988.

**A Escravidão em São Bernardo, na Colônia e no Império.** São Bernardo do Campo (SP): Pastoral do Negro – Quilombo Regional do ABC / Cedi – Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1988.

**Diário de Fim de Século** (Notas sobre o Núcleo Colonial de São Caetano no Século XIX). São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 1998.

### ***SÉRIE DE DISSERTAÇÕES PUBLICADAS***

- 001 - MARIN, Solange Regina.** Política Cambial nas Décadas de 1980 e 1990: impactos sobre o setor de grãos no Rio Grande do Sul. 2001. 193f.
- 002 - PEDROSO, Glaucilene Dias.** Setor Leiteiro: as percepções de produtores do RS sobre as transformações delineadas na década de 90. 2001. 122f.
- 003 - SIQUEIRA, Oscar Graeff.** A Crise das Grandes Cooperativas: um estudo comparado entre a cooperativa de Carazinho (RS) e a de Não-Me-Toque (RS). 2001. 217f.
- 004 - PASE, Hemerson Luiz.** Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Floriano Peixoto. 2001. 171f.
- 005 - LOPES, Saulo Barbosa.** Arranjos Institucionais e a Sustentabilidade de Sistemas Agroflorestais: uma proposição metodológica. 2001. 187f.
- 006 - MACHADO, Roberto Tormes.** Análise sócio-econômica e perspectivas de desenvolvimento para os produtores de leite do município de Crissiumal - RS. 2001. 155f.
- 007 - SARTOR, Juliane.** Cadeia de flores e plantas ornamentais de jardim em Pareci Novo - Rio Grande do Sul. 2001. 117f.
- 008 - COELHO, Vanessa Pfeifer.** Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico. 2002. 129f
- 009 - TRENTIN, Iran Carlos Lovis.** O Pró-Rural 2000 como política pública de combate à pobreza rural no Rio Grande do Sul. 2002. 145f.
- 010 - VILLABERDE, Maria Sérgio.** Agricultura Familiar e Meio Ambiente: posições sociais e estratégias de agricultores assentados em área de proteção ambiental. 2002. 119.
- 011 - SILVA, Paulo Roberto Nunes da -** Uma releitura do processo de transformações na agricultura gaúcha no período 1970-80. 2002. 200f.
- 012 - JANSEN, Suzel Lisiane.** Identificação e Caracterização das Atividades Agropecuárias nos Municípios Gaúchos: uma comparação com indicadores sócio-econômicos. 2002. 138f.

- 013 - CASTILHOS, Dino Sandro Borges de.** Capital Social e Políticas Públicas: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2002. 174f.
- 014 – BIOLCHI, Marilza Aparecida.** Agricultura Familiar e Previdência Social Rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. 2002. 168f
- 015 – RICOTTO, Alcides Juvenal.** Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: o caso das Feiras Livres de Misiones, Argentina. 2002. 152f.
- 016 - SABABÉS, Leandro.** Manejo Sócio Ambiental de Recursos Naturais e Políticas Públicas: um estudo comparativo dos projetos "Paraná Rural" e "Microbacias". 2002. 186f.
- 017 – PETTER, Rudimar Luis.** As Múltiplas Expressões da Sustentabilidade: a realidade regional do COREDE da produção no estado do Rio Grande do Sul. 2002. 161f.
- 018 – MOURA, Lino Geraldo Vargas.** Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo/RS. 2002. 251f.
- 019 – FERRAZ, Osni Giani.** A Sustentabilidade dos Agricultores Familiares de Leite Associados à CLAF nas Dimensões Ambiental, Sociocultural e Institucional. 2002. 155f.
- 020 – GERHARDT, Cleyton Henrique.** Agricultores Familiares, Mediadores Sociais e Meio Ambiente: a construção da ‘problemática ambiental’ em agro-eco-sistemas. 2002. 539f.
- 021 – COLE, Dorlei Marcos.** Colonos, Agricultores Familiares e Pluriatividade: um estudo de caso no município de David Canabarro e na microrregião do Alto Taquari/RS. 2003. 226f.
- 022 – ROHENKOHL, Júlio Eduardo.** Os Sistemas de Terminação de Suínos: uma análise econômica e ambiental a partir da teoria dos conjuntos *fuzzy*. 2003. 184f.
- 023 – PLEIN, Clério.** As Metamorfoses da Agricultura Familiar: o caso do município de Iporã d’Oeste, Santa Catarina. 2003. 158f.

